



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LEONARDO SILVA SANTOS

**DAS MÃOS DA IGREJA PARA AS MÃOS DO
ESTADO: SENTIDOS, PERMANÊNCIAS E
SENSIBILIDADES – ESCOLA PAROQUIAL
OLIVO GOMES (1961-1987)**

**Campinas
2024**

LEONARDO SILVA SANTOS

**DAS MÃOS DA IGREJA PARA AS MÃOS DO
ESTADO: SENTIDOS, PERMANÊNCIAS E
SENSIBILIDADES – ESCOLA PAROQUIAL
OLIVO GOMES (1961 – 1987)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Educação.

Orientador: Prof. Dra. Maria do Carmo Martins

**ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO LEONARDO
SILVA SANTOS, E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. MARIA DO CARMO
MARTINS.**

**Campinas
2024**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

Santos, Leonardo Silva, 1983-
Sa59d Das mãos da Igreja para as mãos do Estado : sentidos, permanências e sensibilidades - Escola Paroquial Olivo Gomes (1961-1987) / Leonardo Silva Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Maria do Carmo Martins.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação.

1. Catolicismo. 2. Educação. 3. Sentidos e sensações. 4. Sensibilidade. 5. Escolas religiosas. I. Martins, Maria do Carmo. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: From the hands of the Church to the hands of the State : meanings, permanences and sensitivities - Escola Paroquial Olivo Gomes (1961- 1987)

Palavras-chave em inglês:

Catholicism
Education
Senses and sensation
Sensibility
Church schools

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Maria do Carmo Martins
Arnaldo Pinto Júnior
Carla de Oliveira

Data de defesa: 20-06-2024

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0004-6361-7443>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/6006827505791808>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

DISSERTAÇÃO

**DAS MÃOS DA IGREJA PARA AS MÃOS DO ESTADO: SENTIDOS,
PERMANÊNCIAS E SENSIBILIDADES – ESCOLA PAROQUIAL
OLIVO GOMES (1961 – 1987)**

LEONARDO SILVA SANTOS

COMISSÃO JULGADORA:

Maria do Carmo Martins
Arnaldo Pinto Júnior
Carla de Oliveira

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

DEDICATÓRIA

À minha mãe.
Ao meu pai (*in memoriam*)
Ao tempo, às permanências e às lutas diárias.

AGRADECIMENTOS

O Mestrado foi, sem sombra de dúvida, um percurso norteado por desafios, dilemas, descobertas e superação. Ao longo desse trajeto, diversas pessoas fizeram parte, tornando-o menos solitário. A vocês, sou grato.

À Professora Maria do Carmo Martins, mais que uma orientadora, agradeço especialmente pelo acolhimento, escuta e leituras atenciosas das linhas escritas por mim, por compartilhar seu conhecimento pacientemente, por confiar e me incentivar sempre que possível.

Aos professores Arnaldo Pinto Jr., Carla de Oliveira por valiosas contribuições necessárias durante a qualificação até a defesa. À professora Celeida Maria Costa de Souza e Silva pelo aceite em participar da banca. À professora Sônia Gabriel por sua generosidade e compartilhamento de saberes que desembocaram na ideia inicial desta pesquisa, minha gratidão.

Ao João, presente em todos os momentos, sendo calma, paciência, serenidade e cuidado. Muito obrigado!

Aos amigos, em especial, ao Renan Fratine, fonte de inspiração, admiração e respeito, por me apoiar nas minhas escolhas, mesmo que isto tenha significado estar ausente.

À querida amiga Isa de Andrade, por ter sido tão atenciosa e generosa no decorrer deste trabalho, sendo a ponte entre mim e as primeiras professoras da Escola Paroquial Olivo Gomes. Às Sras. Jenny Prianti, Marina Oliveira e Elza Moreira que cederam seus arquivos fotográficos pessoais para a concretização deste estudo, agradeço demais por tudo.

À equipe gestora e funcionários da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória, por serem sempre tão solícitos e acolhedores.

À Cúria Diocesana de São José dos Campos, aos funcionários da Secretaria da Paróquia de Santana e aos funcionários do Arquivo da Diocese de Taubaté.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como se deu a implementação da Escola Paroquial Olivo Gomes na década de 1960 e a sua transição para Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória no final da década de 1980, em São José dos Campos. Pretende-se entender qual foi o impacto para a comunidade da projeção, implementação e edificação da escola na localidade, além de compreender quais os sentidos e as sensibilidades foram construídos e ressignificados pelas intervenções da Igreja, do Estado e da Indústria no âmbito da vida social no bairro de Santana, região norte de São José dos Campos - SP. Trata-se de uma pesquisa histórica de cunho qualitativo e documental. Dentre os objetivos específicos desta pesquisa estão: 1) analisar o conjunto de fontes do arquivo permanente da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória; 2) coletar e analisar as fotografias pessoais de antigas professoras da Escola Paroquial Olivo Gomes; e 3) coletar e analisar documentos relacionados ao cotidiano escolar durante o período de funcionamento da escola paroquial, bem como os artefatos religiosos distribuídos no ambiente interno do prédio escolar. Com isso, vislumbra-se aprofundar a reflexão sobre a escolarização no período, na expectativa de perceber a produção dos sentidos do sujeito social que emerge no processo de implementação da escola na localidade, tarefa realizada ao colocar em diálogo as fontes documentais e as referências teóricas e metodológicas adotadas. Congrega-se o pressuposto de Alvisi (2007) que, catalogar e registrar fotografias, filmes, slides, objetos, livros, louças, cartazes, coletar depoimentos orais, pode ser entendido como uma memória compartilhada, pois os documentos vão tomando novos significados a partir da relação que vai se estabelecendo com diferentes autores.

Palavras-chave: Educação Escolar, Sentidos, Sensibilidades, Catolicismo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the implementation of the Olivo Gomes Parish School took place in the 1960s and its transition to the Doutor State School. Rui Rodrigues Dória at the end of the 1980s, in São José dos Campos. It is intended to understand what was the impact on the community of the projection, implementation and construction of the school in the locality, in addition to understanding which meanings and sensibilities were constructed and re-signified by the interventions of the Church, the State and the Industry in the context of social life in the neighborhood of Santana, in the northern region of São José dos Campos - SP. This is a qualitative and documentary historical research. Among the specific objectives of this research are: 1) to analyze the set of sources from the permanent archive of the Doutor Rui Rodrigues Dória State School; 2) collect and analyze the personal photographs of former teachers of the Olivo Gomes Parish School; and 3) collect and analyze documents related to the school routine during the period of operation of the parochial school, as well as the religious artifacts distributed in the internal environment of the school building. With this, it is envisaged to deepen the reflection on schooling in the period, in the expectation of perceiving the production of the meanings of the social subject that emerges in the process of implementation of the school in the locality, a task carried out by putting in dialogue the documentary sources and the theoretical and methodological references adopted. Alvisi's (2007) assumption that cataloguing and recording photographs, films, slides, objects, books, crockery, posters, collecting oral testimonies, can be understood as a shared memory, as the documents take on new meanings from the relationship that is established with different authors.

Keywords: School Education, Senses, Sensibilities, Catholicism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Despacho de 15 de fevereiro de 1961 - criação de uma escola paroquial.....	41
Figura 2. Despacho - Escola Paroquial.....	42
Figuras 3 e 4. Relato - chegada das Cordimarianas em São José dos Campos.....	44
Figura 5. Projeto construção da Escola Paroquial Olivo Gomes.....	48
Figura 6. Detalhe - planta da Escola Paroquial “Olivo Gomes”	48
Figura 7. Construção da Escola Paroquial Olivo Gomes.....	60
Figura 8. Famílias em frente ao prédio escolar sendo construído.....	62
Figura 9. Primeiras professoras da Escola Paroquial Olivo Gomes.....	63
Figura 10. Membros da comunidade de Santana e Irmãs Cordimarianas no pátio da escola.....	66
Figura 11. Café com professoras e membros da comunidade de Santana.....	68
Figura 12. Sala de aula masculina da escola paroquial.....	70
Figura 13. Alunos e professoras da escola paroquial no pátio da escola.....	70
Figura 14. Festa de catecismo da escola paroquial.....	72
Figura 15. Excursão sala de aula masculina da escola paroquial.....	74
Figura 16. Excursão sala de aula feminina da escola paroquial.....	75
Figura 17. Termo de Visita de 25 de março de 1969.....	80
Figura 18. Livro Histórico do Estabelecimento.....	82
Figura 19. Alunos do 4º Ano – Escola Paroquial Olivo Gomes.....	83
Figura 20. Estudantes durante o intervalo no pátio da escola paroquial (1969)	85
Figura 21. Discurso de Formatura (1968)	87
Figura 22. Distribuição dos estudantes da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória.....	88
Figura 23. Contrato de Aluguel do prédio escolar n. 006/74.....	89
Figura 24. Termo de Contrato de locação (1/9/1976)	90
Figura 25. Termo de Compromisso (18/6/1963)	91
Figura 26. Entrada Escola Estadual de Primeiro Grau Dr. Rui Rodrigues Dória (sem data)	92
Figura 27. Processo n. 01497/77 (31/8/1977)	93
Figura 28. Carta sobre a venda do prédio escolar (11/10/1985)	94
Figura 29. Solicitação para uso do prédio escolar (17/8/1988)	95

Figura 30. Solicitação para uso do prédio escolar (19/3/1990)	96
Figura 31. Crucifixo de madeira.....	97
Figura 32. Pátio da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória (10/8/2022)	98
Figura 33. Artefatos religiosos, sala da direção da escola.....	99
Figura 34. Entrada da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória.....	100
Figura 35. Vista externa da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: ESCOLA PAROQUIAL OLIVO GOMES: UM PERCURSO SENSÍVEL.....	27
1.1. O patrono da escola e a modernização do bairro.....	49
CAPÍTULO II: REGISTROS VISUAIS E ATUAÇÃO DAS IRMÃS CORDIMARIANAS.....	56
CAPÍTULO III: ENTRE A LEI E A MEMÓRIA: CAMINHOS E SENSIBILIDADES DA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR RUI RODRIGUES DÓRIA.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

A iniciativa de investigar a história da Escola Paroquial Olivo Gomes, atualmente designada como Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, durante o período compreendido entre 1960 e 1970, foi motivada primeiramente pela minha vivência na área da educação. Desde 2009, desempenho a função de professor efetivo de História no Ensino Fundamental II e Médio em instituições de ensino público situadas na cidade de São José dos Campos, no interior do Estado de São Paulo. Essa experiência proporcionou-me, ao longo dos anos, um contato mais próximo com a comunidade escolar dessas instituições, que inclui não apenas os estudantes, mas também seus pais ou responsáveis, bem como outros membros familiares, como avós, tios e tias, muitos dos quais residem nas proximidades desses estabelecimentos de ensino. Ao longo da minha trajetória como educador, observei uma hiato significativo no que se refere às informações disponíveis acerca da origem, da estrutura organizacional, da evolução histórica, das memórias coletivas e, sobretudo, dos sentidos e das sensibilidades associadas a essas unidades educacionais.

Em meados do ano de 2018, eu me encontrava alocado como professor de História do Ensino Fundamental II dos Anos Finais e do Ensino Médio na Escola Estadual Professora Sônia Maria Alexandre Pereira, localizada na zona sul da cidade de São José dos Campos, tornando--se assim, a minha casa de exercício de ofício por aproximadamente sete anos. Em finais do primeiro semestre de 2018, fui convidado pelo então diretor da Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, Luís Fabian de Freitas Bittencourt, para exercer a função de vice-diretor designado, o que para mim foi provocante, não só pelo fato de trabalhar como gestor em uma escola pública, mas também pelos desafios oferecidos pela região conforme suas peculiaridades, problemas e condições, característicos de cada realidade. No novo local de trabalho, tive a oportunidade de aprender e ampliar minhas perspectivas sobre outras dinâmicas que ocorrem em uma escola para além da sala de aula, desde os trâmites burocráticos administrativos, o atendimento à comunidade escolar, mediação e resolução de conflitos, entre outras questões referentes aos dilemas que compõem a complexa teia de relações humanas no âmbito escolar.

Nesse período como gestor, percebi também que o edifício escolar e alguns elementos inscritos no registro material daquela unidade de ensino, que algo a diferenciava de outros edifícios escolares da cidade, mesmo aqueles construídos na mesma época, indicando a presença de signos e símbolos religiosos que vinham acompanhando o prédio escolar desde a sua fundação. Esses

objetos sacros espalhados pela escola em locais estratégicos (entrada, secretaria, pátio e sala da direção), ao alcance dos olhares de todos que por ali transitam foram analisados enquanto fontes materiais que nos contam parte da história.

Ao longo dos anos como vice-diretor, pude acompanhar um dos trabalhos desenvolvidos pela professora de História daquela escola, a Profa. Me. Sônia Gabriel, o qual evidenciava alguns elementos sobre a origem daquele edifício, atividades essas colocadas em prática durante as suas aulas, me possibilitando inferir que a história da escola requeria uma pesquisa mais aprofundada e de caráter acadêmico, compreendendo a inserção da escola naquela localidade e os diferentes emblemas de sua permanência no bairro de Santana, em São José dos Campos. Além disso, também percebia nessa comunidade, por meio de pais e responsáveis, as referências frequentes ao passado da escola, as memórias de um tempo no qual a escola era associada a uma qualidade pedagógica e de disciplina, indicando alguma diferenciação em relação às demais escolas do sistema estadual de ensino. Todo esse garimpo de informações subsidiou tanto a professora de história, quanto para mim, na condição de gestor da unidade de ensino, no sentido de aguçar ainda mais o interesse sobre o processo de criação e institucionalização daquele prédio, não apenas como uma escola pública, como é atualmente, mas os caminhos que levaram ao seu surgimento, construção e institucionalização como uma escola paroquial.

Esse elemento distintivo, ou seja, fato de ter sido uma escola paroquial em seus primórdios, acabou por constituir-se como fato relevante para definição do tema da pesquisa. Pude verificar, por meio de diálogos informais, que os moradores do bairro mantêm uma estreita relação com o edifício escolar, assim como alguns estudantes me contaram, informalmente, seus pais, tios ou avós, entre outros parentes, foram estudantes naquela escola à época na qual ainda funcionava como escola paroquial, e, portanto, tinham muitas situações e histórias sobre aquele espaço. O que chamou bastante minha atenção foi o fato de grande parte dessas narrativas emergirem acompanhadas por um discurso de cunho religioso vinculado ao catolicismo, provavelmente devido à forte presença e atuação da Igreja Católica no bairro, tornando-se essa uma característica marcante no imaginário social de Santana.

Além disso, alguns ex-estudantes da escola paroquial, que ainda moravam no bairro, visitavam a escola por diversos motivos pessoais, alguns inclusive, disponibilizavam fotografias referentes ao período no qual estudavam, outros para rezar ou fazer algum agradecimento perante a imagem da Nossa Senhora Aparecida, que ainda se encontra em um oratório sobre uma das colunas que sustentam as paredes do pátio da escola. Algumas antigas professoras que lecionaram ou estudaram ali também procuravam a escola a fim de realizarem o mesmo percurso. Fui me

dando conta de que nessas histórias, várias imagens da escola paroquial emergiam banhadas por significações e representações diversas, possibilitando perceber em cada gesto e em cada palavra pronunciada, certas situações e nomes atribuídos ao prédio escolar a partir das vivências e da ocupação daquele lugar por aqueles atores sociais. Em um determinado momento me vi diante da “escola do padre”, de “um convento de freiras”, de “um mosteiro”, da “escola das irmãs”, ou “foi graças ao monsenhor Luís e a Irmãs Cordimarianas”, “graças à Igreja Matriz temos a escola de hoje”, ou mais ainda, “aqui era muito bem cuidado, a gente via até o brilho do chão”, ou, “naquele tempo era tudo muito rígido, muita disciplina”. Recorro aqui aos estudos de Taborda de Oliveira (2020) sobre educação dos sentidos e sensibilidades e as questões envolvendo o corpo como objeto de análise de alguns pesquisadores e sua relação com o mundo físico e material. De acordo com o autor,

Um olhar atento para a educação dos sentidos e sentidos e das sensibilidades ao longo da história tem ajudado a questionar aquele tipo de representação dicotômica, justamente por mostrar que o pensamento não pode subsistir sem o corpo no qual ele se manifesta, e sem os suportes materiais que lhe dão longevidade, embora a tradição formativa ocidental tenha privilegiado o “espírito”, o intelecto, as ideias, o pensamento. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2020, p. 5).

Nesse sentido, de acordo com os apontamentos de Taborda de Oliveira,

Devemos admitir, por isso, que os sentidos devem ser compreendidos na sua dupla dimensão: aquela biológica ou natural eminentemente corpórea e manifesta na capacidade para ouvir, ver, tatear, degustar e cheirar, mas também no que representa do ponto de vista simbólico, semiótico, a capacidade dos sujeitos para significar, representar, imaginar, com toda a sua ancoragem cultural. Esse diálogo, matéria prima do historiador que se ocupa da educação dos sentidos e das sensibilidades é obra sempre aberta. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2020, p. 6).

É importante, para o entendimento dessas narrativas, de acordo com as análises de Martins, “reconhecer, portanto, que qualquer atividade humana ocorre com ocupação do espaço, que construído socialmente, passa a compor o lugar. Ali é que se desenvolvem as experiências” (MARTINS, 2015, p. 254). Esses diálogos, mesmo que informais e ocorridos pelos corredores, ou no pátio da escola, além de ampliarem as possibilidades de análise sobre o tema, trouxeram à tona aquele prédio escolar como espaço de cultura e produtor de sensações, educando os sentidos. Essas percepções e análises somaram-se aos meus anseios iniciais enquanto pesquisador, e, naquele momento, gestor escolar, tornando-se um catalisador para o desenvolvimento deste estudo, expandindo minha compreensão acerca do trabalho de pesquisa histórica sobre a educação brasileira com diversos tipos de fontes, ao mesmo tempo em que me possibilitaram associar como

bem indicado por Pineau (2018) ao apontar que os estudos sobre a educação contam, mais recentemente, com interesses por compreender como a escola contribuiu para forjar novas/outras sensibilidades, constituindo um desafio epistemológico e metodológico para as pesquisas em história da educação. Segundo o autor,

Implica sumar al análisis una serie de elementos no tradicionales para pensar los fenómenos educativos y escolares entre los que se encuentran las distintas formas de representación de la vida cotidiana- literárias, pictóricas, etc. -, la cultura material de la escuela, las discusiones pedagógicas, los libros de textos, los relatos de funcionário, etc. (PINEAU, 2018, p. 13).

E mais ainda, evidenciam o estabelecimento de relações sociais e afetivas, compostas por vários significados, e que ocorriam em um ambiente educativo, resultado de uma cultura escolar específica, que, deve-se levar em conta o fato de tal cultura se dar “(...) no espaço escolar e, simultaneamente, onde se transmite saberes e conhecimentos. E mais ainda, que é preciso entender, como se deram no interior da instituição as conexões entre saber, identidade e poder”. (SILVA, 2009, p. 13). Desse modo, de acordo com os apontamentos de Martins (2015), é possível compreender essas percepções acerca da escola como espaço que educa e como lugar da experiência de aprendizagem, tanto pelas questões de representação quanto pelo simbolismo dos objetos nela encontrados. E mais ainda, em seu estudo acerca dos currículos e as práticas educativas nas escolas brasileiras do século XX, a autora discute questões importantes sobre memória como elemento cultural, tendo como norte a educação dos sentidos e sensibilidades. Nesse sentido,

Nosotros estamos em terrenos de los recuerdos y de las subjetividades que activan la percepción de como los diferentes grupos sociales se organizan, se inscriben historicamente, establecen sus relaciones sociales, realizando operaciones de actualización del pasado em tempo presente. (MARTINS, 2012, p. 123).

Como bem nos apontam COSTA; *et al.*(2012), a comunidade escolar atua por meio de um ‘modo de pensar’ próprio, articulado com os projetos político-ideológicos municipais, estaduais e nacionais, e dialoga com as sociabilidades locais, sendo constantemente atravessada por essa cultura. Esses depoimentos colhidos entre um atendimento e outro, ou até mesmo durante os intervalos das aulas, embora representassem um leque de informações acerca da trajetória marcadamente religiosa, em espaço de educação escolar, naquele edifício, ainda não esclareciam como e porque, de fato, surgiu, e por quais razões e vias foi possível a implantação daquela escola no bairro de Santana.

Como se, de repente, a partir desses fragmentos, um conjunto de informações, muitas vezes desconexas, pudessem ser organizados e, com essas histórias e memórias, tornasse possível descortinar processos históricos, articulando-os ao conjunto documental referente à escola paroquial, e aos referenciais teóricos e metodológicos da história cultural da educação. Desse modo, o ponto de partida da pesquisa, considerou que, ao examinar cada trecho à luz das categorias que emergem dos estudos, fosse possível a construção de uma nova narrativa histórica da escola paroquial a partir da identificação de processos e contradições, além da investigação de fontes adicionais, como documentos oficiais, fotografias antigas da escola, além de relatos da comunidade local, possibilitando uma perspectiva pautada nos sentidos daqueles que ali vivenciaram uma história.

Foi muito importante, no decorrer desse processo de pesquisa, estar aberto e preparado para ajustar a compreensão dos significados desta história para a comunidade local, à medida que novas informações estavam surgindo, pois, o que se buscou não foi apenas reconstruir a história da escola paroquial, mas também compreender sua importância dentro do contexto mais amplo da comunidade e dos processos históricos em que está inserida. Desse modo,

A viabilização do acesso ao material produzido nas escolas não significa apenas a preservação da memória de uma instituição isolada, mas significa a manutenção da História de uma instituição que possui imbricações e interconexões com a dinâmica social, histórica, política e econômica da cidade (COSTA; *et al.*, 2012, p. 253).

Uma vez amparado por essas questões, o caminho percorrido na busca pelas fontes foi permeado por descobertas nem sempre frutíferas e satisfatórias, ou mesmo marcado por momentos de euforia de acordo com o que emergia. Algumas dificuldades surgiram ao longo do processo. Podemos elencar desde a dificuldade de acesso a um acervo sobre a organização religiosa que esteve presente na escola; ausências de registros sobre o cotidiano escolar na localidade e no mesmo período estudado; a restrição de circulação do pesquisador durante a pandemia de Covid. Cabe salientar que essas situações não inviabilizaram o desenvolver deste trabalho, exigiram, porém, abrir outras possibilidades investigativas e um trabalho histórico marcado pela diversidade de fontes.

Assim como na maioria dos prédios escolares brasileiros, a Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória dispõe de uma sala pequena, abafada e sem vias que possibilitem a efetiva circulação do ar, conhecida e identificada pela equipe gestora, professoras, professores, estudantes e funcionários como “Arquivo Morto”, o que, na verdade, corresponde ao Arquivo Permanente da escola; local onde se encontra, em sua maioria, mal conservados, armazenados em caixas-arquivo

de papelão e/ou plástico, documentos referentes aos prontuários de estudantes, à vida funcional dos professores e funcionários administrativos e de zeladoria, Livros-Atas de Reuniões de Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo, livros de Registro de Ocorrências e Orientações ao corpo docentes, demais profissionais e estudantes, livros de Reuniões Pedagógicas, de Conselhos de Escola, de Conselhos de Classes e Séries, livros de Exames de Admissão. Encontram-se ainda, de forma dispersa, e não seriada, fotografias do cotidiano escolar - muitas delas feitas pelos próprios professores ou membros da equipe gestora, prática muito comum na educação; registros fotográficos dos eventos escolares considerados importantes que remetem ao calendário cívico e festivo, fontes documentais que vão desde a fundação e construção do prédio escolar até documentos mais recentes, como notas fiscais de recebimento de materiais didáticos e mobília escolar.

Interessante pontuar que em meio a esse acervo documental, encontram-se não só outros pertencentes a outras escolas localizadas no bairro de Santana, o que não cabe aqui apontá-los, uma vez que não são eles alvo desta pesquisa. Outra situação é que essas fontes dividem o pequeno espaço com outros objetos como, ventiladores portáteis, caixas com lâmpadas fluorescentes, caixas de copos descartáveis, livros, cadeiras e algumas carteiras escolares, denotando que nem sempre as condições sob às quais estão salvaguardadas essas fontes estejam em consonância com dinâmicas arquivísticas ou patrimoniais. Fato é que tal condição contribui e muito para o estado no qual encontra-se aquele acervo. Paulilo (2019), em seus apontamentos sobre as condições dos arquivos escolares às quais os documentos são submetidos corrobora para que a conservação dessas fontes sofra com a ação do tempo, e mais ainda, de acordo com o autor,

A má conservação da documentação histórica que pertence às escolas é traço marcante no testemunho acerca do trabalho nesse tipo de acervos. Em muitos sentidos, o movimento de ampliação da noção de fontes que, na área da educação, a renovação historiográfica do último quarto de século promoveu também conferiu prestígio aos esforços de conversão do arquivo morto das escolas em arquivo histórico. (PAULILO, 2019, p. 24).

As informações, também esparsas e fragmentadas, colhidas a partir das narrativas orais construídas por aqueles estudantes, pais, funcionários, professores e ex-professores, principalmente vinculadas ao passado religioso da escola paroquial e do seu acervo documental nortearam e foram o direcionamento para que alguns pontos importantes se tornassem necessários para a pesquisa histórica aqui apresentada.

O contato com a Cúria Diocesana de São José dos Campos possibilitou o agendamento de uma ida até a sede do arquivo da Cúria, em busca de outros documentos sobre o período da

escola paroquial, mas não garantiu que a consulta direta ao seu acervo documental fosse realizada pelo pesquisador, uma vez que não é permitido a consulta pública, tampouco permitem que os documentos sejam fotografados. A saída encontrada mediante explicação do motivo pelo qual este trabalho se fazia necessário foi a disponibilização de cópias selecionadas pela funcionária do arquivo de alguns documentos que faziam referência à origem e percurso da escola paroquial. Nessa diocese fui orientado a procurar a Paróquia de Santana, onde, de acordo com as orientações dadas, encontraria fontes que responderiam muitos dos meus questionamentos.

De posse desta informação, entrei em contato com o funcionário da secretaria da Paróquia, responsável pela guarda e acesso aos documentos que dizem respeito a processos burocráticos internos daquela instituição religiosa. Mediante agendamento, consegui consultar alguns documentos (Livro de Tombo) que faziam referência à criação e inauguração de uma escola paroquial no bairro.

A busca por documentos sobre o funcionamento e a gestão da escola paroquial foi também marcada por alguns obstáculos, considerando a dinâmica dos arquivos diversos, uma vez que a guarda desses documentos segue a lógica de cada instituição, e que, portanto, deve ter a responsabilidade de armazená-los até o momento em que possam ou devam ser transferidos a um arquivo permanente, ou descartados. No caso da escola paroquial, os documentos guardados inscrevem-se no conjunto referente às obras daquela paróquia e, embora digam respeito a uma escola, não foram transferidos para qualquer órgão cuja função arquivística seja relativa aos processos educativos.

Outra questão que se mostrou fundamental na pesquisa, foi a delimitação do recorte temporal, que engloba o processo de criação e implantação do prédio escolar em inícios da década de 1960, como obra da Igreja Católica, perpassando todo o período em que ocorreu a transição da escola paroquial para a gestão pública escolar do Estado de São Paulo, transformando-a em Escola Estadual de Primeiro Grau Doutor Rui Rodrigues Dória em inícios da década de 1970, até meados da década de 1980, quando o prédio foi finalmente vendido ao governo do Estado de São Paulo pela Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes. Ainda que a escola seja paroquial em seu início, a parceria estabelecida com o Estado posteriormente se mostra importante para delimitarmos a questão pedagógica e patrimonial desta escola.

Cabe esclarecer que, à época da construção do prédio escolar, São José dos Campos não dispunha ainda de uma diocese¹ própria, as igrejas católicas da cidade estavam subordinadas à

¹Em 1º de maio de 1981, foi instalada a Diocese de São José dos Campos, composta pelas cidades de São José dos Campos, Jacareí, Monteiro Lobato, Igaratá, Paraibuna e Santa Branca. O primeiro bispo foi Dom Eusébio Oscar Scheid, scj. Motivo da Criação da Diocese: as cidades que compõem a Diocese de São José dos Campos pertenciam

Diocese de Taubaté², o que me possibilitou outra via possível de pesquisa na cúria taubateana, onde me foi permitido o acesso ao Jornal “O Lábaro”³, fonte de informação diocesana, direcionada aos fiéis da igreja e onde foi possível encontrar alguns recortes de notícias que fazem menção aos feitos da Paróquia de Santana, dentre elas, a criação e inauguração de uma escola paroquial para os moradores do bairro.

É evidente, portanto, que um dos desafios enfrentados no percurso da pesquisa consistiu na identificação e integração deste conjunto heterogêneo de fontes com as questões investigativas em questão. Nesse contexto, centrado primordialmente no âmbito da educação, a análise proporcionou a revelação dos intercâmbios, controvérsias e embates entre a narrativa oficial da instituição escolar, o vínculo entre a Igreja Católica e o aparato estatal, os empresários locais e os atores políticos, nos quais a instalação deste edifício escolar emergiu como um desdobramento de uma estratégia política e ativismo por parte dos representantes eclesiais em São José dos Campos, em colaboração com outros intervenientes políticos e econômicos.

Nesse contexto, com a educação como ponto central de análise, foi possível desvelar uma intrincada teia de interações, conflitos e alianças entre diferentes atores sociais. Entre estes, destacam-se a memória oficial institucional da escola, a dinâmica das relações entre a Igreja Católica e o Estado, os interesses dos industriais e a influência dos políticos locais. É notável que a implantação do referido prédio escolar não apenas reflete as necessidades educacionais da comunidade, mas também surge como resultado de uma cuidadosa estratégia política. Nesse sentido, os representantes da Igreja Católica em São José dos Campos desempenharam um papel significativo, estabelecendo alianças com outros agentes políticos e econômicos para alcançar seus

à Taubaté-SP. Somente Igaratá pertencia a Diocese de Mogi das Cruzes. O rápido aumento demográfico foi determinante para o desmembramento, a fim de garantir dinamismo e renovação da ação pastoral da Igreja na região. Disponível em: <https://diocese-sjc.org.br/historia/#1508413205573-f037fcc7-a480>. Acesso: 9/6/2023.

²Atualmente a Diocese de Taubaté é composta por 49 paróquias, espalhadas pelas seguintes cidades: Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Campos do Jordão, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, Jambeiro, Redenção da Serra e Tremembé. Disponível em: <https://diocesedetaubate.org.br/diocese/>. Acesso: 9/6/2023.

³O Jornal “O Lábaro”, com a primeira edição publicada em 9 de janeiro de 1910, foi um dos mais importantes jornais do Vale do Paraíba, sendo um dos mais antigos jornais católicos do Brasil em atividade. A ideia de Dom Epaminondas era ter um canal de comunicação com os fiéis católicos e com a sociedade para transmitir os valores da fé e refutar práticas e ideias que considerava nocivas à doutrina cristã. Daí um jornal cujo nome já expressasse o seu propósito: O Lábaro. O Século XX, com o vertiginoso avanço das ciências, foi também um século em que as instituições tradicionais, especialmente a Igreja Católica, foram fortemente questionadas e atacadas por movimentos intelectuais, que defendiam laicização da sociedade. O Lábaro surgiu também com o objetivo de realizar uma verdadeira cruzada em defesa da tradição e da doutrina cristã. O Lábaro surgiu como um periódico semanal e assim permaneceu por muitos anos. Com o padrão editorial da época, os textos sempre tiveram a primazia. O *slogan* constantiniano deu lugar a um propósito mais sóbrio e condizente com os novos tempos, com uma comunicação mais clara e atraente, sem, contudo, deixar de ser um instrumento de evangelização e de informação da vida pastoral da Diocese de Taubaté. Disponível em: [O Lábaro completa 110 anos de história – Portal da Diocese de Taubaté \(diocesedetaubate.org.br\)](https://www.diocesedetaubate.org.br/). Acesso em: 10/6/2023.

objetivos. Esse processo revela não apenas a complexidade das dinâmicas sociais locais, mas também a interconexão entre educação, poder político e interesses econômicos na configuração do cenário educacional e social da região.

Além disso e, nesse caso específico, de acordo com os apontamentos de Faria Filho (2006), no que diz respeito ao campo da educação, os pesquisadores têm desenvolvido seus trabalhos seguindo os poucos e muitas vezes, dispersos vestígios do cotidiano escolar e mais ainda,

(...) têm se voltado para documentação existente nas escolas públicas. O encontro com esses rudimentares arquivos escolares (muitos deles constituindo tão – somente um ajuntamento desordenado de fragmentos da memória casualmente salvaguardados do esquecimento) tem permitido o acesso a uma documentação administrativa e pedagógica: livros de matrícula, livros-ponto, de licenças, de termos de compromisso, livros de apontamentos sobre o pessoal, livros de chamada, de ata de fundação, de atas de exames finais, de nomeação e licenças, de termos de vista de inspetores, mapas de movimento, inventários e correspondências oficiais. Ainda, livros comemorativos, recortes de jornais, atas de reuniões de professores, dados sobre patrono, livro de atas do Centro Cívico, atas de reuniões do Conselho de Escola, atas de reuniões de estudo de professoras, Regimento Escolar, planejamento de curso, fotografias, entre outros. (FARIA FILHO, 2006, p. 23)

Assim, este trabalho estabeleceu por objetivo, analisar como se deu o processo de criação e implementação da Escola Paroquial Olivo Gomes, escola de ensino primário, no bairro de Santana, região norte da cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo, no início da década de 1960, bem como a sua transição para a Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória na década de 1970, quando passou a ser responsabilidade do Estado, com atenção especial aos agentes desse processo, às relações de poder entre a Igreja e o poder público e aos elementos materiais que se apresentam nesta escola. Pretende-se entender qual o impacto, para a comunidade, na implementação desta escola e edificação do prédio escolar, visando compreender, por meio da análise e interpretação das fontes, as intencionalidades promovidas pela Igreja Católica, pela indústria e pelo Estado, em um período no qual a educação, encarada como uma via possível de formação moral, social, religiosa e política, tornou-se um campo de disputas, interesses e embates entre essas instituições no âmbito da vida escolar do Bairro de Santana.

Atualmente, essa unidade escolar funciona como escola de Ensino Integral, dividido em dois períodos de 7 horas nos segmentos de Ensino Fundamental e Médio, incorporando-se portanto, aos elementos próprios do sistema público estadual paulista de educação e, em que pese as finalidades da educação tenham sido transformadas no decorrer do tempo, repercutindo na organização dos sistema de ensino, a história desta escola nos aponta para a compreensão dos modos como tal sistema foi incorporando unidades de ensino que carregam suas marcas, em uma história na qual o ensino voltado para setores populares, público alvo da Escola Paroquial, não se

configurava como público e estatal, tendo sido implantada sob a égide da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Tal lei resultou de um projeto apresentado na Câmara Federal em 1948 e assegurava que a educação podia ser pública ou privada de acordo com as escolhas das famílias. Essa condição pôs em cena aspectos ideológicos por meio de um movimento conservador contra a ação do Estado. De acordo com Marcílio,

A velha questão sobre a laicidade do ensino revestia-se de roupagens novas. A presença da Igreja Católica se faz sentir de forma preponderante na votação da matéria, apoiada pela iniciativa privada leiga. Estava a Igreja na época comprometida com uma ordem social fundada numa organização dual de características aristocrática. Além disso, no ano de 1959, o Papa Pio XII escrevia a Encíclica, “sobre a educação cristã da juventude”, *Divini Illius Magistri*. A educação de excelência, escrevia o Papa, é aquela que tem em vista: “assegurar o Sumo Bem, Deus, às almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana. A educação pertence à família, à sociedade civil, à Igreja. (MARCÍLIO, 2005, p. 150).

Este trabalho constitui uma pesquisa histórica de natureza qualitativa e documental, que se baseia na coleta e análise de documentos pertinentes ao contexto do cotidiano escolar, religioso e político nos quais a Escola Paroquial Olivo Gomes e o bairro de Santana estavam imersos. Assim, este estudo se concentra na investigação do seguinte conjunto de fontes: trocas de correspondências entre o pároco de Santana e o Bispo Diocesano de Taubaté, Despachos sobre a criação da Escola Paroquial Olivo Gomes, Livro do Tombo da Paróquia de Santana, Planta e Projeto de criação do prédio escolar, Ata de Registro da Instalação da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria em São José dos Campos, fotografias do cotidiano escolar e outras de arquivo pessoal disponibilizadas por antigas professoras da escola paroquial e contratos de aluguel do prédio escolar para a prefeitura de São José dos Campos e para o governo do Estado de São Paulo durante a década de 1970 referentes à transição da escola paroquial para o Estado. Para tanto, é importante considerar que esse *corpus* documental composto pelo acervo escolar, além dos outros documentos pesquisados sobre o prédio da escola paroquial enquanto objeto de análise da História, de acordo com os apontamentos de Costa; Martins; Papali; Roque; Quadro,

(...) precisa ser compreendido além da sua função administrativa e burocrática. O *corpus documental* produzido por uma escola, ao longo de sua existência, é fonte rica em instrumentos para a compreensão do cotidiano da Instituição, bem como para a assimilação das relações e dos processos históricos vivenciados pela comunidade na qual a escola está inserida. (COSTA; MARTINS; PAPALI; ROQUE; QUADRO, 2012, p. 253).

Portanto, o ambiente escolar sofre as influências e refletem o modo como se dão as relações da cidade com os atores sociais que se articulam de acordo com o contexto histórico no

qual estão imersos, “tais influências, por sua vez, permanecem, mesmo que de forma subjacente, registradas na documentação (COSTA; MARTINS; PAPALI; ROQUE; QUADRO, 2012, p.255).

Com isso, vislumbrou-se aprofundar a reflexão sobre o tema na expectativa de, por meio da análise dessas fontes, contribuir para a produção do conhecimento acerca da história da educação em São José dos Campos, possibilitando também novas abordagens e um diálogo mais profundo com os referenciais teóricos adotados. (BARROS, 2013). Desse modo, de acordo com Saviani,

(...) as fontes são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica que nos permite atingir o conhecimento histórico da educação, releva de importância o desenvolvimento de uma preocupação intencional e coletiva com a geração, manutenção, organização, disponibilização e preservação das múltiplas formas de fontes da história da educação brasileira. (SAVIANI, 2013, p. 16).

Cabe ainda salientar que é pouco o que se sabe sobre a história dos edifícios escolares existentes em São José dos Campos, embora existam algumas pesquisas nas quais a educação pública da cidade tenha sido o principal objeto de análise de pesquisadores. Roque (2007), por exemplo, nos mostra como se deu o processo de regulamentação da educação pública em São José dos Campos nos primeiros anos pós Proclamação da República e década de 1930, estudo no qual a autora explicita como a educação, através da escola, passou a ser vista como um “direito social no sentido republicano de formar cidadão, ou como oportunidade de promoção pessoal, uma vitrine de pessoas ilustres e abastardas que frequentavam a escola e colaboravam com ela” (ROQUE, 2007, p. 8).

Também Papali; Roque (2012) abordam questões referentes aos acervos escolares e sua relação com a memória entre as décadas de 1950 e 1970 por meio de depoimentos de alguns professores e alunos que passaram por grupos escolares da cidade de São José dos Campos. Embora existam contradições nessas narrativas orais, para as pesquisadoras, tais narrativas “significam as bases de toda construção memorialística e podem ser vislumbrados, em seus relatos, contornos de uma memória vivida coletivamente” (PAPALI; ROQUE, 2012, p. 136).

Apesar de ambos os estudos citados anteriormente terem descortinado processos históricos referentes à educação e ampliado nosso entendimento sobre diversos aspectos da história de alguns prédios escolares de São José dos Campos, ainda não se tem conhecimento, até então, de estudos referentes à Escola Paroquial Olivo Gomes e ao contexto a que esta pesquisa se propôs investigar. Também não foi tema central deste estudo o aprofundamento das questões relacionadas à cultura material escolar desta instituição de ensino, embora se tenham importantes e relevantes trabalhos acerca da educação nos quais a materialidade educativa seja a principal temática.

O prédio escolar onde atualmente funciona a Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, tem sua origem no início da década de 1960, tendo sido finalizada a sua construção no início de 1962 e aberto suas portas para a população escolarizável em fevereiro do mesmo ano. Surgiu como resultado de alianças político/religiosas entre a igreja, a indústria e o estado no intuito de suprir a necessidade educacional das famílias de operários das antigas fábricas da região do bairro de Santana, recebendo inclusive, o nome de um industriário local como patrono da escola. De acordo com Martins,

Ao mesmo tempo em que a memória das escolas vai sendo constituída ao ganharem nomes de pessoas, figuras que, ilustres ou não, são identificadas com a educabilidade do sujeito, sua historicidade se apresenta ao desvelarmos sua forma de construção, sua concepção estética e as políticas de sua implantação na localidade (MARTINS, 2015, p. 255).

Conforme já mencionado anteriormente, poucas são as informações e/ou pesquisas relacionadas à história do prédio escolar onde está instalada a Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, sua fundação e sua arquitetura, seu funcionamento, quais sujeitos envolvidos e, principalmente, quais interesses e jogos de poder envolvendo a criação, implantação e organização da antiga Escola Paroquial em Santana das décadas de 1960 até início da década de 1970. O acervo documental da escola será foi analisado tendo em vista os projetos de educação e nação idealizados e, supostamente, executados a partir dos alinhamentos entre a Igreja Católica e o poder público. Esses documentos, mais do que meros registros do acontecido, desvelam ideias e desejos prospectivos dos governantes e representantes da Cúria. Nesse sentido, foi possível compreender a escola como espaço no qual se cria e se estabelece uma cultura escolar onde a Igreja com seu projeto evangelizador e o Estado, com seu projeto sociopolítico, implementam suas propostas ideológicas e disciplinares. Tais características não permitem que esse conjunto documental possa ser interpretado dentro dos parâmetros da neutralidade, “pois sua finalidade específica se congrega, inevitavelmente, ao projeto de um governo que é mediador do sistema educacional” (COSTA; MARTINS; PAPALI; ROQUE; QUADRO, 2012, p. 255). E que, portanto, abrange um fazer escolar que cria um sistema de representações, uma cultura escolar que “que determina o que ensinar, o que inculcar, os fins a atingir, mais especificamente, o que transmitir considerando o contexto sociocultural que a escola se insere” (Idem, p. 255).

Em relação ao acervo fotográfico encontrado no decorrer da pesquisa, tanto na escola, como os disponibilizados por antigas professoras da escola paroquial, serão analisados pelo viés metodológico que os entende como fontes históricas, uma vez que, de acordo com Kossoy,

O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica. Uma fonte histórica, na verdade, tanto para o historiador da fotografia, como para demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos (KOSSOY, 2001, p. 47).

Assim, as imagens fotográficas permitem conhecer aspectos significantes da memória coletiva, indo muito além de meras descrições e trazem expressões vividas em outros tempos (SÔNEGO, 2010, p. 119). Porém, ressalta Sônego, a fotografia não deve ser utilizada como mera ilustração do texto escrito, para reforçá-lo, pois apresenta informações e mensagens que, sistematizadas, podem oferecer subsídios para a construção do conhecimento (Idem, *ibidem*. p. 120). Além disso, a imagem fotográfica ajuda a elucidar o modo como o processo de transformação social foi vivido e interpretado pelos atores sociais (BIANCO; LEITE, 1998, p. 204). Desse modo, esta dissertação abordou a história da Escola Paroquial Olivo Gomes desde sua origem até o momento no qual passou a funcionar no mesmo prédio a Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória entre as décadas de 1960 e início da década de 1970.

Nesta pesquisa, procura-se estar atento aos diálogos possíveis entre as instituições envolvidas com os projetos de educação, que se fazem presentes em seu acervo documental, no intuito de contribuir não só para a ampliação deste campo de estudo, como também para descortinar processos sociais e experiências dos sujeitos históricos inseridos no universo da escola, uma vez que, “cabe ao historiador dedicado a apreender as sensibilidades de um dado momento histórico, um trabalho apurado na busca pelas evidências, pelas fontes que traduzam tais aspectos do viver humano”. (FERREIRA, 2015, p. 34). As análises de Faria Filho (2006) sobre cultura escolar, por sua vez, contribuem significativamente para o entendimento desse processo, pois, “falar de cultura escolar, compreende, necessariamente, pensar em outras culturas institucionais, mesmo que menos explicitamente estruturadas como aquelas relacionadas às instituições religiosas e familiares ou ao mundo fabril e ao ambiente urbano” (FARIA FILHO, 2006, p. 41). Nesse sentido, a abordagem da fonte histórica passa a ser ampliada, considerando, por exemplo, não só os registros de imagens como objeto de estudo do historiador, uma vez que,

(...) os pesquisadores têm se voltado para documentação existente nas escolas públicas. O encontro com esses rudimentares arquivos escolares (muitos deles constituindo tão – somente um ajuntamento desordenado de fragmentos da memória casualmente salvaguardados do esquecimento) tem permitido o acesso a uma documentação administrativa e pedagógica: livros de matrícula, livros-ponto, de licenças, de termos de compromisso, livros de apontamentos sobre o pessoal, livros de chamada, de ata de fundação, de atas de exames finais, de nomeação e licenças, de termos de vista de inspetores, mapas de movimento, inventários e correspondências oficiais. Ainda, livros comemorativos, recortes de jornais, atas de reuniões de professores, dados sobre patrono, livro de atas do Centro Cívico, atas de reuniões do Conselho de Escola, atas de reuniões de estudo de professoras, Regimento Escolar, planejamento de curso, fotografias, entre outros. (FARIA FILHO, 2006, p. 23).

A partir do percurso investigativo inicialmente destacado, que parte do interesse do pesquisador em conhecer a história da instituição de sua nova experiência tradicional, os desafios encontrados na busca por fontes, recorte temporal e caminhos teóricos metodológicos, os capítulos que seguem narram os primeiros anos desta história. Assim, no primeiro capítulo, denominado *Escola Paroquial Olivo Gomes: um percurso sensível*, apresenta como tema central o estudo analítico e interpretativo de algumas cópias do acervo documental selecionado e entregue a mim no guichê da porta de entrada do arquivo permanente da Diocese de São José dos Campos, pois, de acordo com as informações que me foram dadas pela funcionária via telefone, não é permitido acesso público aos documentos originais daquele arquivo. As cópias que me foram cedidas tratam das primeiras articulações político-religiosas entre os representantes da Igreja Católica e o empresariado local para a criação da escola paroquial no bairro de Santana. O percurso investigativo inicia-se com os Despachos encaminhados pelo pároco de Santana ao Bispo da Diocese de Taubaté, pelo registro documental sobre a instalação da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria em São José dos Campos, passando pelo Projeto de Construção da Escola Paroquial e pelo Livro do Tombo da Paróquia de Santana, o qual pertence ao arquivo da paróquia. A análise dessas fontes documentais se dá a partir da perspectiva teórico-metodológica que, como bem apontado por Silva (2009), “documentos oficiais vem sendo revisitados, mas também outras fontes, como livros de ocorrência, boletins de alunos, agendas escolares, fotografias de eventos, cadernetas escolares e muitos outros, portam pistas que podem permitir que sejam produzidos novos olhares da e sobre a escola acerca do passado e do presente. (SILVA, 2009, p. 113).

No segundo capítulo, intitulado *Registros Visuais e a atuação das Irmãs Cordimarianas*, utilizo, analiso e apresento as fotografias acerca do cotidiano da Escola Paroquial Olivo Gomes como caminhos possíveis para o entendimento do percurso feito na organização escolar por meio dessas imagens, enfatizando o papel e a influência das Irmãs Cordimarianas na construção do imaginário social sobre o edifício da escola, sua presença naquela comunidade e o ordenamento e disciplina que representaram. No terceiro capítulo, cujo título é: *Entre a Lei e a Memória: caminhos e sensibilidades da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória*, discorro sobre o momento no qual o edifício escolar, onde funcionou por muitos anos a Escola Paroquial Olivo Gomes, passou para as mãos do Estado como Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória, transformando-se em um bem estatal e, em mais uma escola dentro do sistema da educação pública, ainda que carregando diversos símbolos religiosos em seus espaços, imprimindo uma marca católica à escola, que se mantém, de certa forma, até os dias atuais. Enfatizando que, enquanto escola paroquial açambarcada nos valores cristãos como instrumentos para educar os

atores sociais, não havia dentro da sua filosofia pedagógica, uma preocupação em formar religiosos, embora a escola tenha sido forjada e se tornado palco para divulgação de normas e valores voltados ao catolicismo.

Capítulo I

ESCOLA PAROQUIAL OLIVO GOMES: UM PERCURSO SENSÍVEL

O caminho que permitiu o acesso ao acervo documental que norteia este capítulo foi destrinchado seguindo trilhas diferentes. Parte dele compõe a documentação escolar pertencente ao arquivo permanente da Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, local onde funcionou a Escola Paroquial, instituição de ensino primário e privado até ser entregue ao poder público. A outra, faz parte do Arquivo da Paróquia de Santana e do Arquivo da Cúria Diocesana de São José dos Campos.

No início da década de 1960, o Brasil encontrava-se imerso em um cenário permeado por contradições entre o campo político e o econômico. De acordo com Aranha (1989), a ideologia política era o nacionalismo, em seus múltiplos aspectos: procura da identidade nacional, anseio da independência econômica e o populismo, como marca distintiva da organização política⁴. O modelo econômico, no entanto, se internacionalizava cada vez mais e se submetia ao controle estrangeiro. No caso brasileiro, Alves (1979) em seus estudos, nos mostra que,

O ano de 1960 é o fim do governo Kubitschek e do período do desenvolvimento industrial que os economistas chamam “substituição de importações”, quer dizer, um período em que o país começa a produzir bens industriais de consumo corrente, em que as exportações perdem uma parte da sua importância como fator de formação do nível geral de renda, em que as regiões se articulam economicamente mesmo que ainda não se integrem. É um período fundamentalmente marcado pela introspecção e pela autoanálise. 1960 é também o ano da consolidação da Revolução Cubana, do seus primeiros conflitos Estados Unidos, da sua reforma agrária. (ALVES, 1979, p. 125).

Considera-se que o alvorecer dos anos 1960 coincide com a fase final da república liberal democrática, marcada pelas disputas políticas entre o trabalhismo e o conservadorismo do modelo agrário exportador, representado essencialmente pela União Democrática Nacional, e no qual o debate sobre a modernização do país, considerando o modelo econômico com apoio na ampliação industrial, crescimento urbano e adoção de medidas que impactam diretamente o cotidiano do trabalhador, configuram elementos importantes para compreender os processos políticos, inclusive os eleitorais do período.

⁴ Há, em tempos recentes, uma revisão historiográfica desta concepção de populismo, tal como apresentada por Aranha (1989). Gomes (2019), por exemplo, não descarta algumas características dos governantes populistas, mas entende que no período liberal democrático de 1946 a 1964, predominava uma condição política com presença marcante das ações sociais marcadas pelo assentimento dos governantes, uma característica que os colocava em centralidade nas ações, mas que não correspondia a uma visão idealizada do povo brasileiro.

As conquistas sociais, como aumento do salário-mínimo, leis trabalhistas e ampliação do direito de voto às mulheres, por exemplo, estabelecidas durante as décadas de 1940 e 1950, são interpretadas pela forte presença das lideranças políticas trabalhistas, que devem ser entendidas na dinâmica da ideologia da outorga, termo bem cunhado pela historiadora Angela de Castro Gomes, que identifica esse período histórico como aquela que os direitos sociais são outorgados pelo governante. Gomes (2019) apresenta que questões sociais de uma reforma de base, como saúde e educação, não são priorizadas neste período, tanto quanto as questões industriais e do desenvolvimento econômico, em que pese já haver um debate sobre como tais questões sociais poderiam ser melhor abordadas, por intelectuais e empresários.

Nessa virada de década, dos anos 1950 para 1960, é também o momento no qual, na esfera educacional no Brasil, ocorria a aprovação da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961⁵ – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trouxe para este campo significativas transformações, tanto no ensino primário, quanto ao que diz respeito ao nível secundário, de acordo com Spósito (1984),

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4.024) instituiu um núcleo comum de disciplinas obrigatórias no currículo dos vários ramos das escolas médias, já denominadas ginásios, no primeiro ciclo. Apesar das alterações realizadas na legislação, a persistência dos diferentes tipos de estabelecimentos incentivava, ainda, a procura de outros modelos de organização escolar que respondessem às novas necessidades do sistema educacional brasileiro. (SPÓSITO, 1984, p. 15)

Embora o objeto de estudo deste trabalho seja a Escola Paroquial Olivo Gomes, de ensino privado e primário, os apontamentos referentes ao trabalho de Spósito (1984), que dá destaque às lutas pela ampliação da escola secundária no período, se faz necessários no intuito de situar o leitor no contexto histórico do qual emergiu este prédio escolar. Dessa forma, ao falar sobre o ensino primário, Spósito (1984), nos aponta que,

(...) ocorreu uma intensificação da demanda social em relação à escola primária, e, diante da ameaça contínua de déficits no atendimento, o Poder Público recorre a soluções de emergência visando garantir a ampliação imediata das vagas em suas unidades elementares. Esses recursos, embora permitindo o acesso praticamente a toda população em idade escolar, no início da década de 60, acabaram comprometendo as condições de funcionamento e a qualidade da instrução primária oferecida pelo Estado à coletividade. (SPÓSITO, 1984, p. 34).

Ainda de acordo com Spósito (1984), para a expansão da escolarização, diante das dificuldades encontradas pelo poder público no decorrer do processo, ocorreu uma diminuição expressiva do

⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 30/7/2022

oferecimento do número de vagas, contudo, tais percalços correspondiam essencialmente a questões qualitativas e, principalmente, ao cenário social e econômico do contingente escolar e de evasão do que, propriamente, da impossibilidade do poder público de acolher a demanda primária escolar. Deste modo,

A evolução dos serviços educacionais, durante a década de 60, continuou a caminhar no sentido da consolidação de um efetivo atendimento da demanda mediante a abertura de vagas que garantissem o acesso à primeira série do curso elementar a toda população escolarizável. Por outro lado, medidas que procuraram introduzir um padrão de ensino mais adequado consubstanciaram-se em algumas iniciativas dentre as quais pode ser citada a criação do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE⁶) em 1960. (SPÓSITO, 1984, p. 40).

Além do mais, de acordo com Aranha da Silva e Martins (2021), analisando o processo de ampliação da rede física de escolas paulistas no período, apontam que,

As décadas de 1960 e 1970 constituem um importante marco na história da educação escolar paulista, pois nesse período foram desenvolvidas diversas iniciativas no âmbito das políticas públicas educacionais que alteraram profundamente o perfil e a capacidade de atendimento da rede de ensino. Dentre as ações realizadas, pontuamos a expansão da rede física de escolas, o aumento do número de matrículas no sistema de ensino e a ampliação do período de escolarização obrigatória, essa última vinculada à reforma educativa do governo militar. (ARANHA DA SILVA; MARTINS, p. 46)

Para Marcílio (2005), o período é marcado também por um fracasso na educação, se tomarmos como referência a evasão escolar. Segundo ela, “esse fracasso educacional persistia e de forma grave. Em termos de evasão escolar, o Brasil em 1962 situava-se, dentre os piores países da América Latina, à frente apenas do Haiti e da Nicarágua e atrás de todos os demais países, inclusive dos mais pobres do que ele” (MARCÍLIO, 2005, p. 268). Dessa forma, a Igreja Católica, que já atuava amplamente na oferta de serviços educativos, percebeu uma possibilidade de intervenção e acolhimento desta demanda aliadas à ação caritativa, baseado no ideário de conceber a escolarização como elemento essencial para a formação da nação, mas mantendo a premissa de que a educação pertence à família, à sociedade civil, e também a ela, a qual deveria estender a sua missão educativa a todos os povos, cabendo ao Estado limitar-se à sua autoridade civil de proteger

⁶ O Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) (1959-1976) foi criado durante a gestão de Carvalho Pinto para o estado de São Paulo (1959-1963). A esta entidade, foram delegados o planejamento, o projeto, a construção e a manutenção da rede escolar estadual paulista, anteriormente sob a administração da Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Viação do Estado de São Paulo (1927-1963). O FECE foi sucedido pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) (1975-1987) e, posteriormente, pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). O impacto destas alterações administrativas se verifica no ambiente construído por meio de especificidades quanto a diretrizes de projeto, programas de necessidades e tecnologias construtivas. Disponível em: Fundo Estadual de Construções Escolares - FECE (1959-1976) · ACERVOS · FAU. Acesso em: 30/7/2022.

e promover a educação, suprimindo as deficiências da família, e a de oferecer educação cívica, intelectual, moral e física. De acordo com Cardoso e Castro (2017), “nesse novo contexto organizacional da igreja encontram-se as escolas paroquiais consideradas como mecanismos de influência no setor social, mais especificamente na educação básica como forma de combater o ensino laico (CARDOSO e CASTRO, 2017, p. 612).

O posicionamento da Igreja Católica em relação à educação brasileira, associado ao discurso formador da nação, adquiriu um caráter de uma missão religiosa precedida, e principalmente, justificada pela ação política vinculada aos interesses tanto do Estado quanto aos interesses da Santa Sé. Nesse sentido, foi necessário um alinhamento de ideias e objetivos destas duas instituições, colocado em ação por meio das práticas sociais exercidas por elas. A estrutura resultante desta parceria, possibilitou ao poder público enxergar a necessidade de investimento em mecanismos que pudessem acompanhar os processos evolutivos dos serviços educacionais oferecidos à população brasileira considerada “escolarizável”.

A Igreja Católica voltou seus olhares para a sua própria situação, diante também do risco da laicização da educação e, “se reorganiza e passa a desenvolver estratégias para não perder campo e evitar o abandono de fiéis. Um dos principais meios para alcançar tal objetivo é o ensino sistematizado oferecido em diversos tipos de instituições escolares da própria igreja, entre elas a escola paroquial”. (CARDOSO e CASTRO, 2017, p. 612). Nesse sentido,

Seja na sua origem, na idade média ou em pleno século XX, ao que tudo indica, os objetivos da igreja ao criar escolas paroquiais são os mesmos: a formação religiosa e a expansão e consolidação da fé, sendo que no Brasil o que se observa é que esta estratégia foi utilizada principalmente nos períodos em que a igreja se sentia ameaçada pelo avanço de outras religiões. (CARDOSO e CASTRO, 2017, p. 615).

Nesse contexto, o Monsenhor Luiz Gonzaga Alves Cavalheiro, pároco da Paróquia de Santana, estabeleceu alianças com políticos e empresários locais de São José dos Campos para dar início ao projeto de criação da Escola Paroquial Olivo Gomes, localizada no bairro de Santana, na região norte da cidade. Este capítulo se dedica a examinar esse processo e os meios pelos quais foi concretizado. Durante esse período, de acordo com as observações de Pinto, São José dos Campos,

(...) vivia um momento intrigante para uma cidade do Vale do Paraíba paulista: enquanto os demais municípios da região encolhiam em número de habitantes, São José experimentava um aumento populacional significativo, com um desenvolvimento econômico vinculado principalmente à tuberculose e a uma industrialização precoce⁷. Era

⁷ Depois de ocupar posição periférica no período áureo do café no Vale do Paraíba, São José dos Campos ganhou destaque nacional na chamada fase sanatorial, quando inúmeros doentes procuravam o clima da cidade em busca de cura para a tuberculose. Em 1924, foi inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha, o maior do país. Somente em 1935,

o período sanatorial. Muita gente veio para São José buscar a quase impossível cura. Concomitantemente a esse período, o processo de industrialização tem seu prenúncio com a instalação da Fábrica de Louças Santo Eugênio e da Tecelagem Parahyba no Bairro de Santana. (PINTO, 2007, p. 13).

Para Fraga et al (2012), em seus estudos sobre o processo educacional em São José dos Campos e o cotidiano das primeiras escolas criadas na cidade ainda no Brasil Império, é comum nas produções acadêmicas acerca da história da cidade destacar-se,

(...) sua vocação sanitarista e como essa vocação e as políticas públicas voltadas à educação sempre andaram juntas, principalmente no período republicano, quando a educação passou a ser peça chave para se atingir o objetivo das elites brasileiras, que buscavam deixar para trás as heranças do colonialismo e desenvolver uma cultura próxima à de países desenvolvidos. (FRAGA et al, 2012, p. 43).

De acordo com os autores,

Essa procura pela modernidade se deu, em São José dos Campos, em consonância com as qualidades climáticas da cidade, sobretudo, quando a sua elevação à condição de estância sanitária, passando a ser o destino buscado por aqueles que necessitavam tratar de doenças pulmonares, principalmente a tuberculose. (FRAGA et al, 2012, p. 44).

Considera-se necessário o entendimento do contexto político, econômico e social no qual a cidade estava inserida no intuito de situar o leitor no momento histórico aqui estudado. De acordo com Vianna (2010), tendo sido oficialmente decretada Estância Climática em 1935, São José dos Campos passou a vivenciar a sua fase sanatorial, e sob essa condição, de acordo com Fraga et al (2012) a cidade, “(...) conseguiu uma série de benefícios financeiros para a melhoria de sua infraestrutura. A partir de então, o poder público municipal demonstrou preocupação em educar a população emergente para a nova vocação do município”. (p. 48). Tal condição prolongou-se até meados da década de 1950, quando teve início o incremento da industrialização no local, resultado também do processo de descentralização industrial no Estado de São Paulo (Costa & Souza, 2010), ocorridos entre as décadas de 1930 (instalação de indústrias em terrenos próximos às malhas ferroviárias), de 1950 (instalação em direção às recém-inauguradas rodovias Anchieta (1947), Anhanguera (1948) e Presidente Dutra (1950) e em uma terceira fase na década de 1960 (instalação em uma área de 100km de distância da metrópole até municípios de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba). De acordo com Costa e Souza (2010), em seus estudos, nos mostram que,

com os investimentos do governo de Getúlio Vargas e a transformação do município em estância climática e hidromineral, o município pôde investir em infraestrutura, principalmente na área de saneamento básico, que no futuro viria a ser um trunfo a mais para a atração de investimentos destinados ao desenvolvimento industrial. Entre 1935 a 1958, a cidade foi administrada por prefeitos sanitaristas, nomeados pelo governo estadual. A autonomia para eleger o prefeito foi perdida em 1967, durante o regime militar, e reconquistada em 1978. Disponível em: [História - Prefeitura de São José dos Campos \(sjc.sp.gov.br\)](http://www.historia-prefeitura.de.saojosedoscampos.sjc.sp.gov.br) Acesso em: 8/8/2022.

A partir da década de 1960, a concentração industrial na Grande São Paulo começa a dispersar em direção a outros municípios do interior do Estado e de outras regiões. A criação de órgãos de Planejamento Econômico Regional mostra a intenção por parte do governo federal em orientar o desenvolvimento econômico – por meio da atividade industrial –, para outras regiões do país. (COSTA; SOUZA, 2010, p. 91).

Seguindo a lógica desenvolvimentista vinculada ao progresso econômico, de acordo com Soares e Souza (2002), São José dos Campos já contava com importantes indústrias do Vale do Paraíba instaladas na cidade. Porém, ainda era perceptível em sua malha urbana características sociais associadas à ideia de atraso, além do mais, economicamente falando, a cidade de São José dos Campos,

(...) ajustava-se ao modelo capitalista industrial, inserindo a cidade no panorama político nacional, seu operariado em formação, uma camada social integrada majoritariamente por migrantes, abrigava-se nos carentes loteamentos populares que surgiram nas décadas seguintes. (SOARES; SOUZA, 2002, p. 109).

Com esse fluxo migratório alojado principalmente no bairro de Santana, surgiu também, decorrente da instalação dessas indústrias na região, uma demanda escolarizável, que somada a já existente, gerou a necessidade de escolas e, conseqüentemente, de uma reorganização da infraestrutura urbana. Assim sendo, a urbe vivenciou alguns conflitos decorrentes das relações “geradas entre o capital e o trabalho, devido às desigualdades sociais, manifestavam-se especialmente na cidade (SOARES e SOUZA, 2002, p. 110). Com o advento da abertura da Rodovia Presidente Dutra em inícios da década de 1950, São José dos Campos passou a abrigar diversas indústrias de grande porte, entre elas,

A Johnson & Johnson em 1953; a Ericsson do Brasil em 1954; a Eaton S/A, a General Motors do Brasil e a Fiação Kanebo em 1957; a Bundy, a Alpargatas, a Avibrás e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em 1961; as Indústrias Matarazzo em 1962; a Embraer em 1967; a Kodak em 1969 e a Panasonic em 1970. (SOARES & SOUZA, 2002, p. 110).

Assim, o processo de industrialização da cidade acompanhado pelos ideais de progresso característico do período, fez com que alguns donos de terras e lideranças políticas vencessem algumas opiniões contrárias à instalação dessas empresas, e movimentassem todos os caminhos possíveis para atraí-las. De acordo com Soares e Souza (2002), São José dos Campos sentiu o impacto do crescimento demográfico, que alcançou patamares preocupantes, indo de 44.804 habitantes em 1950, para 150.884 em 1970, triplicando o contingente populacional nas duas décadas.

Tal situação fez com que assuntos referentes à habitação e à infraestrutura urbana se entrelaçassem e tornassem-se pautas nas agendas e gabinetes do poder público, ocupando lugar entre as decisões políticas, religiosas e educacionais no mesmo ritmo do crescimento que a cidade apresentava. O discurso desenvolvimentista atrelado ao progresso econômico da cidade estendia-se também às falas do pároco de Santana, e provavelmente, contribuiu para consolidação de alianças político/religiosas entre o Monsenhor Luiz e os donos dessas fábricas no intuito de viabilizar a criação de uma escola paroquial, pois, para além da questão religiosa e caritativa, “as escolas representavam um dos símbolos do progresso de uma cidade, juntamente com os processos de industrialização e de urbanização, causando uma mudança espacial no cenário urbano”. (FRAGA; *et al.*, 2012, p. 48). É importante salientar, que em meio a essa trama de interesses políticos/religiosos, persistia ainda a ideia de progresso concebida no final do século XIX de que o grau de civilização de uma nação era medido pela seu nível de instrução. Segundo Rosa Fátima de Souza (1998), naquele período no país, com uma economia voltada ainda para o meio agrícola,

As fazendas, esteio da economia, transbordavam sua propriedade para as cidades, que adquiriam uma fisionomia de meio civilizado: hospitais, jardins, igrejas, escolas, palacetes, casa de comércio, rede de esgoto, estações ferroviárias, iluminação, calçamento das ruas, telefones, jornais, fábricas, estalagens, cortiços e, mais tarde, o cinema, o bonde (Souza, 1998, p. 48).

De acordo com o Documentário “Monsenhor Luiz Gonzaga Cavalheiro”, coordenado por Maria de Fátima Ramia Manfredini, disponibilizado na *internet* na plataforma do *YouTube*, produzido no ano de 1991⁸, o padre relata sobre suas primeiras impressões a respeito da cidade. De acordo com a narrativa construída pelo pároco, existia no imaginário social dos forasteiros, um grande medo da tuberculose, pois São José dos Campos era tida como “a cidade dos tuberculosos”, considerada muito atrasada, causando uma péssima impressão a quem para a cidade acorria. Tal característica era atribuída principalmente por causa dos doentes. Essa condição social da cidade, segundo ele, foi motivo de recusa de muitos convites feitos à algumas congregações religiosas, incluindo a oferta de terrenos, para que pudessem se instalar em São José dos Campos, colégios, ginásios, a exemplo das Salesianas, porém “ninguém queria saber de São José devido à sua fama”. Entretanto, apesar de haver uma segregação social decorrente da tuberculose em relação à cidade, tal elemento não parecia aplicar-se ao bairro de Santana, pois, de acordo com a percepção do Monsenhor Luiz, o bairro “parecia outro mundo”, já que ainda era muito marcado por elementos

⁸ Essa série documental foi produzida como parte do Projeto Patrimônio Humano – Série Personalidades da História Joseense –, realizado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo em parceria com o Museu da Imagem e do Som entre os anos de 1988 e 1992.

geográficos e pela existência de pessoas que habitavam a zona rural, opondo-se à visão do bairro, uma descrição bastante dura em relação ao centro da cidade, nas quais as marcas da tuberculose poderiam ser percebidas pela ausência de medidas e condições sanitárias adequadas.

O bairro de Santana, por estar localizado próximo ao Rio Paraíba do Sul e longe da região central, segundo o padre, não abrigava doentes devido à umidade proveniente do rio. A partir do depoimento do pároco transcrito abaixo, é possível perceber a tônica do seu discurso ao levantar questões relacionadas ao crescimento da cidade e sua relação religiosa com desenvolvimento do bairro de Santana.

A impressão da cidade era péssima, porque era uma cidade muito atrasada, atrasada mesmo. Isso atribuiu-se aos doentes. Congregações religiosas, várias delas receberam convites para se instalar aqui, colégios, ginásios. Em Santana tinham poucos sanatórios e muitas pensões, pensões onde dormiam três, quatro, cinco, seis, dez doentes no mesmo quarto que mal comportava cinco pessoas, de modo que a impressão era desagradável, tanto que o prefeito era filho daqui, muitos anos foi o doutor Pedrinho Mascarenhas, família tradicional, um grande prefeito de São José. Agora o Juiz de Direito era tuberculoso, o delegado tinha um pulmão só, diretores de escola eram homens que foram doentes, de modo que isso aí impressionava a gente, né? Causava um mal-estar na gente, mas depois a gente acostumava. Mas eu sempre... a Madre Tereza que era, foi a fundadora da Congregação das Pequenas Missionárias, nós sempre, nós sacerdotes, eu, o Cônego João Guimarães, o Monsenhor Osvaldo Bindão e as vezes um outro padre que estava aí. Todos os meses o Bispo Diocesano vinha aqui a São José, Dom Francisco Borja do Amaral, então ela convidava sempre os padres para almoçarem com o senhor bispo, então ela sabia do medo que eu tinha, eu e os outros padres, eu com mais excesso, né? Por ser talvez o mais moço. Depois começou o progresso, que São José era toda sem calçamento, a Rua 15 (de Novembro), eu me lembro que a gente passava de automóvel engatando a primeira, segunda, primeira, segunda, os buracos e pedra, quando chovia então, era um atoleiro a Rua 15. Aí começou entrar o progresso, o calçamento das ruas, eu consegui à custa da amizade com o doutor Pedrinho e todos os prefeitos eu sempre fui muito amigo, foi quando então, eu consegui o calçamento da Avenida Rui Barbosa, que foi um triunfo para nós. (Trecho retirado do documentário “Monsenhor Luiz Alves Carvalheiro” produzido pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo e coordenado por MANFREDINI, 1991).

Embora o documentário não traga referência à criação de uma escola paroquial, deixa claro como se dava a relação do padre com a comunidade de Santana. Como articulador desse processo, a figura do padre tornou-se cada vez mais presente no cotidiano do bairro, exercendo forte influência em todos os aspectos, como difusor e propagador de valores cristãos, ditando as regras e procurando moldar pensamentos e comportamentos em consonância com sua compreensão da doutrina religiosa católica. Esse movimento em torno das festividades católicas do bairro evidencia a participação da comunidade local, bem como o sentido de pertencimento à igreja e à religião católica por parte das camadas mais pobres da comunidade local, a qual contribuía, dentro do possível, para a manutenção da Paróquia de Santana.

Essa alavanca de transformação social acabou por estender-se também para o campo educacional, haja vista os rituais religiosos realizados atualmente por antigos residentes de Santana ao procurarem os responsáveis pelo atual prédio escolar.

Aqui em São José dos Campos nós temos, podemos dizer, temos quatro festas importantes aqui, primeiro, ou melhor, mais, primeiro a Semana Santa, que toda vida foi muito concorrida aqui em São José e também aqui em Santana, fazemos todas as cerimônias da Semana Santa com muita concorrência. Depois temos a Festa de São Benedito, na Paróquia do Cônego João Guimarães, também é uma festa tradicional e já muito antiga aqui em São José dos Campos. E temos aqui em Santana a Festa de Santana, que também antes de ser paróquia, já era celebrada esta festa. Geralmente quem tomava conta e organizava era o Monsenhor Ascânio Brandão, bastante conhecido aqui. Era a festa do Divino Espírito Santo de Santana, sempre foi feito uma festa assim em conjunto, e nós continuamos, e essa festa tá tornando cada vez mais empolgante, esse ano, como todos os anos, tem sido uma verdadeira apoteose, vem gente de fora para participar da festa e trazemos então aquele costume antigo, temos a Corte, o rei e a rainha, é um casal de meninos, né? Uma menina e um menino. E tem a cortezinha, são as princesas, geralmente uma média de vinte a trinta, e depois os festeiros, dois festeiros do Divino Espírito Santo, e dois festeiros de Santana. A festa empolga-se aqui o bairro, todos os anos fazemos uma quermesse, trazemos um parque de diversões, embora com jardim reformado, mas temos aqui espaço para alguns aparelhos, o que atrai muita gente da cidade e de outras cidades vizinhas, de modo que a missa cantada no dia, geralmente o dia de Santana é dia 26 de julho, mas, como geralmente cai dia de semana, então celebramos no domingo seguinte ao dia 26 de julho. O senhor bispo celebra a missa das dez, é a missa solene e a tarde tem a procissão, onde saem todos os festeiros, a corte, os príncipes, as princesas, isso torna a dar uma graça muito grande e tem uma frequência enorme. A igreja é pequenina para comportar o povo, principalmente esse ano nós fizemos na igreja completamente terminada, como todos sabem, esta igreja custou bastante, a paróquia é relativamente pobre, mas eu tenho que dá esse testemunho que os pobres são os que mais ajudam na igreja, os pobres, de modo que foi feita com trabalho, mas nunca encontrei má vontade de ninguém, absolutamente de ninguém, todos ajudaram e continuam a ajudar, temos aqui o movimento do dízimo, que vai indo muito bem, graças à boa compreensão dos nossos paroquianos aqui de Santana e aqueles que nos ajudam nesse trabalho, de modo que nesse ponto eu só tenho que louvar e agradecer a Deus pela bondade desse povo aqui de Santana. (Trecho retirado do documentário “Monsenhor Luiz Alves Carvalheiro” produzido pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo e coordenado por MANFREDINI, 1991).

Analisando a narrativa construída pelo padre em seu depoimento em torno da ideia de progresso, é possível perceber o quanto a sua percepção é permeada pela concepção existente na passagem para a República em finais do século XIX, em que a procura pela modernidade justificava-se pelo abandono do atraso colonial e nas quais as condições higienistas e sanitaristas estiveram presentes. Porém, também se percebe que o pároco estava atento aos elementos de transformação que ocorriam no Brasil e na localidade naquele período. É possível dizer que, naquele bairro, as questões relacionadas à saúde, educação e segurança pública misturaram-se à doutrina religiosa, estando presente até o momento atual, em muitas pessoas que habitam a localidade. Como bem apontado por Fraga; *et al.* (2012), “que não há como dissociar a questão da

saúde e higiene da questão da educação e da segurança pública, que caminhavam juntamente com a crescente urbanização verificada na época” (p. 49).

As peculiaridades do bairro também são destacadas pela presença marcante dessa figura religiosa, como um personagem que se auto representava como uma autoridade local. De acordo com o relato do padre, ele “tinha a fama de ser o xerife de Santana”, pois, segundo ele, o bairro não tinha soldado, então quando algumas medidas consideradas drásticas precisavam ser tomadas, como certas atitudes que competiam à polícia, ele agia, pois “com a força moral que tinha”, costumava fazer muita coisa boa e evitar “males que viessem a prejudicar a população do bairro”. Em tom de orgulho, de vaidade e com certa ironia, o padre não se contrapunha à alcunha com a qual foi apelidado, de acordo com a transcrição do seu depoimento abaixo,

Eu tenho a fama aqui de ser o xerife de Santana, eu só tenho de me alegrar com isso. É que Santana no tempo que eu vinha pra cá não tinha soldado, então a gente precisava tomar certas medidas drásticas e até hoje a gente tem que tomar certas atitudes. Então eu sempre tive um gênio assim, muito positivo, sempre falei a verdade, não tenho medo de falar a verdade a quem quer que seja, desde que seja necessário, eu sempre falei a verdade a superiores com todo respeito e a superiores também, não só hierárquicos, como superiores, juiz de direito, delegado, e sempre continuo a falar sempre o que precisa, embora muitas vezes vai ferir o sentimento de amor próprio e de vaidade de algumas autoridades, não tenho medo de ferir, me honra muito, só não me deram uma estrela de ouro para mim colocar na batina. (Trecho retirado do documentário “Monsenhor Luiz Alves Carvalheiro” produzido pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo e coordenado por MANFREDINI, 1991).

Esse auto reconhecimento, em tom de autoelogio, como um personagem importante no estabelecimento da ordem e como fiador e executor de uma noção de progresso para o bairro de Santana, justifica-se pelo fato de que, como bem pontuado por Fraga; Roque; Salgado (2012), “parece denotar que a ordem era condição para o progresso, portanto, a população, sobretudo representada pelas camadas economicamente mais bem situadas na sociedade joseense, era estimulada a investir em comércio, instrução pública, higiene e arte”. (FRAGA; ROQUE; SALGADO, 2012, p. 47).

De acordo com os estudos de Pinto (2007), por muitas décadas, o padre exerceu o controle da Paróquia de Sant’Anna, moldou muitas gerações e foi um daqueles personagens que serão sempre lembrados pelos moradores não apenas do Bairro de Santana, como também por todos joseenses⁹. Com uma trajetória de vida vinculada à elite da sua cidade e de formação cristã,

⁹ Existe ainda no imaginário social da cidade e em Santana essa forte presença e referência ao padre como alguém que representava a ordem e a religião, sendo essas características marcantes do bairro.

esse forasteiro¹⁰, tinha entre os seus objetivos o de criação, implantação, direção e organização da Escola Paroquial. Mais ainda, para Pinto,

Oriundo de uma família que ditava as regras em Guaratinguetá, também no Vale do Paraíba, Monsenhor Luiz vinha com a fama de polêmico e de gênio forte: por onde havia passado “quebrava ovos”. Assim assumiu o controle total das capelas da Paróquia de Sant’Ana, derrubou algumas tradições para implantar sua linha pastoral e buscou disciplinar a religiosidade popular de acordo com a doutrina da Santa Sé. Como nenhum outro, soube fazer o jogo político e conseguir seus objetivos. (PINTO, 2007, p. 16).

Desse modo, sua análise e discussão concentram-se no período correspondente aos primeiros movimentos da Santa Sé para viabilizar a construção do prédio escolar em Santana, em um momento no qual a Igreja Católica, amparada pelo discurso da ação social e assistencial, vê-se obrigada a mudar o modo como vinha operando na sociedade. De acordo com Alves,

A atividade de assistência social, ligada ao formalismo das manifestações religiosas, criou entre os bispos uma ilusão de poder. Atolaram-se na rotina e na tibieza. Esta ilusão só viria a ser quebrada com a brusca mudança na direção política dos anos sessenta. A igreja foi, em consequência, forçada a enfrentar a crise modificando a sua organização, o seu discurso ideológico e, finalmente, o seu comportamento político. (ALVES, 1979, p. 40).

Na década de 1960, além de atuar politicamente como agente na ação anticomunista, a Igreja Católica retomou vários projetos no qual a educação era compreendida como um vasto e fértil terreno para sua ação, pois esta seria o principal motor de transformação/formação social, para além da esfera familiar. Tal retomada, se expressa especialmente na construção de campanhas, que resultaram na criação, em 1961, do Movimento de Educação pela Base. (MEB) e no projeto de ampliação de acesso à educação por meio das escolas radiofônicas. Essas ações são interpretadas quase sempre como um avanço do cristianismo católico em direção às questões sociais e à valorização da participação política dos sujeitos na vida pública do país. Pois,

(...) o MEB lançava-se na tarefa de “contribuir de uma maneira decisiva para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, tendo em vista as dimensões totais do homem e utilizando todos os métodos autênticos de conscientização. Isso deveria ser levado a cabo a partir de uma perspectiva de autopromoção e deveria conduzir à transformação decisiva das mentalidades e das estruturas. (ALVES, 1979, p. 143).

¹⁰ Começou os estudos no curso primário em Guaratinguetá. Terminando, prestou o exame de admissão para o curso ginásial de quatro anos no seminário, na cidade de Taubaté. Depois, cursou Filosofia por dois anos na mesma cidade e ingressou no curso de Teologia. Terminou os estudos muito jovem, aos 22 anos de idade, o que impediu a sua ordenação como padre, pois a idade canônica para a ordenação como sacerdote era de 24 anos. De acordo ele, “foi pedido dispensa a Santa Sé, e o Brasil por ser um país missionário, havia uma condescendência, uma exceção para poder dispensar por dois anos para poder ordenar sacerdote”. Após sua ordenação em 1 de novembro de 1936, veio para São José dos Campos para ocupar a vaga no cargo na função de pároco na Paróquia de Sant’Anna do Paraíba, onde permaneceu por 48 anos.

Mas, não se pode esquecer que a Igreja Católica deu vazão a partir dos anos 1945, à Associação de Educação Católica – AEC –, que foi criada justamente para defender os interesses dos católicos em relação à educação. Segundo Debalde (2007), a AEC lutava em prol da educação, com vistas à distribuição dos recursos, a base da educação centrada na família e ser contrária ao monopólio do Estado na educação. Desse modo, reconhece-se que a AEC foi muito importante nos debates que movimentaram a configuração da LDBN 4024, de 1961.

Também, de acordo com Alves (1979), os agentes católicos posicionavam-se contrários à laicização do ensino, defendiam a reintrodução do ensino religioso nas escolas, e, principalmente, consideravam que a verdadeira educação só podia ser aquela aliada à visão moral cristã, pois as escolas leigas serviam apenas para instruir, não para educar. Enquanto isso, por meio de alianças políticas, essa instituição religiosa “oferecia ao Estado o modelo de unidade para construir a identidade da nação brasileira” (RIGOLO FILHO, 2006, p. 3). Nesse sentido, as relações entre a Igreja e o Estado se dão associadas a uma “missão religiosa precedida e justificada pela ação política”, e que, “se justificaria, em um primeiro momento, pelo fato de que a ação social e caritativa da Igreja sempre interessou ao poder público” (Idem, p. 21). E mais ainda, de acordo com o Rigolo Filho,

A segunda justificativa é a vertente religiosa que expressa a existência de trocas simbólicas entre o poder religioso e o poder civil e econômico. Tais trocas seriam frutos de uma concepção religiosa, na qual os detentores do poder econômico deviam colaborar com as obras da Igreja como forma de garantir um crédito religioso, salvífico (RIGOLO FILHO, 2006, p. 21).

Portanto, compreende-se como uma característica da Igreja Católica, “relacionar-se bem com os detentores do poder econômico e político, pois o bom relacionamento com aquele segmento social, garantiria a subvenção às suas obras caritativas, além de um profícuo apoio político que lhe fosse necessário” (RIGOLO FILHO, 2006, p. 145).

Essas vias possíveis e permissivas de trocas simbólicas colocam a questão educacional no centro da discussão e trazem à tona o jogo diplomático entre as diversas instituições de ensino ou não, e que, de acordo com Saviani (2013),

(...) pelas suas próprias características, ao exercício da educação espontânea, vale dizer, do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas, confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais são, sem dúvida, a Igreja e o Estado. (p. 47).

Obviamente essa relação nem sempre ocorreu de modo harmonioso e pacífico, de acordo com Rigolo Filho,

Ao mesmo tempo a aproximação, e no, aparentemente, serviço a ele, a instituição servia-se dele para assegurar a propagação de sua doutrina religiosa. Em nome de um projeto maior a Igreja brasileira se pôs a construir uma prática social que mostrasse aos detentores do poder, aos liberais conservadores que sua missão não era colocar-se contra o Estado e que sua prática ajudaria a construção de uma consciência nacional. Para tanto, foi preciso construir uma imagem do socialismo como inimigo (RIGOLO FILHO, 2006, p.131).

Nesse sentido, os embates políticos fruto desse contexto de crise das relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado diante do crescimento dos movimentos anticlericais no início do século XX colocaram os representantes dessa instituição religiosa em um lugar para exercer, com muita diplomacia, um jogo político no qual o principal objetivo era o de seguir adiante com o projeto evangelizador e pelo qual se diziam fundamentalmente responsáveis. Nessa mesma linha de raciocínio é que se deu também a atuação da Igreja Católica na educação no bairro de Santana. Para além das ações caritativas, questões de ordem social e disciplinares, também se fizeram presentes, uma vez que, o seu representante, o Monsenhor Luiz, de acordo com Pinto (2007), recebeu de muitos moradores, diversos apelidos, entre eles o de “xerife do bairro”, além de “construtor, grande mestre e articulador político”, sendo ele o “responsável” pelas várias ações frente à Paróquia de Sant’Ana, como as construções de prédios, entre eles, o da escola paroquial e pela centralização do poder religioso na região. (PINTO, 2007, p. 16).

Portanto, ao tomar para si educação como campo de atuação vinculado à caridade e à moralidade, a Igreja Católica não só reafirmava sua existência e sua forma de agir, ampliando suas bases de evangelização, como também ganhava espaço como instituição religiosa que se preocupava não só com a formação moral, intelectual e social do país, mas também com a manutenção e ampliação do seu rebanho. A relação de interesses estabelecida entre essas duas instituições se deu do seguinte modo: “o Estado continuaria apoiando as obras sociais da Igreja e ela o apoiava com a sua ideologia” (Rigolo Filho, 2006, p. 132). A Santa Sé então, adotou uma percepção política vinculada aos interesses ideológicos do Estado justificada pelo fato de que seu posicionamento estava fundamentado “na rejeição da doutrina católica sobre o pecado (comunismo, socialismo, por exemplo) que tornara o homem decaído e que devia viver neste mundo auxiliado pela religião, lutando contra as más tendências e aspirando à perfeição”. (RIGOLO FILHO, 2006, p. 141). Alves, em seus estudos sobre a relação da Igreja com a esfera política no Brasil, nos mostra que nesse período, para além dessa aproximação com os setores privilegiados da sociedade,

(...) não havia nenhuma razão para que, num país subdesenvolvido, apenas no início do processo de industrialização, onde os trabalhadores constituíam uma parte ínfima da população, os bispos tomassem virulentas posições anticomunistas se não tivessem sentido a concorrência do marxismo nas camadas sociais que constituíam o seu campo privilegiado de proselitismo. As denúncias que os papas publicavam contra o comunismo tinham sentido na Itália ou em França, onde a luta de classes se enraizava num proletariado numeroso. No Brasil seriam totalmente artificiais se a expansão das ideias comunistas não se fizesse num terreno no qual a Igreja procurava o seu rebanho. (ALVES, 1979, p. 45).

Entende-se que foi nesta dinâmica de relações de poder e disputas pelos sujeitos, que em 15 de fevereiro de 1961 foi encaminhado à Diocese da cidade de Taubaté¹¹ um documento direcionado ao bispo diocesano, por meio do qual o pároco de Sant’Ana do Paraíba pedia licença para a criação de uma escola paroquial no bairro de Santana, região norte da cidade de São José dos Campos – SP – e que o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano abençoasse os alunos e professoras da futura escola. O prédio escolar, de acordo com o teor do documento (Imagem 1), seria entregue à Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, conhecidas como “As Cordimarianas”¹². A presença dessa irmandade será tema abordado no segundo capítulo.

¹¹ Nesta época a cidade de São José dos Campos respondia à Diocese de Taubaté, não possuindo ainda uma diocese própria, tendo sido instalada só em 1º de maio de 1981 e composta pelas cidades de São José dos Campos, Jacareí, Monteiro Lobato, Igaratá, Paraibuna e Santa Branca. O primeiro bispo foi Dom Eusébio Oscar Scheid. Motivo da Criação da Diocese: As cidades que compõem a Diocese de São José dos Campos pertenciam à Taubaté-SP. Somente Igaratá pertencia a Diocese de Mogi das Cruzes. O rápido aumento demográfico foi determinante para o desmembramento, a fim de garantir dinamismo e renovação da ação pastoral da Igreja na região. Disponível em: [Historia «Diocese São José dos Campos \(dioocese-sjc.org.br\)](http://Historia«DioceseSãoJosédosCampos(dioocese-sjc.org.br)Acessoem:8/8/2022) Acesso em: 8/8/2022.

¹² Fundada em 21 de novembro de 1916, em Santarém – Pará –, tendo como fundador o então Padre Júlio Maria de Lombaerde. Destina-se a gratuidade de seu serviço a evangelizar, preferencialmente, os mais pobres e abandonados, sob à luz do mistério de Maria tornando-a conhecida no meio do povo de Deus. Por isso, dedica-se as atividades de Saúde, Educação, Inserção Popular e Pastoral. Disponível em: [Banco de Dados | Page 3 | FOCUS \(unicamp.br\)](http://BancodeDados|Page3|FOCUS(unicamp.br).Acessoem:20/7/2022). Acesso em: 20/7/2022

Imagem 1: Despacho de 15 de fevereiro de 1961 - criação de uma escola paroquial

Objeto: *Formação da Escola Paroquial*
 Protocolo N.º *226*
 Data da entrada: *15-2-61*

DES-PACHO

*P. M. V. 2.
 emissão em 15 de fevereiro
 em Taubaté, 15. II. 61.
 a Francisco,
 Bispo Diocesano.*

Curia Episcopal
 Taubaté

Sant'Ana do Paraíba, 15 de fevereiro de 1961

Exmo. e Revmo. Sr.
 Bispo Diocesano

O abaixo assinado, pároco de Sant'Ana do Paraíba, vem humilde e respeitosamente pedir licença a V.Excia. para a criação de uma escola paroquial nesta paróquia, a qual será entregue à Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria.

Outrossim, pede uma bênção mui paternal para os alunos e professoras dessa escola paroquial.

Nestes ter os
 P.D.
 Et credit ad Deum pro gratia

Mons. Luiz Panyaga A. B. A. Lobo

Fonte: Arquivo Cúria Diocesana de São José dos Campos

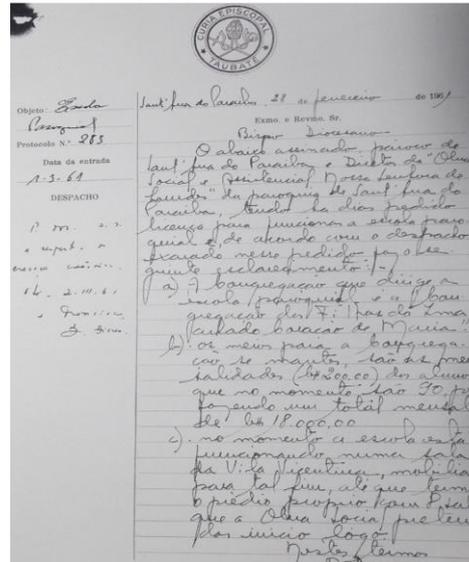
No mesmo dia (15 de fevereiro de 1961), o Monsenhor Theodomiro Lobo, Chanceler do Bispado, representando a Cúria Diocesana de Taubaté, respondeu ao requerimento encaminhado à diocese pelo Monsenhor Luiz relacionado à criação de uma escola paroquial no bairro de Santana. Nele, o chanceler elencava algumas ponderações consideradas importantes, e que, dependendo da devolutiva do pároco de Santana, viabilizariam ou não, a construção do edifício escolar e a implantação da escola.

De acordo com os apontamentos feitos pelo chanceler, a autorização para a elevação da escola seria concedida desde que fossem cumpridas, naquele momento, os pontos elencados por ele, pois para que fosse dado o andamento nesse processo, o padre de Santana deveria responder positivamente às suas colocações. Segundo o Monsenhor Theodomiro Lobo, o pároco deveria especificar o seguinte: Qual a congregação religiosa seria responsável pela escola paroquial? Quais seriam os meios que garantiriam sustento de seus membros? Quais seriam os meios que garantiriam a sua subsistência e se a congregação já possuía residência própria. Tais questionamentos evidenciam a preocupação relevante para essas duas autoridades religiosas, uma vez que, dentro do projeto evangelizador da igreja as condições materiais deveriam ser claramente estabelecidas, mas apontavam também que esse empreendimento não poderia representar mais um gasto para aquela diocese.

Em um intervalo de treze dias, visando responder às exigências pontuadas pelo bispo diocesano, o pároco de Santana enviou ao Chanceler do Bispado de Taubaté o documento abaixo

(Imagem 2) no qual explicava o “passo a passo” de como funcionaria e como seria estruturada a escola paroquial. Por meio de uma leitura analítica desse documento, é possível descortinar alguns processos e perceber os fios que se entrelaçam entre os interesses da igreja, a disputa de poder e as possíveis alianças para tornar a educação também um terreno fértil de atuação e formação social.

Imagem 2: Despacho sobre Escola Paroquial (28/2/1961)



Fonte: Arquivo Cúria Diocesana de São José dos Campos

Na devolutiva do pároco de Santana ao bispo diocesano, entram em cena as religiosas que exercerão papel importante e fundamental na história da escola paroquial de Santana, as Filhas do Imaculado Coração de Maria - as Irmãs Cordimarianas, personagens que por muitos anos se farão presentes no cotidiano escolar e na vida dos moradores do bairro. A esta congregação coube a responsabilidade pela direção do prédio escolar, além da função de, para algumas delas, lecionar.

A atuação da Igreja Católica no setor educacional, como já assinalado, não era algo inédito, também já era sabido do seu interesse e envolvimento quando o assunto é a perpetuação da fé e aumento do seu rebanho. Contudo, embora o pároco de Santana tenha informado que os meios que garantiriam o sustento das Irmãs Cordimarianas em São José dos Campos seriam as mensalidades no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) pagas pelas famílias dos alunos da escola paroquial. Calculava-se que com noventa alunos da escola paroquial, que perfariam um total de Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros), a escola se manteria. É importante registrar que não foram encontrados registros documentais desses pagamentos na fase inicial da escola, mas compreende-se que estes valores foram usados como argumento que mostrava a viabilidade da escola, o que de

certo modo, poderia acelerar o processo de licenciamento e autorização pela diocese, para que a escola fosse criada.

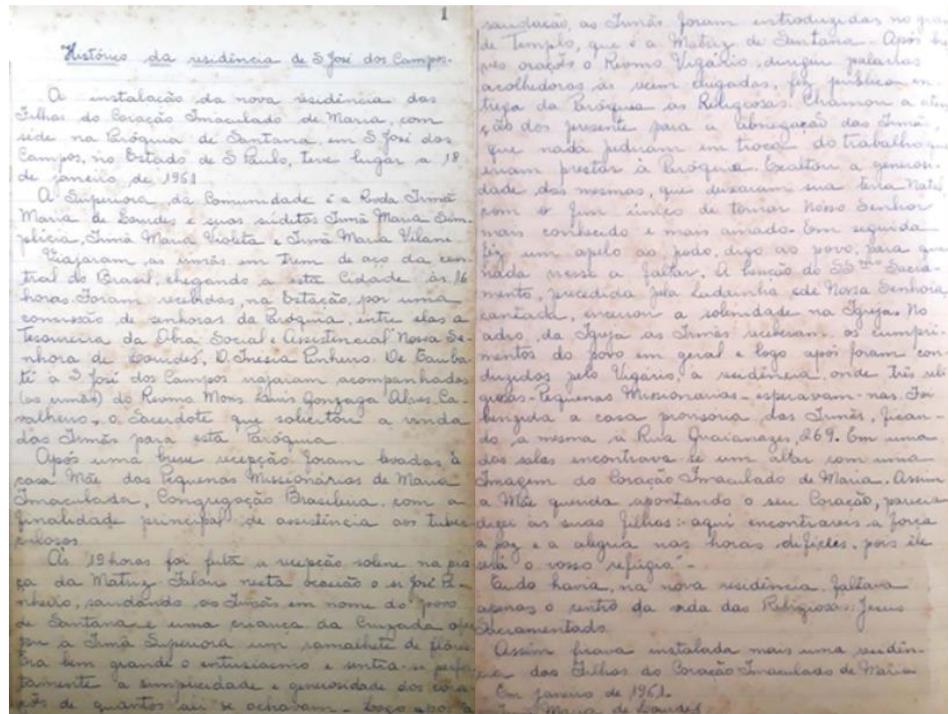
Assim, a escola paroquial assumia um caráter específico: embora a população a ser beneficiada com ela fosse majoritariamente formada por pessoas pertencentes a camadas médias urbanas, de baixo poder aquisitivo, a escola aparecia como uma obra social, mas não necessariamente uma obra caritativa. Ela seria custeada, parcialmente pelo menos, pelas famílias que matriculassem seus filhos na escola. Mas, no mesmo documento, de acordo com o que nos descreve o pároco, naquele período já funcionava uma escola localizada na Vila Vicentina com apenas uma sala mobiliada para tal fim, até que o futuro prédio escolar de oito salas ficasse pronto, o qual a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes pretendia dar início logo. Pelo que pudemos entender a escola paroquial incorporaria essa classe que já estava em funcionamento. Em relação às condições materiais e financiamento da escola, como poderemos ver mais adiante, ainda havia outros elementos que deveriam ser esclarecidos, mas que não são destacados no documento de justificativa enviado ao bispo.

As Irmãs Cordimarianas, por sua vez, vieram para São José dos Campos por intermédio do Monsenhor Luiz, chegando à cidade às 16h do dia 18 de janeiro de 1961 (conforme Imagens 3 e 4 abaixo), provocando certo alvoroço entre os moradores de Santana. Tendo como sede a Paróquia de Santana, as Irmãs de Caridade exerceram forte influência no imaginário social, religioso e educacional na história do bairro. Vindas do Ceará, elas desembarcaram na Estação Ferroviária Central do Brasil¹³, na cidade de Taubaté, de onde viajaram de trem para São José dos Campos, todas lideradas pela Revda. Irmã Maria de Lourdes, as demais irmãs Maria Simplicia, Maria Violeta e Maria Vilani. Foram recebidas na Central do Brasil por uma comissão composta por outras mulheres da Paróquia de Santana, inclusive a tesoureira da Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes, a D. Inésia Pinheiro. Durante todo o percurso entre Taubaté e São José dos Campos, as Cordimarianas tiveram a companhia do Monsenhor Luiz, responsável pela vinda das Filhas do Coração Imaculado de Maria para a cidade. As recém-chegadas irmãs foram encaminhadas para a principal residência de outra congregação criada em São José dos Campos em 18 de novembro de 1936, a chamada Pequenas Missionárias de Maria Imaculada¹⁴, cuja a principal função era a de prestar assistência aos tuberculosos da cidade.

¹³ Disponível em: Taubaté -- Estações Ferroviárias do Estado de São Paulo (estacoesferroviarias.com.br) Acesso em: 9/8/2022

¹⁴ A Congregação das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada teve origem em São José dos Campos. Em 8 de novembro de 1936, nascia oficialmente a Congregação das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, reconhecida

Imagens 3 e 4: Relato da chegada das Cordimarianas em São José dos Campos



Fonte: Arquivo Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria

Naquele mesmo dia, às 19h, a praça da Matriz de Santana foi palco da solenidade de apresentação das Cordimarianas aos moradores de Santana e tornada pública a entrega da Paróquia às religiosas. De acordo com o documento apresentado anteriormente, um fato que chamou a atenção dos presentes foi o espírito de simplicidade, generosidade e, principalmente, abnegação por parte das irmãs que não reivindicaram nada em troca do trabalho que exerceriam naquela igreja, e, conseqüentemente, na escola paroquial que estava prestes a sair do papel, somando-se à missão catequizadora de “tornar Nosso Senhor mais conhecido e mais amado”.

O documento que traz informações acerca da instalação das Cordimarianas na cidade de São José dos Campos não nos permite perceber quais eram os meios necessários para a sobrevivência dessas abnegadas mulheres que deixaram sua terra natal e “que nada pediram em troca do trabalho que iriam prestar à Paróquia de Santana”, embora tenha sido feito “o apelo ao povo para que nada viesse a faltar-lhes”.

Rigolo Filho (2019), estudando sobre a atuação de uma associação religiosa leiga e feminina no início do século XX, vinculada à Ordem Terceira de São Francisco, na cidade de

Piracicaba, bem como a constituição e construção do seu patrimônio, nos mostra que a mesma se apresentava como pobre e colocava-se a serviço da sociedade e dos projetos da igreja, o que levou as freiras a se “clericalizarem e a ressignificarem seus projetos”. De acordo com os estudos do autor, essas congregações, por meio “do cuidado aos vulneráveis presentes na sociedade civil, especialmente nas áreas da educação e da saúde, esses grupos sociais construía uma nova representação do estilo de vida religiosa (RIGOLO FILHO, 2019, p. 27). E mais ainda,

Assumindo contornos “empreendedoristas” a serviço da educação e da saúde, fundamentados nas novas concepções pragmáticas e racionalistas, próprios da economia liberal, essas organizações inauguravam um estilo de vida religioso ativo, demonstrando à opinião vigente de que se a vida religiosa claustral era incongruente e ociosa, a congregacionista não o era. (RIGOLO FILHO, 2019, p. 35)

Para o autor, esse processo, resultante do movimento de reorganização da Igreja brasileira, se deu fundamentalmente seguindo as regras da romanização, visando a catolicização do Brasil republicano no período em que “as congregações, imigradas e nacionais avaliaram que colocar seus efetivos e estruturas a serviço do projeto eclesialístico de reaproximação do Estado brasileiro lhes possibilitaria expandir suas casas e obras, ampliando assim o seu patrimônio sociocultural” (RIGOLO FILHO, 2019, p.13).

Esse movimento, para Rigolo Filho¹⁵ (2019), desde 1890, acarretou um crescimento do processo migratório de congregações interessadas em abrir não só escolas, mas também outras frentes de trabalho, como “saúde, cuidado de órfãos e idosos”. Nesse sentido, entre os anos de 1950 e 1960 evidenciou-se um significativo aumento de congregações religiosas justificado pela aparição dos movimentos sociais organizados em prol do Estado de bem-estar social, enxergados como excelentes campos de atuação para essas organizações religiosas.

Por meio dessas estruturas organizacionais dentro a Santa Sé, a igreja conseguia controlar hospitais e uma vasta rede de escolas particulares, administradas por essas congregações que, em um primeiro momento, dedicavam-se à educação das classes mais favorecidas e depois passaram a se ocupar da educação das classes intermediárias (MICELI *Apud* RIGOLO FILHO, 2019, p. 49). No que diz respeito às instituições de ensino secundário, Sposito (1984) nos mostra que eram mantidas em sua grande maioria, “pela iniciativa particular, religiosa ou leiga, e por essa razão, por ser paga, dificilmente acessível aos jovens das camadas desfavorecidas, a escola secundária

¹⁵ A história das congregações religiosas no Brasil iniciou-se com a imigração de organizações europeias estimuladas pelo governo imperial e pelos bispos ultramontanos no final da primeira metade do século XIX e se intensificou com o processo de reorganização da Igreja Brasileira a partir da Proclamação da República, possibilitando a fundação das congregações brasileiras, formadas a partir da circulação da cultura congregacionista imigrada. (RIGOLO FILHO, 2019, p. 15)

constituía-se no marco divisor entre a educação das elites e a educação popular” (SPOSITO, 1984, p. 11). Aranha (1989), em seus estudos, nos mostra que esse período também é marcado pelo debate em torno da laicidade do ensino, trazendo novamente a educação para o centro das discussões, uma vez que, a maior parte dessas escolas particulares,

(...) pertencia tradicionalmente às congregações religiosas, e o ensino aí ministrado favorecia a classe privilegiada. Por isso os religiosos católicos assumem o debate, argumentando que a escola leiga apenas instrui, não educa. Opondo-se a um pretensão monopólio do Estado – que este, na verdade, nem teria condições de assumir –, os religiosos defendem a “liberdade” das famílias na escolha da melhor educação para seus filhos. (ARANHA, 1989, p. 250).

Atuando na mediação desse processo, a Igreja Católica, por meio do ultramontanismo, deixava claro que, além da capacidade de educar a classe abastada da população brasileira, ela também aparecia como a solucionadora dos problemas sociais resultantes dos maus hábitos e das desgraças provenientes do sistema capitalista. E mais ainda,

(...) expressava que a noção de Pátria é a que poderia impedir a desagregação da sociedade. Ela se apropria desse elemento com o objetivo de criar o sentimento de patriotismo para se manter presente na sociedade brasileira. Portanto, quando a Igreja Católica afirmava que era preciso lutar em defesa da Pátria estava afirmando que sem sua contribuição não se constituiria a nação brasileira. (CAMPOS, 2010, p. 263)

Assim, conforme apontado por Rigolo Filho, a igreja enxergou as alianças político/religiosas como uma via de negociação importantíssima para alcançar seus objetivos, para o autor, grande parte dos estudos sobre as congregações religiosas “apontam que a principal razão de elas terem colaborado na construção do Estado nacional reside em uma aliança da Igreja com o poder estabelecido, na qual ela teria colocado suas organizações a serviço da construção de uma nação católica” (RIGOLO FILHO, 2019, p. 239). Não diferente disso, a partir da atuação da Igreja Católica na Paróquia de Santana e, por meio da Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes, as Cordimarianas tornaram-se também conhecidas por suas ações caritativas no bairro de Santana, como a criação de creches “(lactário), a sopa dos pobres, lar dos idosos e principalmente a escola paroquial” e na saúde (Hospital Pio XII¹⁶) (PINTO, 2007, p. 82).

No dia 2 de agosto de 1961, quase seis meses após o envio do primeiro documento à Diocese de Taubaté sobre a criação da escola paroquial, o pároco de Santana enviou outro, cujo

¹⁶ Fundado em 1955 pela Madre Maria Teresa de Jesus Eucarístico, o Hospital Pio XII originou-se da Obra de Ação Social Pio XII fundada em 1943 pelo Monsenhor Luiz Gonzaga Alves Cavalheiro em Sant’ana do Paraíba – atual bairro de Santana em São José dos Campos.

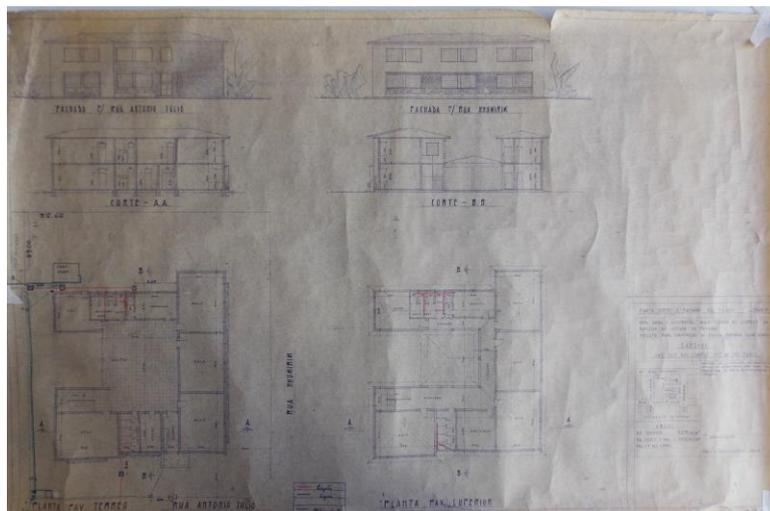
assunto era novamente a construção do prédio escolar. Nele o padre pedia mais uma vez a licença e benção do Bispo Diocesano para poder iniciar a sua construção. Sem perder de vista seu objetivo, o padre demonstrava estar alinhado às exigências estabelecidas pelo governo estadual quanto aos critérios que regulamentavam a construção de escolas naquela época. Na sua visão, o projeto de criação da escola paroquial já dispunha, inclusive, de planta própria fornecida pela Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo¹⁷ e seguia o “tipo padrão com as dimensões fixadas pelo governo”.

De acordo com o pároco de Santana, os padrões estabelecidos pelo governo estadual, a Planta da Escola Paroquial (ver imagem abaixo) foi utilizada pelo sacerdote, possivelmente como argumento e justificativa para acelerar a construção do prédio escolar, pois atendia não só aos requisitos obrigatórios determinados pelo poder público, como significaria a continuação do projeto evangelizador a que se propunha a Santa Sé, demonstrando o alinhamento entre os interesses dos dois lados.

Ao mirar cautelosamente a planta da nova escola (Imagem 5), é possível elencar alguns aspectos da arquitetura escolar característicos de prédios escolares paroquiais, como por exemplo, a divisão dos espaços internos e o formato de “U” da estrutura do edifício, remetendo diretamente a um convento, ou, como dito por alguns moradores, “colégio de freiras” ou “escola das irmãs”. O desenho da parte lateral (vide corte BB da planta abaixo) do prédio leva o observador a identificá-lo como sendo de duas torres de uma igreja. As fachadas laterais do prédio, com janelas amplas e bem distribuídas transmitem a ideia de um lugar ordenado, arejado e limpo, de acordo com os critérios técnicos exigidos pelos órgãos competentes, transparecendo a ideia de um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma educação escolar.

¹⁷ A Secretaria de Viação e Obras Públicas ficou estruturada em cinco diretorias, para atender os serviços da pasta: Diretoria Geral, Diretoria de Viação, Diretoria de Obras Públicas, Diretoria de Estradas de Rodagem e Diretoria de Expediente e Contabilidade. Além desses departamentos de direção e supervisão dos trabalhos técnicos da pasta, foram anexadas à ela a Repartição de Águas e Esgotos da Capital, a Comissão das Obras de Saneamento da Capital, a Repartição de Saneamento de Santos, os Serviços Públicos do Guarujá e as ferrovias de propriedade do Estado: Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro Campos do Jordão, Estrada de Ferro Araraquara e o Tramway da Cantareira. Foi uma das mais importantes secretarias do estado até a sua extinção em 1963. Foi responsável pelo plano que buscou água na bacia do Rio Claro para resolver o problema de abastecimento na capital, e pela inspeção dos serviços fornecidos por empresas concessionárias de gás, luz e telefonia, bem como pelas obras de construção, reparo e manutenção de prédios, pontes e estradas em todo território paulista. No início da década de 1960, o crescimento do estado e a necessidade de uma reforma administrativa, que viabilizasse o desenvolvimento social e econômico de São Paulo, acarretaram o desdobramento da Secretaria de Viação e Obras e, mais tarde, a consolidação de secretarias específicas para cuidar dos negócios relativos ao transporte, saneamento, obras, energia e meio ambiente.

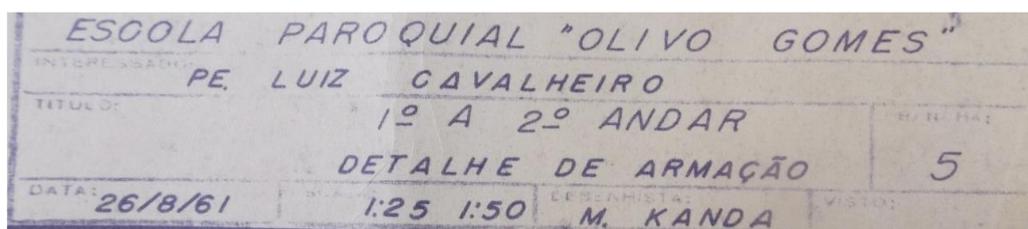
Imagem 5: Planta – Projeto da construção da Escola Paroquial Olivo Gomes



Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

Um detalhe que chama atenção no documento da planta da escola paroquial (Imagem 6) é o fato de agora, ao prédio escolar, ter sido atribuído o nome do antigo dono da fábrica de tecidos Tecelagem Parahyba, Olivo Gomes, falecido no ano de 1957¹⁸. Essa homenagem, entretanto, requer algumas considerações quanto ao modo de construir as relações políticas, por parte do Monsenhor Luiz Cavalheiro.

Imagem 6: Detalhe da planta da Escola Paroquial “Olivo Gomes”



Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

18

No final da década de 20, Olivo Gomes, na época atuando como corretor na bolsa de valores, trabalhava com corretagem de café e algodão, foi convidado para analisar os ativos fixos da fábrica e atuar como consultor financeiro, e em pouco tempo, passou para o cargo de gerente. Em 1933, Olivo Gomes adquiriu os ativos da fábrica em acordo com Ricardo Severo e na condição de principal acionista se torna proprietário e presidente da Tecelagem Parahyba. Ainda na década de 30, a fábrica recebe o benefício de 25 anos de isenção dos principais impostos. Nesta época a Tecelagem possuía em seu quadro 1.200 funcionários, produzindo 170 mil cobertores e 180 mil metros de brim por mês. Na década de 40, a marca Cobertores Parahyba passou a dominar o mercado interno e aumentou consideravelmente suas exportações devido à Guerra, o que gerou altas margens de lucro para uma produção de 4 milhões de cobertores por ano. Os anos 50, Olivo Gomes decidiu transformar a fábrica para a produção de cobertores de alto padrão. Com o intuito de capacitar a mão-de-obra local, Olivo Gomes criou a escola de alfabetização da Tecelagem Parahyba, onde os funcionários eram alfabetizados e recebiam treinamento. Em 1957, já bem fragilizado e doente, Olivo Gomes faleceu e deixou cinco filhos. Clemente Gomes, o mais velho acabou assumindo os negócios. Disponível em: PROJETO CULTURAL - PATRIMONIO (abit.org.br). Acesso em: 30/8/2022

É interessante notar que, o posicionamento da Igreja Católica sobre a criação da escola paroquial de ensino primário no bairro de Santana representaria um custo financeiro para a instituição religiosa, uma vez que o prédio escolar necessita ter seus próprios meios de subsistência, bem como, de acordo com o Bispo Diocesano, se a congregação religiosa “já possui casa própria”. Portanto, “não deve ser esquecido que os membros da comunidade eclesial não estão fora do mundo, antes, fazem parte dele e, nele interagem com pessoas de outros grupos sociais, com os quais estabelecem relações diversas, com uma rede que tem seus fios entrelaçados” (RIGOLO FILHO, 2006, p. 88).

Nesse sentido, no alinhamento entre esses dois líderes religiosos, o monsenhor e o bispo, embora esteja explícita a relação hierárquica, própria da instituição religiosa, a educação é o foco da conversação, mas não por suas questões morais, e sim, pelo ordenamento e pela sua materialidade, tendo em vista a edificação do prédio escolar. Como dito, as ações de cunho caritativo presentes na dinâmica evangelizadora e pastoral dar-se-ão sem perder de vista sua função social e formadora, uma vez que “forma bons católicos para serem bons cidadãos e bons patriotas” (RIGOLO FILHO, 2006).

Esses documentos apresentam indícios do modo como o Monsenhor Luiz buscou apoio para a construção da escola. Além da necessidade de legitimá-la junto à Cúria, e de utilizar-se de um projeto condizente com as prescrições para as obras escolares no Estado de São Paulo, há ainda marca, no nome da escola, de um representante do empresariado local, considerado naquele momento, um exemplo de empreendedorismo e sucesso, que condizia com o caráter moralizante que se advoga no projeto de modernização do país. Nesse sentido, se faz necessária a compreensão do contexto econômico no qual o bairro de Santana esteve inserido a partir da década de 1920, quando, de acordo com Barbosa (2018), “a cidade passou a receber investimentos estatais e a fazer parte das estratégias governamentais, criando as bases infraestruturais que tornaram possível a cidade industrial moderna” (BARBOSA, 2018, p. 538).

1.1 O patrono da escola e a modernização do bairro

De acordo com Barbosa, (2018), foi no período sanatorial, no decorrer da década de 1920, que se deu início “o processo de industrialização na cidade de São José dos Campos”, o qual direcionou o crescimento da cidade para o bairro de Santana, primeiro bairro industrial da cidade e que, como já foi dito, representava para o monsenhor, um espaço diferenciado em relação à

outras partes da cidade. Ali, de acordo com Olmo; Ramos; Souza; Vilela (2014), no ano de 1925, tiveram início as obras de construção da fábrica de tecidos Tecelagem Parahyba, tendo sido aprovada a sua instalação por meio de uma medida que fazia parte de um conjunto de incentivos fiscais ofertados às indústrias cujo capital fosse superior a 500 contos de réis e tivessem no seu quadro de funcionários um total de mais de 100 operários. Fato é que o bairro sofreu uma profunda alteração na sua estrutura social, política e econômica decorrente desse processo, pois,

(...) acelerou sua ocupação, atraindo moradores, principalmente da zona rural, interessados nos salários pagos, que eram mais compensadores que os ganhos obtidos nas atividades rurais. A fábrica por sua vez, colaborava com os funcionários na construção de suas casas, cedendo materiais, emprestando ferramentas e até doando dinheiro. O bairro, que até então possuía características rurais, passou a apresentar características urbanas. (SANTOS, 2006; RAMOS, 2009 Apud OLMO; RAMOS; SOUZA; VILELA, 2014, p. 164).

Os estudos de Olmo; Ramos; Souza; Vilela (2014), nos mostram que assumindo um viés paternalista, essas relações inseridas no universo do trabalho coadunavam com o ideário político do primeiro momento do período Vargas, no qual se buscava uma relação harmoniosa entre o mundo do trabalho e do capital. De acordo com os autores, atendo-se aos apontamentos de Ramos (2009),

Essa forma paternalista de relacionar-se com os empregados – criando uma falsa imagem de cooperação e coincidência de interesses – aparece nos depoimentos sobre a figura do Monsenhor Luiz Gonzaga, pároco da igreja do bairro de Santana, onde se localizava a Tecelagem Parahyba. Partidário da política de desenvolvimento de Getúlio, Monsenhor Luiz tinha influência suficiente para colocar na fábrica, os paroquianos indicados por ele (RAMOS, 2009 Apud OLMO; RAMOS; SOUZA; VILELA, 2014, p. 165).

Nesse sentido, devido a instalação da Tecelagem Parahyba na década de 1920 e da empresa Rhodia¹⁹ na década de 1940, a cidade passou a receber também grupos de pessoas vindos de outros estados, principalmente de Minas Gerais, dada a proximidade com a região, causando uma “revolução” local uma vez que,

¹⁹ A primeira fábrica da Rhodia se instalou no Brasil em 1920, em Santo André, para a produção de lança-perfume. Em 1929, nesta mesma cidade, deu início às atividades no setor têxtil como a Companhia Brasileira de Setas Rhodiaseta, produzindo fios artificiais em um período no qual o mercado estava centrado na produção de fios naturais, principalmente de algodão. Em 1944, devido à Segunda Guerra Mundial, passou a produzir cana e álcool em uma fazenda próximo à cidade de Campinas. Em 29 de agosto de 1949 fundou a Cia Rhodosá de Raion S/A na cidade de São Paulo com foco na produção de fios têxteis artificiais como raion e fibrane. Em decorrência da concentração e desenvolvimento industrial em São José dos Campos, a fábrica transferiu-se para a cidade no mesmo ano. Disponível em: Companhia Rhodosá de Rayon S/A - São José dos Campos Antigamente (sjcantigamente.com.br) Acesso em: 30/8/2022.

(...) a grande demanda por mão-de-obra e proximidade com o sul de Minas Gerais trazem centenas de mineiros para Sant'Ana. Com a migração, ocorrerá o 'boom' habitacional e novos bairros surgem, expandindo rapidamente a área urbana. (PINTO, 2007, p. 36).

Esse movimento em torno do bairro de Santana e o crescimento da região somado à procura por trabalho nessas fábricas trouxe também o surgimento de uma demanda escolarizável, a exemplo dos filhos dos funcionários, entre outros. Fato é que, para a paróquia de Santana, foi o que possibilitou a conciliação do setor educacional (criação da Escola Paroquial Olivo Gomes) com o projeto evangelizador de acordo com a doutrina da Santa Sé e, ainda por cima, um ordenamento social mais condizente com uma periferia da cidade, marcada pela ocupação de operários.

Para isso, era fundamental garantir uma rede de aliados aos projetos que a instituição religiosa pretendia pôr em prática, estivessem eles atrelados ao setor educacional, ou não, demonstrando assim, o grau de alcance e como se davam as estreitas relações entre essas instituições. Nesse sentido, o pároco de Santana contava com um grupo de apoiadores, segundo Pinto,

Os principais apoiadores eram as fábricas Rhodia e a Tecelagem Parahyba. Ambas ajudaram muito na construção do Hospital Pio XII. Na Tecelagem, diziam que quem mandava lá era o padre Luiz, tal a ligação que ele tinha com os donos e diretores. Se algum paroquiano precisava de um emprego na Tecelagem, tratava de ir pedir uma colocação ao Monsenhor, um bilhete e lá estava um novo operário têxtil. (PINTO, 2007 p. 123).

No dia 20 de dezembro de 1961, com a Lei Federal nº 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de acordo com o disposto em seu Art. 31 – “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses”. A aprovação dessa lei foi apontada pelo pároco de Santana como justificativa para a reafirmação da parceria entre os industriários e a Igreja Católica. De acordo com Pinto (2007), o ano de 1961 caminhava para o seu final deixando para os moradores do bairro de Santana uma grande expectativa diante das obras a serem realizadas pela Paróquia do bairro em parceria com o empresariado da região, a exemplo da Escola Paroquial Olivo Gomes, que, por meio de um acordo feito entre a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes e as fábricas Rhodia e Tecelagem Parahyba em agosto daquele ano, teve suas obras iniciadas no primeiro dia do mês seguinte.

A missão educadora da Igreja Católica assumia contornos políticos de coalisão, pois, segundo Pinto (2007), essa “força política não tinha um limite regional, era ampla e ultrapassava as barreiras da religião” (PINTO, 2007, p. 124). É possível perceber que muitas das obras implementadas em Santana só foram possíveis devido às alianças políticas que o pároco fazia questão de manter, fortalecer e reafirmar. De acordo com Pinto (2007) as portas do ano de 1962 foram abertas apresentando aos moradores de Santana três realizações fruto das mãos da Igreja, da indústria e por um empurrãozinho causado pela sanção da Lei 4.024/61,

Escola Paroquial Olivo Gomes, Casa das Irmãs e Cozinha dos Pobres. Por obrigação de lei federal, na qual as fábricas com mais de 100 funcionários deveriam dar ensino aos filhos destes, uma escola foi idealizada numa parceria da fábrica Rhodia com a Paróquia de Sant’Ana, através da Obra Social Nossa Senhora de Lourdes. (PINTO, 2007, p. 73).

A tarde do sábado de 17 de fevereiro de 1962 foi considerada agitada para os moradores do bairro de Santana, no qual os olhares da comunidade estavam direcionados para a inauguração da nova escola paroquial. De acordo com os registros feitos pelo Monsenhor Luiz no Livro do Tombo n. 2 – 1949 a 1978 da Paróquia de Santana, foi marcado por um acontecimento “de máxima importância. Um verdadeiro presente do céu!”. Estava iniciada então, a cerimônia de abertura de entrega do prédio escolar onde viria a funcionar a Escola Paroquial Olivo Gomes, situada à Rua “Antônio Júlio”, que passou a ser chamada pelo nome do patrono da escola recém-inaugurada, numa clara alusão ao empresário local mais conhecido e patrono maior da Igreja de Santana, conforme nos esclarece o próprio monsenhor no registro do evento.

De acordo com Marcílio (2005), atribuir nomes de pessoas a edifícios públicos ou particulares tornou-se uma prática comum incorporada à cultura nacional, e que, portanto,

(...) dar nome de eminentes republicanos ou de personagens históricos e nem tanto, de amigos, de parentes e de si próprio, tanto às Escolas Normais e como aos grupos escolares, entrou na cultura nacional. Alguns, em troca de ajuda financeira para a construção de novos prédios, tiveram seus nomes perpetuados nas escolas. (p.179)

A escolha do nome da escola, neste caso, faz referência à uma liderança empresarial local, notifica-se a população que outra indústria que se instalara na região contribuiu para a edificação da escola e já assinala que os filhos dos trabalhadores dessa indústria seriam atendidos pela escola.

O evento contou com a presença não só de representantes do setor educacional da cidade, da Igreja e da indústria, mas, também, do comércio, outros agentes políticos e houve até mesmo o envio de uma mensagem do governador de São Paulo à época e primo do Monsenhor Luiz, o

governador Carvalho Pinto²⁰, além de tantas outras autoridades vindas de cidades vizinhas, o que de acordo com os escritos do pároco, foi motivo de forte comoção entre todos os presentes. De acordo com os apontamentos de Pinto (2007), o pároco “gostava sempre de lembrar e aproveitar deste parentesco para conseguir recursos para suas obras”. (p.78)

De acordo com Pinto (2007), como parte da cerimônia e dando segmento as atividades daquele dia, “os presentes seguiram até a casa das Irmãs da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, defronte à Escola Paroquial para a sua inauguração. Essas irmãs, com sede no Estado do Ceará, ficaram com a direção da escola”. (PINTO, 2007, p. 74).

O relato da inauguração do da escola, chama a atenção pela riqueza de detalhes e o cuidado em registrar a presença de todas as autoridades. Com vistas a favorecer a compreensão da escrita do documento e possibilitar outras análises, considera-se necessária a sua transcrição integral. O pároco de Santana assim descreveu esse dia:

Acontecimento de máxima importância para a nossa Paróquia. Um verdadeiro presente do céu! De acordo com uma lei recente, as industrias com mais de 100 operarios foram obrigadas a manter escolas para filhos de operarios. Assim sendo, a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes desta parouquia, pelo seu diretor, o Paroco, entrou em entendimento com o Diretor Gerente da Companhia Rodosá de Rayon S.A. Tudo acertado, essa indústria prontificou-se a financiar a construção da Escola Paroquial, para que essa Escola servisse para os filhos dos seus operarios. Isso tudo foi resolvido e concretizado no mês de agosto de 1961. No dia 1º de setembro tiveram início as obras, com as bênçãos de Deus, pois a planta foi aprovada e abençoada pela autoridade Diocesana. E no dia de hoje, com o coração transbordando de agradecimentos a N. Senhor e a Virgem Aparecida, o Paroco teve a grande felicidade de inaugurar a Escola Paroquial.

De acordo com a Assembleia Geral da Obra Social e Assistencial N. Senhora de Lourdes. Foi dado o nome do Sr. Olivo Gomes para a Escola. Olivo Gomes foi um grande industrial em S. José dos Campos e foi o proprietário da Tecelagem Paraíba, fábrica de cobertores situada nesta parouquia. Foi o maior benfeitor da construção da Igreja Matriz de Sant’Ana. Homem honrado – justo e progressista, a quem muito a nossa parouquia deve. Assim pois fica determinado: “Escola Paroquial Olivo Gomes”. Precisamente às 16 horas chegava a Escola o Prof. Carlos Pasquale, D. D. Secretário da Educação e representando o governador do Estado. Foi recebido pelo Exm. Sr. Bispo Auxiliar, D. Gabriel e por uma

²⁰ Sua trajetória foi marcada pela ênfase no equilíbrio das contas públicas, mas o apego longo à austeridade foi conciliada com a defesa do planejamento econômico e o apoio a reformas estruturais. Seu governo estadual teve como ponto principal a execução de um plano econômico que oferecesse estrutura física e políticas sociais em meio à rápida transformação da economia paulista, ideias que defendeu no governo Goulart e que depois afirmou serem postas em prática pelos governos militares. Nomeado Ministro da Fazenda por João Goulart, fez críticas ao Plano Trienal no seu fracasso de executar um ajuste fiscal e pela política anti-inflacionária baseada em redução dos meios de pagamento, mas concordava com a necessidade de reformas estruturais. O Plano de Ação de Governo do Estado que aplicou em São Paulo é muito assemelhado a planos da época, como o Trienal de Furtado e o PAEG de Bulhões/Campos, assim como às políticas reformistas anos depois empreendidas pelo governo Frei no Chile. O PAGE propunha: modernização sem conflitos políticos e sem ruptura institucional, (ii) industrialização aproveitando o mercado interno com modernização da agricultura em sentido capitalista, (iii) cooperativismo combinado a reforma agrária gradual, (iv) reformismo e modernização com equilíbrio fiscal. A decisão de integrar o ministério de João Goulart foi aposta política complexa, pela sua trajetória prévia e pela convicção de que conseguiria um programa fiscalista naquele quadro de alianças que cercava Jango. Disponível em: XI-congresso-2020-anais-eletronicos-Felipe-Ferreira-Batista-Klein.pdf (usp.br). Acesso em: 5/7/2023

grande multidão de povo. Logo em seguida o Sr. Bispo Auxiliar procedeu a benção litúrgica do prédio, acolitado pelo Paroco e pelos Revm^{os}. Srs. Conego João Marcondes Guimarães, Pe. Giulo Paes Gonçalves. Salientando a importancia deste acontecimento e os benefícios que a Escola Paroquial haveria de fazer. Depois de S. Excia. falou o Paroco. As suas palavras foram para agradecer a todos que cooperaram para a construção daquele empreendimento, de maneira particular, o Dr. Henry Latreille, Diretor da Rodosá de Rayon S.A. Em seguida falou da personalidade do patrono da escola, o Sr. Olivo Gomes e da sua alegria em poder as portas daquela escola, com capacidade para 640 alunos em dois períodos. Falou em seguida o Dr. Severo Fagundes Gomes, o qual em nome da Família Olivo Gomes agradeceu aquela homenagem. Para encerrar a cerimonia falou o Prof^o Carlos Pasquale, o qual depois de congratular-se com os presentes, leu uma linda mensagem do Prof^o Carlos Alberto de Carvalho Pinto D. D. Governador do Estado de São Paulo, o qual lamentava não poder estar presente a esta cerimonia tão relevante. Terminando a leitura da mensagem, uma calorosa salva de palmas abalou as últimas palavras do Secretário da Educação. Estiveram presentes muitas autoridades: Elmano Ferreira Veloso, Prefeito Municipal, Mario de Paula, Presidente da Câmara Municipal, Deputado Benedito Matarazzo, Vereadores José Prianti Alves, Luis Carlos Veneziani, Jorge Vieira, Amin Inacio, Agostinho Benedetti, Francisco Aiza, Dr. José Freire de Tau, Dr. Getúlio Orlando Veneziani, Vice prefeito de S. José dos Campos, Simões Lajes, Presidente da Associação Comercial; vários gerentes de bancos; Dr. Ciro Guimarães, Dr. Fausto Vilas Boas, Dr Rubens Savastano, Prof^o Benedito Vasconcelos, Prof^o Luis Lencioni, Prof^o Mario Morais, Prof^o Rivadavia Bicudo, Inspetor Escolar, Comissão de Vereadores de Tremembé, Comissão de Vereadores de Jacareí. E muitas outras pessoas gradas e representativas. A direção da Escola Paroquial foi entregue às Irmãs da Congregação do Coração Imaculado de Maria. Irmãs essas vindas de Caucaia, Estado do Ceará, onde está a Casa Mãe da Congregação. No mesmo dia pela manhã foi dada a benção à nova residência das Irmãs, prédio esse que fica em frente a escola. A construção da Escola Paroquial – Residência das Irmãs e Capela do Coração Imaculado de Maria ficou em Cr\$ 13.080.000,00 (treze milhões e oitenta mil cruzeiros). (Livro do Tombo da Paróquia de Santana n. 02, (1949 – 1978).

Ao percorrer o relato do pároco de Santana, alguns pontos merecem um olhar mais atento por parte do pesquisador, uma vez que o documento,

(...) não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF *Apud* COSTA et al., 2012, p. 472).

A partir da sua leitura e análise, é possível perceber o entrelaçamento das relações e o jogo de interesses orquestrado por essas instituições. Amparando-se no discurso político e religioso, o padre ressaltou a importância da escola paroquial para o bairro de Santana, trazendo à tona a concretização de mais uma aliança entre a Igreja Católica e a indústria local, financiadora da construção do prédio escolar. A presença de comerciantes e bancários da cidade na inauguração do prédio escolar pode ser um indício de que, além das indústrias, a Santa Sé contava com mais apoiadores considerados importantes na implantação do seu projeto educativo, embora tenha representado para as indústrias um investimento de baixo custo, pois, de acordo com a lei, eram obrigadas a manter apenas escolas nas quais os filhos dos seus empregados estivessem matriculados.

Na manhã de segunda-feira do dia 19 de fevereiro de 1962, moradores do bairro de Santana, muitos deles operários das fábricas Tecelagem Parahyba e Rhodosá de Rayon, viram ou seguiram com seus filhos em direção à Escola Paroquial Olivo Gomes para o primeiro dia de aula da vida de muitas dessas crianças, senão a grande maioria delas. Uma escola que não era estatal, mas que se encontrava em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação recém aprovada no país.

Tal instituição de ensino, por um lado, fruto das alianças entre a Igreja Católica e o financiamento por parte das indústrias locais, seja por força política da Lei Federal n. 4.024/61, iniciou suas atividades com capacidade para atender 640 alunos da primeira à quarta série do ensino primário, funcionando em dois períodos, manhã, a partir das 7h e vespertino, das 13h às 17h. Havia no bairro, portanto, uma escola com grande capacidade de inserção de crianças no sistema educativo, também seguindo as prerrogativas da nova lei da educação nacional. Os estudantes ficariam sob os olhares vigilantes das irmãs da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, as Cordimarianas, lideradas pelo Monsenhor Luiz Alves Cavalheiro.

Capítulo II

REGISTROS VISUAIS E ATUAÇÃO DAS IRMÃS CORDIMARIANAS

“Ser coração de Maria é o espírito próprio da Cordimariana”

Como já destacado no capítulo anterior, a instalação da Escola Paroquial Olivo Gomes no bairro de Santana se deu em um momento da história da educação brasileira no qual estava ocorrendo um movimento contra a laicização do ensino por parte dos pensadores católicos (Aranha, 1989) e no qual definia-se que a escola primária tinha como objetivo educar o homem comum, levando em conta que nela grande parte da população encontrava, especialmente por motivos socioeconômicos, o único período da educação escolar, sendo ínfima a proporção dos que saíam da escola primária e entravam na secundária (Nagle, 1973).

Os intelectuais voltando seus olhares para a educação afirmavam e defendiam a reinserção do ensino religioso em todas as escolas acreditando “que a verdadeira educação só pode ser aquela aliada à visão moral cristã. Para eles, as escolas leigas eram responsáveis apenas pela instrução e não pela educação. Outra característica que marca sua atuação da Igreja Católica no período é o anticomunismo e a campanha pela educação visava assim, abarcar questões sociais, porém distanciando-as do ideário comunista. (ARANHA, 1989, p. 264). Este posicionamento político, conforme o passado conservador da Igreja Católica (Alves, 1979), era legitimado pela irritabilidade com que os bispos se referiam aos católicos considerados de esquerda, pois eles questionavam a sua autoridade dentro da instituição, embora esta maioria do episcopado não fosse adepta de manifestar-se abertamente. Além do mais,

Em todos os espaços educativos a educação era assentada em bases morais, enfatizada pela ideia de que a vida do espírito e a vida material são complementares. O cuidado moral incluía normas rigorosas na tentativa de modelar o caráter, de nortear a vida terrena por meio de prescrições, dos valores e da proposta de um projeto de vida que formasse o “bom cristão e o honesto cidadão”. (SILVA, 2009, p. 60).

Nesse contexto educacional, tiveram início no ano seguinte as atividades escolares para a comunidade escolarizável de Santana. O prédio escolar, mantido pela Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes e administrado pelas Irmãs Cordimarianas, abria suas portas para os seus estudantes, colocando em prática então, a atuação da Congregação das Filhas do Coração

Imaculado de Maria na educação primária das muitas crianças atendidas por aquele estabelecimento de ensino.

Assim, buscou-se, dentro dos limites da pesquisa, por meio da análise do conjunto de fotografias encontradas no acervo da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória (antiga Escola Paroquial Olivo Gomes) e outras do acervo pessoal de ex-professoras e ex-alunos, que foram cedidas ao pesquisador, uma vez que pretendemos compreender como se deu o processo de inserção das irmãs no cotidiano escolar e na vida dos estudantes e moradores do bairro de Santana.

É importante salientar que essas imagens são analisadas aqui não como meros receptáculos de informações, mas, como portadoras de sentidos e significados variados, uma vez que, de acordo com os estudos de Kossoy, “a iconografia fotográfica, organizada da variada gama de temas antes mencionados, poderia fornecer um amplo painel de informações visuais para a nossa melhor compreensão do passado em seus múltiplos aspectos. (KOSSOY, 2001, p. 28). Parte-se do pressuposto de que trabalhar com essas imagens é percebê-las “como fonte histórica na verdade, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos” (KOSSOY, 2001, p. 47). Em seus estudos sobre esta temática, Dussel afirma que,

En estas nuevas perspectivas historiográficas, la fotografía como documento histórico ya no es considerada como la vía de entrada a un encuentro directo e inmediato entre presente y pasado. La investigación de los documentos fotográficos supone adentrarse en una combinación de tecnologías, impulsos archivísticos, signos y cuerpos que portan miradas y temporalidades heterogéneas. (DUSSEL, 2019, p.57).

Portanto, como Dussel nos adverte, são fontes que nos informam sobre suportes materiais, sobre tecnologias e sobre modos de armazenar informações, que, para fins de investigação histórica, exige do pesquisador, antes de tudo, um olhar atento ao que elas trazem como testemunhas de algo vivido. E mais ainda, de acordo com as análises da autora, é importante entender,

La metáfora de la escucha puede parecer poco pertinente para el trabajo con imágenes, que convoca ante todo a la visión como sentido para aproximarse a su densidad y especificidad. Sin embargo, la escucha y el tacto apelan a un abordaje multisensorial, que permita indagar sobre lo que dice y transmite una imagen no solamente como texto sino también a través de sus silencios y de su propia presencia, aun cuando sea digital. (DUSSEL, 2019, p. 53).

Em consonância com esse modo de compreender as imagens, Kossoy (2001) destaca que,

O estudo das fontes fotográficas no conjunto de suas peculiaridades não exclui a atitude reflexiva e o questionamento que, desde o primeiro momento, deve existir por parte do sujeito do conhecimento em relação ao objeto da investigação, seja a reconstituição do processo que deu origem ao documento em si, seja a devida interpretação do fragmento visual da realidade passada nele contido. (KOSSOY, 2001, p 20).

E que, portanto, é importante entendê-las “enquanto documentos históricos portadores de múltiplas significações”. (KOSSOY, 2001, p. 18) e, além do mais, o trabalho com fotografias requer categorias de análises que ofereçam subsídios e abram caminho para amplificar visões e compreensões de processos históricos, bem como permitem compreender dinâmicas sociais envolvendo os sujeitos. De acordo com Dussel,

(...) por un lado, se ha expandido la consideración de las fotografías como artefactos materiales, como entidades con su propia historia o biografía social, que juegan un rol activo en la producción de sentido en tanto actantes humanos en las redes que configuran lo social. (DUSSEL, 2019 p. 56).

Tomando tais considerações, passamos a apresentar alguns registros fotográficos que apresentam os sujeitos a serem educados na escola, a comunidade escolar e a presença das Irmãs Cordimarianas naquela localidade, ressaltando o que bem definiu Kossoy,

Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros – que foram produzidos com uma finalidade documental – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico. (KOSSOY, 2001, p. 48).

Certamente, a notícia de que o bairro de Santana teria uma nova escola para as crianças, implantada por meio das mãos da igreja gerou grande expectativa para os seus moradores. Ainda vinculado a uma visão de atraso, conforme citado no capítulo inicial deste trabalho, o bairro não contava ainda com todas as suas ruas pavimentadas, tampouco com uma completa rede de esgotos, grande parte dos moradores tinham uma condição socioeconômica limitada e praticavam atividades de trabalho vinculadas à área rural. Outros, aos poucos, foram ocupando as linhas de produção como operários nas fábricas recém-instaladas no entorno do bairro.

Prestes a sofrer os impactos causados pela instalação da nova escola, a comunidade de Santana viu sua rotina diária ser alterada pelas paredes que subiam do chão no local onde passaria a funcionar a instituição de ensino responsável pela formação educacional, moral e cristã das diversas crianças da região. A instalação daquele prédio escolar representaria supostamente mudanças significativas na vida dos moradores que enxergaram naquele momento a oportunidade de garantir não só o acesso dos seus filhos à instrução sem desvincular-se da formação religiosa, como também uma forma de os disciplinar, pois, dessa maneira, de acordo com os estudos de Silva (2009), além de ser um lugar que visava a construção de um determinado tipo de conhecimento,

(...) a escola era um espaço que impunha padrões de bom comportamento e de bons costumes, entre os quais a ordem e a disciplina eram requisitos fundamentais e indispensáveis para realizar o ensino, civilizar e moralizar. Ao mesmo tempo, deveria contribuir para dar credibilidade e valorização à instituição educativa. (SILVA, 2009, p. 55).

Uma observação relevante merece destaque neste contexto. A partir dos primeiros registros documentais referentes à edificação da escola paroquial, extraídos das correspondências trocadas entre o pároco de Santana e o arcebispo da Diocese de Taubaté, emerge a exigência de que a manutenção do prédio escolar estivesse intrinsecamente associada ao pagamento de mensalidades por parte dos pais e/ou responsáveis interessados em matricular seus filhos na instituição. Este aspecto evidencia que a concepção e implementação da escola transcenderam a mera realização de práticas caritativas por parte dos representantes da Igreja Católica. Ademais, salienta-se a necessidade premente de assegurar os recursos indispensáveis para a continuidade operacional da instituição, conforme previamente mencionado.

Sob a direção do monsenhor Luíz Alves Cavalheiro, a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes assumiu a construção da Escola Paroquial Olivo Gomes e garantiu, por meio de alianças, que uma “rede de patrocinadores” locais colaborassem nesse processo, deixando claro as intenções de formar novos cidadãos, atuando na ampliação dos fiéis, e certamente, na manutenção da ordem, da disciplina e da obediência, dada, não só pela fama de bravo do seu diretor e também professor de catecismo de todas as turmas durante um período na escola paroquial, como também pela forma como as Irmãs de Caridade cuidavam e mantinham extremamente organizados todos os espaços do prédio escolar.

As fotografias nos trazem indícios do que significou todo o movimento em torno da novidade que seria a instalação da nova escola para os moradores de Santana. Elas refletem traços de uma população pobre e escolarizável que viria a ser alfabetizada e disciplinada sob a ótica de uma educação norteadas pelos princípios cristãos postos em prática através da atuação das Irmãs Cordimarianas, seja por meio da organização física da escola ou por meio das aulas ministradas por algumas delas, emergindo daí então uma cultura escolar banhada por diversos significados, além de contribuir para a produção de sensibilidades por parte dos sujeitos que frequentavam aquela escola. Desse modo, as relações estabelecidas entre esses atores sociais e o prédio escolar nos leva a entender, de acordo com as análises de Pesavento,

(...) que as sensibilidades são formas pelas quais os indivíduos e os grupos se dão a perceber, a si e ao mundo. A sensibilidade é, pois, capacidade humana, que fundamenta a apreensão do real; é uma habilitação sensorial que marca a capacidade de ser afetada pelo mundo, ou de reagir a estímulos físicos ou psíquicos por meio das sensações. (PESAVENTO, 2001, p. 222).

Nesse sentido, “os espaços escolares transmitem estímulos, conteúdos, valores, ao mesmo tempo que estabelecem normas disciplinares. (SILVA, 2009, p. 56). Além do mais, de acordo com Pesavento, esse processo está relacionado, por sua vez, com a história, a memória, a identidade, a alteridade” (PESAVENTO, 2001, p. 221). As análises da autora nos permitem perceber que até mesmo a construção do conhecimento acerca do mundo, de modo geral, também é perpassada pela sensibilidade, pois ela estaria “na base do próprio conhecimento”, e, portanto,

(...) opera na esfera das sensações e pertence à ordem da intimidade, porque atua na esfera dos sentimentos e fundamenta a percepção, interpretando e qualificando o mundo, o conhecimento sensível não segue exatamente as regras da racionalidade, mas não deixa, com isso, de produzir verdades, valores, ou seja, critérios de interpretação da realidade. (PESAVENTO, 2001, p. 223).

A fotografia número 1 deste capítulo (Imagem 7 abaixo) é um interessante registro da construção do edifício escolar apresentando as crianças para a qual a escola se voltava.

Imagem 7: Construção da Escola Paroquial Olivo Gomes



Fonte: Arquivo pessoal ex-aluna da escola paroquial. (Sem data)

A maneira como as crianças estão organizadas para a fotografia, e colocadas à frente devidamente enfileiradas por ordem de tamanho e idade, mostra a intenção de que a imagem registrasse esse público, os futuros estudantes da escola paroquial. E já apontava para elementos significativos da comunidade. Algumas crianças parecem já estar uniformizadas, outras estão com vestimentas mais informais, marcadas pelo fato de não portarem sapatos. Uma delas, entretanto, parece estar com um pé com sapato e meia, outro pé, descalço. A imagem denota, de certa forma, a maneira como as crianças deveriam se portar, enfileiradas, comportadas, e suas presenças em frente à construção, chama a atenção como emoldura-se a obra. A postura enrijecida das crianças diante da câmera fotográfica, a ausência dos calçados na maioria dos que posam para a foto, alude

a necessidade e o anseio pela chegada da nova escola naquela comunidade. Também parece registrar o interesse em fazer parte do quadro de estudantes, em uma dinâmica de continuidade da escola, já que havia crianças na imagem, de diferentes idades. Em uma visão geral, aquele prédio em construção apresentava-se como um espaço do devir, em que pese ele ser o espaço privilegiado para os que pudessem pagar pela sua permanência no quadro dos seus alunos.

Os registros fotográficos encontrados no início e outros no decorrer da pesquisa retratam desde o momento da construção do prédio escolar até o período de sua transição para a escola pública e estadual Dr. Rui Rodrigues Dória. Imagens que revelam os anseios e o jogo social da população de Santana na Escola Paroquial Olivo Gomes. De certo modo, a sua instalação, além de estar vinculada diretamente à forte presença e atuação da Igreja Católica no bairro, trazia consigo uma marca fundamental no processo de construção da memória e do imaginário social de seus moradores em torno da escola. É importante considerar o rol de interesses dos sujeitos sociais inseridos no percurso feito pela escola paroquial e seus impactos na vida dos moradores do bairro de Santana, que, de acordo com Pinto (2007), na década de 1960 o bairro presenciou, de certa forma, a realização de muitos feitos por meio das alianças entre líderes católicos, políticos e empresários locais. Nesse sentido, a trama social estabelecida em meio aos interesses por parte dos representantes católicos ditou não só o ritmo que o bairro seguiria nas décadas seguintes, mas principalmente, como passou a ser enxergado pelos líderes religiosos. Desse modo, as análises de Pinto apontam que o bispo que respondia pelas paróquias, Dom Francisco Borja do Amaral referiu-se às obras realizadas em Santana, chamando a atenção para a escola paroquial dirigida pelas Irmãs Cordimarianas.

Em uma das costumeiras visitas pastorais às paróquias, no dia 20 de agosto de 1970, Dom Francisco Borja do Amaral, assim se referiu à organização da Paróquia de Sant'Ana: "As obras de assistência aos mais humildes são preciosas e edificantes, como lactário, a sopa dos pobres, o lar dos idosos e principalmente a escola paroquial... sob a direção das Filhas do Coração Imaculado de Maria". (PINTO, 2007, p. 81).

A segunda fotografia deste Capítulo (Imagem 8, abaixo), reflete ainda presença das famílias. Nela percebemos que algumas das crianças da imagem anterior estão agora posadas para o(a) fotógrafo(a), na presença de adultos. Pela intimidade com que os adultos apoiam suas mãos nas crianças, pode-se pensar que seriam seus pais. Pais e filhos, arrumados em frente à construção, simbolizando tanto a aliança entre família e escola, como a moralidade imperante, compreendendo que a educação é obrigação da família e estas, contarão com apoio da igreja para cumprir essa função. Importante salientar que os "espaços escolares são dotados de significados e transmitem estímulos, conteúdos, valores, ao mesmo tempo que estabelecem normas disciplinares". (SILVA, 2009, p. 56). E mais ainda, esse alinhamento de ideias vinculadas à uma formação educacional e

civilizatória, com base cristã, de certa forma, contribuiu para a construção do imaginário social do bairro de Santana em torno do prédio escolar a partir das práticas educativas exercidas e direcionadas pelas Irmãs de Caridade, enxergado possivelmente, naquele período, também como possibilidade de transformação social. Entretanto, ao analisar estas fotografias é importante compreender que a imagem, como bem apontado por Bencostta, “não é uma simples representação da realidade, mas um sistema simbólico. Esse falso realismo atribuído à imagem fotográfica é resultado de uma leitura que somente atenta para a aparência visual das formas sensíveis, excluindo as demais faces que a modelam” (BENCOSTTA, 2006, p.315). Além do mais, para algumas áreas do conhecimento, como os pesquisadores da história social, das mentalidades e dos vários campos da história, entre outras esferas do conhecimento, fotografias “são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou” (KOSSOY, 2001, p. 32).

Imagem 8: Famílias em frente ao prédio escolar sendo construído. (Sem data)



Fonte: Arquivo pessoal ex-aluna da escola paroquial

A terceira fotografia deste capítulo (Imagem 9, abaixo), segue ainda no registro da comunidade escolar, mas agora com foco nas primeiras professoras que a escola recebeu e nas Irmãs de Caridade que assumem os cuidados com a escola. Ao debruçarmos o olhar sobre ela, podemos perceber a ambiência da escola, bem como objetos sacros, como a imagem atrás das mulheres que posam para a foto, percebemos, sobre um suporte, parte da vestimenta (manto) da figura de uma criança indicando ser a representação de Nossa Senhora de Sant’Anna. Esses símbolos religiosos aparecem em quase todas as fotografias analisadas neste capítulo, emoldurando-as juntamente com as pessoas, reforçando a marca católica e os valores cristãos propagados naquele estabelecimento de ensino, e conseqüentemente, contribuindo para o

estabelecimento de uma cultura escolar, que de acordo com as análises de Silva, serve como base e suporte para nos ajudar a entender

(...) também a organização, o funcionamento interno da escola, bem como, as práticas escolares. No interior de cada escola ou instituição escolar, existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar à escola, mas não está restrita a ela, pois, relaciona-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa. (SILVA, 2009, p. 113)

Nesse sentido, é importante, de acordo com os estudos de Dussel, levar em consideração as fotografias como artefatos materiais e “como entidades con su propia historia o biografía social, que juegan un rol activo en la producción de sentido en tanto actantes no humanos en las redes que configuran lo social (DUSSEL, 2019, p. 56).

Seguindo com a fotografia, nela podemos enxergar as Cordimarianas sentadas intercaladas com as professoras, todas no primeiro plano da imagem. Muitas das professoras ainda jovens ou em início de carreira, como a dona Jenny, antiga professora da escola paroquial que aparece sentada em primeiro plano do lado esquerdo da fotografia e quem a disponibilizou para este trabalho.

Imagem 9: primeiras professoras da Escola Paroquial Olivo Gomes (Sem data).



Fonte: Arquivo pessoal Jenny Prianti de Souza – antiga professora da escola paroquial.

Atrás das professoras e irmãs há uma porta que, ao que tudo indica, parece ser de uma sala de aula, na placa de identificação há um escrito que parece indicar “sala 4”, devido às condições da foto, não foi possível a leitura do restante do letreiro. Interessante a quantidade de pessoas na imagem, totalizando, além das três irmãs, quatorze professoras em diferentes idades. E, contrastando com as primeiras fotografias trazidas neste capítulo, a maior parte das pessoas que aparecem nesta imagem, inclusive as Irmãs de Caridade, estão sorrindo e transmitindo a ideia de

serenidade e descontração. Conforme relatado pelas antigas professoras que pude conversar acerca do percurso da escola, bem como a dinâmica interna, organização, distribuição das salas de aula, reuniões pedagógicas, ou sobre a finalidade desses registros fotográficos. Competia às Irmãs de Caridade transmitir todas as informações referentes ao cotidiano da escola, bem como organizar toda a logística interna do prédio escolar. E que, muitas vezes, antes ou após algum evento realizado na escola, foi tornando-se comum organizarem-se para as fotografias.

De toda forma, esses apontamentos informais fragmentados nos levam a pensar em outros questionamentos, como por exemplo, como essas professoras eram contratadas? Qual o procedimento adotado pela Escola Paroquial Olivo Gomes para a composição do quadro docente? Como eram pagas? Quanto recebiam pela jornada de trabalho? Como as Irmãs Cordimarianas atuavam no interior da escola?

No decorrer da pesquisa, ao buscar imagens da escola, e em diálogo estabelecidos com algumas das primeiras professoras da escola paroquial, a Sra. Jenny Prianti de Souza, que se encontra sentada no canto inferior esquerdo no primeiro plano da imagem e a Sra. Elza Moreira Moraes, informaram que as professoras da Escola Paroquial Olivo Gomes antes de serem contratadas, passavam por um processo seletivo interno que abrangia algumas perguntas orais sobre como portar-se e uma “provinha” na qual era avaliado o nível de conhecimento de cada uma e como lidar com a “criança”, o que, de acordo com elas, não se aplicava às Irmãs Cordimarianas, embora algumas delas também lecionassem, a exemplo da irmã Antonieta, sentada ao lado esquerdo da professora Jenny Prianti e da irmã Penha (Maria da Penha Aguiar), a segunda sentada no canto inferior direito no primeiro plano da imagem .

A professora Elza Moreira Moraes, atuou na escola como professora de Matemática, Português, Geografia e História durante cinco anos, desde a inauguração (1962) até o ano de 1967. Com ela ficamos sabendo que, nesses anos iniciais, a escola funcionava com duas salas de aula no piso térreo e quatro salas de aula no piso superior, no horário das 13h às 17h. Dentre os estudantes da escola, constavam os filhos dela, além dos filhos dos funcionários das fábricas Tecelagem Parahyba e Rhodosá de Rayon.

No encontro com as professoras evidenciaram elementos que confirmam o modo como a educação primária foi implantada na escola paroquial e trouxeram à tona, alguns aspectos do funcionamento administrativo da escola paroquial, ao mesmo tempo em que apontam para vestígios de como se deu a atuação das Irmãs Cordimarianas na comunidade de Santana.

Em um primeiro momento, ao mirar esta imagem, o olhar é atraído pelo reflexo luminoso do crucifixo portado pela irmã de caridade que está sentada no centro da foto, que foi identificada como sendo a Irmã Lourdes, responsável pela direção da Escola Paroquial Olivo Gomes. De modo

intencional ou não, por parte do (a) fotógrafo(a), esse detalhe do crucifixo luminoso reflete os valores cristãos católicos que norteavam as Irmãs de Caridade e se estendiam para a educação dos estudantes daquela escola.

Em relação a como as professoras eram pagas ou quanto recebiam pela jornada de trabalho, por exemplo, descobriu-se que todo final de mês elas eram chamadas individualmente à sala da direção da escola para assinar o recibo de pagamento, cujo valor é desconhecido, infelizmente, o que nos leva a outro ponto importante deste trabalho. No decorrer da pesquisa no arquivo permanente da escola não foram encontrados registros documentais referentes aos processos administrativos realizados pelas Irmãs de Caridade, tampouco com as antigas professoras. Não se sabe se esses documentos se perderam ao longo dos anos, se foram descartados pelas gestões que se sucederam às Irmãs de Caridade ou se as Cordimarianas levaram consigo quando regressaram à sua cidade de origem. Por meio do contato por telefone com a sede das Filhas do Coração Imaculado de Maria em Caucaia – Ceará –, o que soube, infelizmente, é que não há registros documentais referentes ao período no qual a administração da escola paroquial esteve sob os cuidados das Cordimarianas, fato é que em muito enriqueceria este estudo como evidência histórica daquele período. Entretanto, os estudos de Silva (2009) nos ajudam a pensar sobre essas fontes e no processo que se deu no decorrer na década de 1980, no qual fontes que “não são frequentemente utilizadas pela historiografia tradicional, não são conservadas nos arquivos. Outro dado importante, é que ao longo da década de 1980, o ímpeto desburocratizante e o amparo legal, levou muitas escolas a incinerarem fontes fundamentais para análise das práticas escolares.” (SILVA, 2009, p. 147).

A fotografia a seguir (Imagem 10) traz alguns aspectos do cotidiano da escola paroquial que demonstram as formas de atuação das Cordimarianas, bem como as relações sociais estabelecidas ou que se buscavam estabelecer com a comunidade do entorno da escola.

No primeiro plano da imagem aparecem algumas professoras sentadas no chão do pátio da escola paroquial, de maneira mais informal e descontraída, acompanhadas pelas Irmãs Cordimarianas. No canto inferior esquerdo, sentada com as mãos apoiadas sobre as pernas está a professora Marina Oliveira e na outra ponta, ainda no primeiro plano, a responsável pela direção da escola, irmã Lourdes. Na parte de trás, no segundo plano em pé, outras professoras e irmãs aparecem acompanhadas por outras mulheres. No terceiro plano da fotografia é possível enxergar, apoiado em uma das colunas do pátio da escola, parte do oratório onde se encontra a imagem de Nossa Senhora Aparecida, vale ressaltar que esse artefato religioso permanece ainda, no pátio da escola, no mesmo lugar, até os dias atuais.

Ao fundo da fotografia, entretanto, nem todas mulheres presentes na fotografia eram professoras da escola, e sim pessoas que faziam parte da elite joesense, e, portanto, exerciam certa influência na cidade, e a convite das irmãs, visitavam a escola esporadicamente, sendo essa uma prática comum das Cordimarianas. Isso nos permite afirmar, possivelmente, que seria essa uma das estratégias utilizadas pelas irmãs para angariar fundos para subsidiar o funcionamento da escola paroquial, sendo interessante, dentro do jogo de interesses, a manutenção dessas relações. De acordo com Leonardi (2002), esse processo evidencia o modo como esses dois estabelecimentos (Igreja e elite) definiram suas relações, para a autora essas instituições “nunca se distanciaram, a não ser oficialmente após a Proclamação da República, o que não impedia que uma continuasse a legitimar o poder da outra e que utilizassem símbolos comuns” (LEONARDI, 2002, p. 25). Além do mais, como visto anteriormente, essa aproximação com essa camada social possibilitava uma provável fonte de investimento nas obras sociais pretendidas pela igreja, demonstrando, de certo modo, uma promiscuidade existente nessas relações e a cessão de valores importantes para a instituição religiosa.

Imagem10: Membros da comunidade de Santana, professoras da escola paroquial e as Cordimarianas no pátio da escola. (Sem data).



Fonte: Arquivo pessoal Marina Oliveira – professora da escola paroquial.

Interessante notar a presença de um menino vestido com o uniforme da escola em frente a uma professora, indicando certa aproximação entre a professora e a criança, dada posição das mãos apoiadas sobre os ombros do menino (é possível que fosse, inclusive, seu filho). Sabemos que parte das professoras da escola mantinham seus filhos matriculados na escola paroquial, a exemplo

de dona Elza Moreira, que teve seus filhos estudando lá até quando ganhou uma bolsa de estudos da fábrica de tecidos Tecelagem Parahyba para que seus filhos estudassem em uma outra escola particular de São José dos Campos.²¹

Embora não se tenha encontrado no decorrer da pesquisa registro documental ou outras fotografias nas quais as professoras e as Cordimarianas aparecem em vários momentos da escola, em atitude descontraída como sugerido nesta imagem, consideramos importante destacar que, ao menos nesta fotografia acima, evidencia uma perspectiva de que a escola estava inserida na teia de relações sociais, nas quais estavam presentes interesses comuns entre os sujeitos, tendo como foco a educação. Chama bastante a atenção nessa imagem os gestos das Irmãs de Caridade, que embora sejam associadas à uma ideia de rigidez, disciplina e controle, uma delas parece não atentar-se para o olhar do(a) fotógrafo(a) no momento do registro da foto, sua mão entrelaçada no braço de uma das professoras deixa transparecer a ideia de intimidade e confiança estabelecida entre essas pessoas, ao mesmo tempo em que evidencia uma cultura escolar, que de acordo com Silva (2009), nos ajuda a compreender alguns processos referentes ao cotidiano escolar que dizem respeito aos assuntos que envolvem desde a organização, ao funcionamento e as práticas da escola. E mais ainda,

No interior de cada escola ou instituição escolar, existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar à escola, mas não está restrita a ela, pois, relaciona-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa. (SILVA, 2009, p. 113).

A fotografia a seguir (Imagem 11), apresenta em primeiro plano algumas pessoas na Sala dos Professores da Escola Paroquial, sentadas frente a uma mesa forrada com uma toalha branca e posta com xícaras, pires, pratos e açucareiros, no centro dela o que parece ser um suporte com comida, demonstrando ser um momento de confraternização e/ou celebração, tudo devidamente limpo e organizado.

No segundo plano, em pé, outras irmãs intercaladas por professoras, incluindo a dona Marina de Oliveira, ao lado direito da professora com um lenço amarrado na cabeça. No canto superior direito, duas mulheres convidadas para o café com as irmãs na escola, e que segundo dona Marina, faziam parte das pessoas que contribuíam para as obras da Paróquia de Santana, seus nomes não foram mencionados. No terceiro plano, no centro da imagem, há um quadro na parede,

²¹ Disponível em: História da Tecelagem Parahyba - São José dos Campos Antigamente (sjcantigamente.com.br) Acesso em: 2/9/2023.

onde ao que parece, está escrito “MAGNIFICAT”, que de acordo com as escrituras sagradas, esta expressão está relacionada ao Cântico de Maria²².

Imagem 11: Café com professoras da escola paroquial, membros da elite joseense e da comunidade de Santana. (Sem data)



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina Oliveira

Um detalhe interessante é que na imagem aparece a figura de um homem adulto, sentado também próximo à mesa, no canto inferior esquerdo entre as professoras, Irmãs de Caridade e as outras mulheres. De acordo com o que informou dona Marina, é o senhor Sebastião, que naquela época trabalhava na escola paroquial como servente escolar, conforme informado por ela, com exceção do pároco de Santana, o Sr. Sebastião era a única figura masculina que tinha acesso a todos os espaços da escola.

A busca por fotografias da escola e o contato com as professoras que as cederam para o uso nesta dissertação apontam como a presença das irmãs era ostensiva na escola e como os registros deste período representam a escola como uma instituição de ensino católica que contribuiu para a construção da memória acerca das experiências dos sujeitos inseridos naquele contexto, uma vez que esse “fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. (KOSSOY, 2001, p. 161). Não é por acaso que foram estes os guardados das antigas professoras, que ao serem contactadas sobre a possibilidade de disponibilizar o material fotográfico, escolheram as imagens que contam com a presença das Irmãs de Caridade.

²² Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2021/5/24/por-que-o-cantico-de-maria-e-chamado-de-magnificat/>. Acesso: 2/9/2023.

A próxima fotografia (Imagem 12) apresenta o interior de uma sala de aula da Escola Paroquial Olivo Gomes, que pelas características aparentes do teto, parece estar localizada no andar superior do prédio, e segue um padrão estético próprio. A fotografia mostra o espaço em perspectiva, visto a partir dos fundos da sala de aula. No primeiro plano, aparecem quatorze crianças, todas do sexo masculino e uniformizadas, o que leva a inferir ser uma sala de aula masculina, haja vista a ausência de estudantes femininas no ambiente. As cadeiras cuidadosamente enfileiradas demonstram ser um espaço esteticamente organizado e disciplinado, o que contrasta com os diversos olhares desviantes e aparentemente dispersos dos estudantes e de algumas professoras diante da câmera do(a) fotógrafo(a), pois das quatorze crianças que aparecem na fotografia, apenas quatro delas estão atentas ao que uma das Irmãs de Caridade parece dizer perante a todos.

Da mesma forma, observa-se que entre as onze professoras presentes na cena, todas posicionadas em pé no segundo plano da imagem, apenas seis delas direcionam o olhar para a câmera fotográfica, evidenciando uma variação de atenção e direção de foco. No terceiro plano da composição, voltado para os estudantes, destaca-se a presença de uma imagem sacra, retratando uma santa segurando uma criança nos braços, situada sobre a lousa e um suporte fixado na parede da sala de aula. Outro aspecto notável é a ausência de escritos na lousa, bem como a ausência de cadernos, livros ou qualquer material didático sobre as carteiras dos estudantes. Além disso, não são observados murais ou trabalhos dos alunos expostos nas paredes da sala de aula. Este registro, possivelmente, foi capturado em um momento inicial ou final das aulas, ou então durante um intervalo, sugerindo a possibilidade de algum recado ou orientação relacionado a um evento futuro na escola. Como sabemos, estas fotografias cuja organização dos sujeitos apontam para o fato de serem posadas para o fotógrafo, retratam elementos que compõem uma estética escolar que,

(...) “equivale a un código o a um sistema de convenciones transmisibles a diversas poblaciones. En tanto conjunto específico de normas, reglas y prácticas que organiza el tránsito por la institución escolar, es parte de la ‘cultura escolar’ que se imprime em los sujetos por ella interpelados en un proceso que afecta su sensibilidad. Puede pensarse como un acto de interpelación en el que distintas formas escolares (objetos, sujetos, espacios, tempos, etc.)” (PINEAU, 2018, p. 9).

E, ainda que registrem uma cena com movimento, expressam o ordenamento e disciplina, não sendo, portanto, um instantâneo ou uma imagem que mostre espontaneidade.

Imagem12: Sala de aula masculina da escola paroquial. (Sem data).



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira.

Retratando outro momento da escola, a fotografia abaixo (Imagem 13), apresenta aproximadamente sessenta estudantes reunidos no pátio da Escola Paroquial Olivo Gomes com três professoras e uma irmã Cordimariana. No primeiro plano, é possível perceber as crianças agachadas, algumas delas seguram um tipo de papel em uma das mãos e outras portam sacolas que parecem embrulhadas para presente. No segundo plano, em pé, no canto direito, aparecem duas professoras ao lado das crianças e outra professora no canto esquerdo. E no terceiro plano, em pé atrás dos estudantes, é possível enxergar uma irmã de caridade. Pelas características da imagem e pelo local (pátio) em que ela foi tirada, provavelmente deve tratar-se de algum evento, celebração ou premiação devido à alguma ação ocorrida na escola e direcionado para as salas de aula masculinas haja vista a ausência de estudantes femininas nela.

Imagem 13: Alunos e professoras no pátio da escola paroquial. (Sem data).



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira

A presença das Irmãs Cordimarianas no cotidiano escolar, seja nas salas de aula, ou nos outros espaços da escola, ou nos eventos promovidos pela instituição contribuiu significativamente não só para a construção do imaginário social em torno do prédio escolar, mas também para o estabelecimento de uma cultura escolar permeada por um conjunto de valores norteados pelo catolicismo presente na vida diária dos estudantes, professoras, funcionários e demais membros da comunidade escolar, em uma tentativa de transformar a escola em uma instituição de ensino que “ao mesmo tempo em que desenvolve o lado intelectual, também desenvolve, nas crianças, o sentido cristão de filhos de Deus”. (PIOLA, 2015, p. 176). Para Faria Filho e Souza (2004), a cultura escolar “recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias.” (Viñao Frago Apud Faria Filho e Souza, p. 147).

Piola; Rodrigues e Rossi (2015), ao analisarem a trajetória da Escola Paroquial Santo Inácio e as instituições de ensino primário de Maringá - PR entre os anos de 1946 e 1960, amparados nos estudos CHARTIER (1991) e JULIA (2001), apontam que, a escola confessional pode ser analisada “como um espaço singular que cria e recria suas práticas educacionais, se diferenciando de outras instituições escolares” (PIOLA; RODRIGUES; ROSSI, p. 167). E mais ainda, a forma de atuação das Cordimarianas assemelha-se ao das Irmãs de Caridade da Escola Santo Inácio, que “embora não pudessem estar como responsáveis pela direção da escola, estavam envolvidas com as atividades do jardim de infância e com as aulas de religião, música e desenho para as crianças do ensino fundamental, além de auxiliarem nas mais diversas atividades da escola.” (PIOLA; RODRIGUES; ROSSI, 2015, p. 172). O diferencial, nesse caso, é que as Irmãs de Caridade não respondiam juridicamente pela Escola Paroquial Olivo Gomes, mas assumiam a direção da escola, bem como lecionavam, como já citado no capítulo anterior.

Dando sequência, a fotografia a seguir (Imagem14), ainda no interior da escola, retrata o momento no qual as aulas foram interrompidas por conta da organização e realização de uma festa no pátio da escola para as estudantes vestidas de brancos que faziam catecismo e contou com a participação dos demais estudantes e alguns membros da sociedade, conforme se percebe ao fundo da imagem a presença de um homem adulto e uma mulher de costas, próximos à mesa forrada. A imagem traz alguns elementos do cotidiano da Escola Paroquial Olivo Gomes interessantes de serem analisados.

Em primeiro lugar, há que se levar em consideração que eventos comemorativos, bem como as festividades escolares representam, grosso modo, uma pausa na rotina diária da comunidade escolar e envolve a todos, estudantes, professores, funcionários, pais etc. Mais ainda,

cabe ressaltar, de acordo com Silva (2009), que as pesquisas envolvendo as festividades escolares não podem,

(...) reduzi-las a momentos de confraternização, descontração e alegria, mas precisamos entendê-las, como momentos especiais, de integração, de exaltação de valores – à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes. Em outras palavras, as ocasiões festivas eram propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores legitimados pela escola, pelos governantes e pela sociedade. Sendo compostas por normas e práticas com objetivos educativos, as festas e comemorações escolares, revelam características importantes da cultura escolar. (SILVA, 2009, p. 167).

Ao mesmo tempo, possibilitam que outras sociabilidades se estabeleçam no interior da escola. Uma vez que dentro das salas de aula o espaço é demarcado e dividido por sexo (masculino e feminino). Como podemos perceber na imagem abaixo, os estudantes (meninos e meninas) ocupam o mesmo espaço, embora delimitado pelos bancos de madeira que servem de assento, meninas do lado de dentro e meninos do lado de fora, seguindo a mesma lógica das salas de aula, separadas por sexo, o que não impede as crianças de, dentro das possibilidades, estabelecerem novas relações sociais, mesmo com a presença constante das Irmãs de Caridade. Nesse sentido, de acordo com Silva,

(...) as interrupções das atividades escolares na maioria das vezes, estavam estabelecidas no calendário escolar como efemeridades cíclicas, de caráter cívico, religioso, político e social. Nas comemorações religiosas, assim como nas demais, os indivíduos rompem com o cotidiano. É o espaço privilegiado da reunião das diferenças, de figurações sociais, coletivas e de sociabilidade. (SILVA, 2009, p. 155)

Imagem14: Festa turma de catecismo da escola paroquial. (Sem data).



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira

Nela se pode perceber novamente o envolvimento e a presença das Irmãs de Caridade entre os estudantes em um suposto momento de descontração e socialização, ainda que a fotografia mais uma vez, aponte para o fato de que o(a) fotógrafo(a) esteja sendo notado(a) no ambiente. Os olhares das crianças uniformizadas que aparecem no primeiro plano e miram a câmera do(a) fotógrafo(a), grande parte delas estão sorrindo, inclusive a irmã Cordimariana no centro da imagem. Chama a atenção o uniforme, com referência às meias usadas por algumas meninas, algumas delas vestem as de cano baixo e outras meias até o joelho, mas todas as crianças, bem como a irmã, vestem-se com seus respectivos elementos de identificação e pertença ao quadro da escola. Há, entretanto, algo de descontraído e espontâneo na cena, posto que aparece uma estudante dialogando com outra, e de costas para o(a) fotógrafo(a). Sua perna dobrada apoiada no banco, indica que não eram todas as crianças que participavam da cena com atenção ao registro fotográfico, e mostra que o registro foi realizado em meio a alguma atividade festiva da escola. Desse modo, é importante considerar, como bem salientado por Silva, “as festividades e comemorações no universo escolar como expressivos acontecimentos sociais pelos quais a instituição educativa ganhava visibilidade, ao mesmo tempo, compartilhavam sentimentos sociais e culturais. (SILVA, 2009, p. 155).

As próximas fotografias (Imagens 15 e 16), agora no ambiente externo da escola, dizem respeito ao modo como a escola paroquial organizava-se para as excursões, pois havia, segundo informes, saídas da escola para visitar fábricas da região, inclusive a Tecelagem Parahyba, outras vezes visitava-se outras escolas de São José dos Campos. A partir da fotografia, alguns questionamentos se fizeram presentes: Como eram custeadas essas visitas? Qual o objetivo dos passeios para o interior das fábricas e escolas da cidade? O que se pretendia mostrar aos estudantes da Escola Paroquial Olivo Gomes?

Durante a conversa com a professora, ficou claro que as docentes eram previamente informadas sobre a data, o horário e o local para onde seriam levadas com os alunos. Foi estabelecido que todos os ônibus partiriam da Escola Paroquial, seguindo em direção ao destino determinado pelas Irmãs de Caridade.

As fotografias registravam a atividade, mas as finalidades delas não são objetivas. Entretanto, de acordo com Kossoy, “é a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. (Kossoy, 2001, p. 28). Dessa forma, ainda que o registro não consiga expressar o conjunto das emoções e as finalidades pedagógicas da atividade, sabe-se que era considerado importante apresentar as fábricas que funcionavam no entorno do bairro de Santana aos estudantes, pois, além de estarem vinculadas à ideia de progresso, modernidade e crescimento econômico de São José dos Campos, em muito

contribuíam para a garantia do sustento de muitos pais que mantinham seus filhos na Escola Paroquial Olivo Gomes sob os cuidados das professoras e das Cordimarianas. Desse modo, embora não tivessem idade para trabalhar, os alunos tinham contato com o universo do trabalho que circunscrevia a comunidade do bairro e da escola, além de presenciarem o avanço da modernidade que se fazia presente no interior das fábricas e em outros espaços da cidade, conforme o roteiro estipulado pelas Cordimarianas, o que demonstrava que essa prática estava alinhada às ideias veiculadas no âmbito educacional da escola paroquial e a forma como as Irmãs de Caridade atuavam naquela comunidade.

A fotografia (imagem 15), exibida abaixo, retrata um instante no qual as crianças, separadas por sexo (meninos e meninas) participam de uma das saídas programadas da Escola Paroquial Olivo Gomes, evidenciando uma fileira de três ônibus alinhados. No canto esquerdo da fotografia, ao fundo, é visível parte do ônibus designado para transportar as alunas, acompanhadas de maneira ordenada de sua professora. No centro da imagem, destaca-se um grupo de aproximadamente cinquenta meninos, também devidamente organizados em fila, todos vestidos com o uniforme escolar, alguns direcionando seus olhares para a câmera do(a) fotógrafo(a). À esquerda dos estudantes, duas professoras estão presentes, aparentemente alheias ao momento do registro.

Imagem15: Excursão sala de aula masculina da escola paroquial. (Sem data).



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira

Seguindo a lógica das salas de aula separadas por sexo, o mesmo ocorria com os passeios promovidos pela escola, como se pode perceber nas imagens aqui apresentadas as crianças saíam em ônibus separados. Na imagem a seguir (figura 16), no primeiro plano percebe-se vinte e quatro

meninas uniformizadas acompanhadas pela professora em segundo plano, em pé atrás delas e no terceiro plano, o ônibus para transportá-las. Pelas características do local onde a foto foi tirada, os que aparecem na foto estão em um tipo de estacionamento de alguma fábrica, escola ou outro estabelecimento.

Imagem16: Excursão sala de aula feminina da escola paroquial. (Sem data)



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira

Ao mirar com atenção a imagem, da esquerda para a direita, é possível enxergar que a primeira aluna da fila, embora esteja uniformizada e em postura rígida e olhando com firmeza para a câmera fotográfica, está calçando apenas uma das meias, o que pode estar atrelado às condições socioeconômicas de muitos estudantes atendidos naquele estabelecimento de ensino. Registra-se ainda que ela é a única criança negra no grupo, e como presente nas demais imagens, poucas crianças negras estiveram presentes nos registros fotográficos da escola. Um detalhe interessante é que na sequência de imagens (15 e 16), as Cordimarianas não aparecem nas fotografias, ou seja, não acompanhavam as professoras e as crianças nessas saídas da escola, o que não significa que questões de disciplina e ordem não se fizessem presentes nos passeios fora da escola.

O caminho trilhado até aqui por meio de um estudo analítico das fotografias utilizadas como evidência histórica, serviu para descortinar processos educacionais da Escola Paroquial Olivo Gomes e as formas de atuação das Irmãs de Caridade, as Cordimarianas. Sendo assim, conforme nos adverte Kossoy,

A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos passados. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar. (KOSSOY, 2001, p. 121).

Dessa forma, as informações e as explicações coletadas sobre a trajetória da Escola Paroquial Olivo Gomes, diante dos esparsos registros fotográficos encontrados ao longo da pesquisa e que estão relacionadas ao cenário educacional da escola, bem como a atuação das Irmãs de Caridade, é importante salientar que “as reconstruções históricas sempre foram e serão objeto de diferentes versões. A história, assim como a verdade, tem múltiplas facetas e infinitas imagens. (KOSSOY, 2001, p. 153). Assim sendo, no capítulo seguinte, a discussão dar-se-á e em torno do acervo documental referente ao processo que levou a escola para as mãos do poder público, tornando-se mais uma escola pública no interior da administração estatal, embora com marcas de um passado paroquial.

Capítulo III

ENTRE A LEI E A MEMÓRIA: CAMINHOS E SENSIBILIDADES DA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR RUI RODRIGUES DÓRIA

Este capítulo pretende traçar o percurso burocrático sobre a transição da Escola Paroquial Olivo Gomes para a administração estatal, denominando-a Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória, bem como compreender as sensibilidades, memórias e permanências estabelecidas pelos sujeitos sociais inseridos na trajetória daquele prédio escolar, por meio da análise dos documentos (Termo de Visita Estadual, Fotografias, Contratos de Aluguel do prédio escolar, Contrato de Compra e Venda, Atas de Registro de Material Permanente e Solicitações para Remanejamento de Material) encontrados no arquivo escolar. Dessa forma, de acordo com Mogarro, “o arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar” (MOGARRO, 2002, p. 78). Além do mais, de acordo com Silva, “não existe nas sociedades complexas um sistema escolar que não seja regulado e ordenado por um sistema político e administrativo. As formas e modalidades de intervenção podem variar de acordo com as épocas e sistemas políticos” (SILVA, 2009, p. 149).

Todavia, nesse contexto, é importante considerar também as intervenções do poder público no setor educacional brasileiro no decorrer da década de 1960, tendo como foco a ampliação do ensino secundário e como essas medidas impactaram no cotidiano escolar dos estudantes da escola paroquial e da comunidade no entorno do prédio escolar. De modo geral, em consequência da falta de prédios em condições favoráveis ao ensino ginásial, e da demanda que aumentava, o governo estadual, por meio de medidas que assegurassem a criação de estabelecimentos de ensino secundário,

“(…) não pôde resolver os problemas de ampliação rápida das vagas. Dessa forma, os ginásios noturnos, instalados em prédios de grupo escolares e as secções continuaram a ser recursos adotados pela Administração Pública, em toda a década de 60, repetindo soluções já utilizadas em momentos anteriores, quando os desafios propostos pela pressão da população escolar exigiram do Estado pronta intervenção. (SPOSITO, 1984, p. 76).

Outra estratégia do poder público foi a aprovação do Decreto n. 50.537 de 11 de outubro de 1968, com criação de 140 ginásios estaduais (1.º ciclo) e 33 colégios estaduais (1.º e 2.º ciclos)²³, por meio do qual alguns grupos escolares de São José dos Campos, além de outras cidades do Vale do Paraíba, também sofreriam os impactos dessas mudanças. Esse novo cenário colocou novamente a educação no centro das atenções e nos últimos anos da década de 1960,

Nova orientação havia sido incorporada pela Administração Pública que reconhecia as dimensões adquiridas pelo processo de expansão do ensino e optava por uma política efetivamente democratizadora da escola pública secundária. Deixando de orientar sua ação respondendo apenas às contingências da demanda de vagas, a Secretaria da Educação apresentava concepções definidas para a instrução secundária: ‘(...) Com relação ao ensino ginásial, o ponto básico da política do Governo Estadual foi a ampliação das oportunidades educativas até o ponto de abranger, praticamente, todos os egressos da escola primária’. (SPOSITO, 1984, p. 77).

O início do ano de 1969 começou trazendo mudanças significativas no campo educacional para os moradores do bairro de Santana, principalmente para os estudantes da Escola Paroquial Olivo Gomes que viram suas vidas serem impactadas devido ao Decreto n. 51.334, de 29 de janeiro de 1969, publicado no Diário Oficial no dia 30 do mesmo mês e ano, que trata da criação dos estabelecimentos de ensino médio pelo governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré. A partir dele, os alunos atendidos pela escola paroquial percorreriam um novo trajeto diário, pois, de acordo com o que determinava o documento, passaria a funcionar a partir de sua publicação, o Terceiro Ginásio Estadual de São José dos Campos a ser instalado no prédio do “Grupo Escolar Suelly Antunes de Mello”²⁴, localizado no bairro da Vila Maria, região central da cidade.

Esse momento marca o período no qual o prédio em que funcionava a escola paroquial passou a sofrer as intervenções do poder público e, possivelmente, também, o fim das suas atividades enquanto estabelecimento de ensino primário. Embora não se tenha encontrado registros no decorrer desta pesquisa que confirmem esta informação, o estudo de Cardoso e Castro (2017) acerca das escolas paroquiais católicas no Brasil no final do século XIX e início do século XX apontam que, embora muitas delas tenham alcançado os objetivos principais de catequização e formação religiosa da população escolarizável, as pesquisas realizadas até o momento no Brasil sobre esta temática,

²³ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1968/decreto-50537-11.10.1968.html>
Acesso: 10/3/2024

²⁴ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-51334-29.011.1969.html>
Acesso em: 10/3/2024

(...) apontam para a escola paroquial, como sendo uma instituição escolar integrante do projeto educativo da Igreja Católica, tendo o ensino como instrumento de expansão e fortalecimento da fé, de maneira mais intensa a partir do final do século XIX quando ocorre o rompimento da relação do Estado com a igreja. Desse modo, após a Proclamação da República, o fortalecimento do catolicismo por meio do ensino religioso em escolas confessionais, tem ainda o objetivo de combater as ideias liberais e intensificar as ações de oposição ao protestantismo, mas ao sofrer os reflexos da campanha de nacionalização do ensino esse tipo de instituição (escola paroquial) aos poucos vai desaparecendo. (CARDOSO & CASTRO, 2017, p. 618).

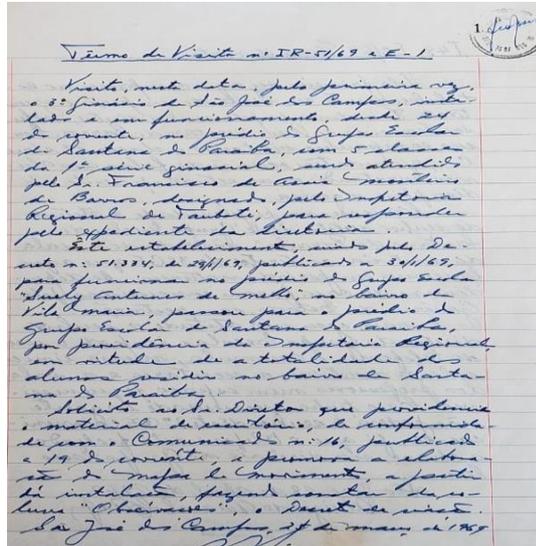
Além disso, Alves (2005) destaca que houve durante esse período uma significativa demanda para que a Igreja Católica, através do processo de *aggiornamento*, reestruturasse suas instituições educacionais católicas. Em 1968, a Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade de Medellín, Colômbia, tornou-se um marco ao abordar as práticas educacionais no continente e ao apresentar a educação libertadora como uma alternativa viável aos modelos educacionais então predominantes, os quais eram caracterizados pelo tradicionalismo e pelo enfoque técnico-desenvolvimentista. Entretanto, a pressão exercida pelo regime militar então vigente, aliada à crescente aproximação da Igreja Católica com as camadas populares, levantou questionamentos acerca da função social da educação e das escolas católicas. Essas questões foram influenciadas pelas teorias crítico-reprodutivistas, que enfatizam a reprodução das desigualdades sociais pelo sistema educacional. Esse contexto dificultou a efetivação da ruptura preconizada pela educação libertadora, resultando em uma adesão parcial às suas metodologias e conteúdo, os quais foram incorporados de forma limitada por meio de uma renovação pedagógica parcial. Nesse sentido, de acordo com o autor,

Surge um novo debate em torno da nova LDB, desta vez a Lei 5.692 de 1971. A partir dos anos 60, e de forma mais acentuada na década de 70, assiste-se ao processo de retração da Igreja no campo da educação. Muitos Colégios Católicos fecham as suas portas. No vácuo quantitativo criado pela Igreja, e no vácuo qualitativo criado pelo poder público, ocorre o rápido crescimento da iniciativa privada no campo da educação no Brasil. (ALVES, 2005, p. 4).

No dia 25 de março de 1969, três meses após a publicação do decreto, em sua primeira visita ao ginásio, conforme registrado pelo inspetor de ensino secundário no Termo de Visitas Estaduais do III Ginásio Estadual de São José dos Campos (Imagem 17) abaixo, as crianças egressas da escola paroquial passaram a frequentar o novo prédio escolar já no início do ano letivo. De acordo com a justificativa apresentada pelo inspetor, a escola encontrava-se instalada no Grupo Escolar de Santana do Paraíba, localizado na Rua Guarani, no bairro de Santana e em funcionamento com cinco classes da primeira série ginásial noturno. Fato é que os estudantes

residiam em Santana, o que ocasionou, de acordo com o inspetor, em providências por parte da Inspeção Regional de Ensino.

Imagem 17: Termo de Visita de 24 de março de 1969.



Fonte: Arquivo Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória.

Se faz necessário, nesse momento, situar o leitor acerca das transformações que vinham ocorrendo no cenário educacional brasileiro no período aqui estudado. A Reforma Francisco Campos aprovada sob o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931²⁵, que dispunha sobre a organização do ensino secundário no Brasil,

Estabeleceu definitivamente a seriação curricular, contudo o caráter seletivo deste grau de ensino permanecia. Os estabelecimentos de ensino ginásial público eram raros. O estado de São Paulo, um dos economicamente mais favorecidos do País, em 1930 contava apenas três ginásios estaduais, um localizado na Capital e dois no Interior. Vigente de 1942 a 1961 a reforma de Gustavo Capanema ainda propunha para a escola secundária finalidades que a excluía da formação comum e da educação de setores mais amplos da coletividade. (SPOSITO, 1984, p. 14).

Durante o período subsequente à década de 1950, foram implementadas significativas transformações que reconfiguraram a estrutura da educação secundária no Brasil. Por meio de uma série de legislações e discussões conflitantes, as autoridades públicas empreenderam esforços para atender as demandas dos diferentes ramos do ensino médio e a clientela do ensino profissional. No entanto, é importante notar que a aceitação da educação secundária e superior não foi universal. As perspectivas adversas em relação à expansão da rede de ensino ginásial sugeriam, de certo

²⁵ Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/acervos/decreto-19890-1931-reforma-francisco-campos> Acesso: 10/3/2024

modo, uma ligação implícita desse nível de ensino com certas concepções, e principalmente “aos projetos de vida de setores favorecidos da sociedade que recusavam as modificações operadas na tradicional escola das ‘elites’ no sentido da escola ‘comum’, obrigatória, continuidade natural da educação elementar” (SPOSITO, 1984, p. 156). Ademais, o Estado enfrentava dificuldades em implementar uma política educacional capaz de atender de forma abrangente as demandas de grande parte da sociedade. Diante dessas contradições, observou-se um aumento significativo no movimento de expansão do setor educacional secundário, o que impactou ainda mais o sistema de ensino público no Estado de São Paulo. Portanto, o processo de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi marcado por debates políticos prolongados e complexos, o que retardou sua promulgação. Mesmo após a aprovação da LDB, nem todos os níveis de ensino foram tornados obrigatórios.

O objetivo era garantir que todos os estudantes tivessem acesso tanto à educação secundária quanto à superior. Essa iniciativa visava, de maneira formal, reduzir a disparidade entre esses segmentos educacionais. De acordo com as análises de Sposito, na década de 1960, mais precisamente em 1961, embora tenha sido aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4.024), e determinado uma base comum composta por disciplinas curriculares obrigatórias para os vários segmentos das escolas médias (ginásios), no primeiro momento. No entanto,

Apesar das alterações realizadas na legislação, a persistência dos diferentes tipos de estabelecimentos incentivava, ainda, a procura de outros modelos de organização escolar que respondessem às novas necessidades do sistema educacional brasileiro. Além de romper com os dualismos anteriores, o processo de expansão, incorporando parcelas cada vez mais heterogêneas da sociedade, transformou a instrução secundária em um prolongamento da escolaridade elementar e obrigatória; este ramo do ensino passou a se apresentar como tendencialmente aberto, predominantemente público e destinado à formação comum da população. (SPOSITO, 1984, p. 15).

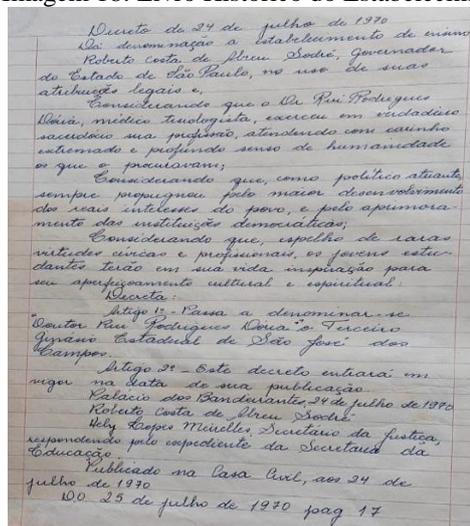
Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender o movimento de expansão da rede de ensino secundário por parte da máquina estatal, considerando a atuação de seus representantes, observando, “que a ação do Estado no processo de expansão deu-se como produto de tendências contraditórias nas relações de forças que opõem os vários grupos sociais e seus projetos na luta pela direção da sociedade” (SPOSITO, 1984, p. 16). De toda forma, além das questões intervencionistas do estado e da burocracia envolvida nesse processo, esse contexto nos leva a pensar sobre alguns questionamentos sobre o funcionamento administrativo do prédio que abrigava a Escola Paroquial Olivo Gomes, os documentos referentes à rotina e práticas educativas das Irmãs de Caridade, a vida funcional dos funcionários e professoras, como era realizada a guarda dos documentos pelas Cordimarianas, ou se esse movimento representou, de fato, o

encerramento das atividades como escola paroquial sete anos após a sua criação e principalmente, as memórias construídas pelos atores sociais a partir de suas vivências naquela escola. Infelizmente, conforme mencionado anteriormente, não foi possível encontrar no acervo documental informações que pudessem esclarecer esses anseios.

No início da década de 1970, foi publicado no Diário Oficial o Decreto Estadual de 24 de julho. De acordo com esse documento, vários prédios escolares de diversas cidades do Estado de São Paulo tiveram seus nomes alterados, no caso do Bairro de Santana em São José dos Campos, o Terceiro Ginásio Estadual de São José dos Campos passaria a ser denominado Ginásio Estadual “Doutor Rui Rodrigues Dória”, nome dado devido à atuação do médico e político no tratamento contra a tuberculose durante a fase sanatorial da cidade.

Devido à deterioração causada pelo tempo e pelo estado no qual grande parte das fontes foram encontradas, as informações, mesmo que dispersas, nos ajudam a traçar o percurso da escola. Desse modo, em meio as leituras e pesquisa nos registros encontrados no Livro Histórico do Estabelecimento, o documento abaixo (Imagem 18), o qual segue parte de sua transcrição, é uma importante evidência do processo educacional da comunidade escolar de Santana, inserida e impactada também pelas mudanças ocorridas na esfera estadual de ensino.

Imagem 18: Livro Histórico do Estabelecimento (24/07/1970)



Fonte: Arquivo Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória

Alguns registros fotográficos pessoais de antigas professoras da escola paroquial que foram cedidos para esta pesquisa retratam os últimos momentos de funcionamento da Escola Paroquial Olivo Gomes e dizem respeito às experiências desses sujeitos sociais no interior do prédio escolar.

Alguns desses registros dizem respeito, possivelmente, ao período que corresponde ao ano de encerramento das atividades da escola, no ano de 1968. A fotografia abaixo (Imagem 19) é uma

captura de um momento sobre as comemorações do dia do professor, na qual os estudantes posam para a foto, todos em volta da professora Marina Oliveira, que aparece com no segundo plano a direita da imagem com a cabeça ornada com uma coroa de flores. Alguns elementos presentes no registro chamam a atenção. A sala de aula masculina do quarto ano com as cadeiras enfileiradas perfeitamente alinhadas aparecem, em sua grande maioria, com um tipo de guardanapo de tecido e copos, alguns estudantes comendo ou segurando copos e algum tipo de comida. Sobre a mesa da professora devidamente forrada, bolos e vaso com flores dividem o espaço com os demais alunos em volta da professora. Outros elementos que também atraem o olhar merecem destaque. No terceiro plano da imagem, atrás das pessoas que aparecem na foto, no alto, sobre um suporte, é possível perceber sobre a lousa uma imagem representando a Nossa Senhora Aparecida.

Imagem 19: Alunos do 4ºAno – Escola Paroquial Olivo Gomes (1968)



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira

A lousa aparece escrito “SALVE” e mais abaixo o que parece ser “professora”, outro elemento que também nos chama a atenção é o desenho ao lado dessas palavras, nele é possível perceber a representação de perfil do rosto de uma mulher seguindo em direção ao que parece ser uma torre de um castelo, guiada por uma estrela iluminando seu caminho, logo abaixo do desenho o escrito “MESTRA”. Atrás de um dos alunos, no canto direito da imagem, a representação de um rosto masculino, usando touca, denotando ser a figura do Papai Noel. A partir da leitura dessa imagem, podemos inferir que a construção da memória e das sensibilidades acerca da escola paroquial é perpassada também por esses símbolos que indireta ou diretamente vinculam-se às práticas educativas veiculadas naquela instituição de ensino. Nesse sentido, representa, de certo modo, a reprodução de uma visão educacional daquele período que colocava o(a) professor(a) no centro da construção do conhecimento e do aprendizado dos estudantes, não sendo possível de outra maneira. Entretanto, de acordo com Martins,

En los días actuales esto continúa refiriéndose a uno de los componentes de la educación por la memoria, em la cual, la presencia de los objetos posee mucho más una función de identidade y afirmación del espacio escolar, del que propriamente evidencia la permanência de uma metodologia de enseñanza. (MARTINS, 2012, p. 124).

Dessa forma, cria-se uma cultura escolar e material atravessadas pelas experiências que se dão na esfera social, e, portanto, norteadas pelos valores e artefatos católicos presentes no cotidiano da escola distribuídos nos espaços do prédio escolar. De todo modo, as análises de Dussel (2019) acerca dos processos educativos, bem como os estudos sobre a cultura material educativa em muito nos auxiliam no entendimento desse processo. De acordo com a autora, esse processo,

(...) passa por la interacción entre seres humanos, así como por objetos y espacios que dan forma y contenido a los procesos educativos. En el ámbito de la historiografía educativa puede decirse que se había prestado más atención a la participación de los humanos, incluyendo la revisión y debate periódico sobre quiénes y cómo entran en esa historia, que a los objetos y los espacios; sin embargo, en los últimos años los estudios sobre la cultura material educativa se vienen expandiendo con gran fuerza. (DUSSEL, 2019, p. 36).

Nesse sentido, a relação estabelecida entre essa cultura material presente no cotidiano escolar desempenha um papel importante no modo com os sujeitos sociais enxergam suas experiências e atuam sobre delas. No que diz respeito à escola paroquial e o seu impacto na comunidade de Santana, a cultura escolar embricada nas relações sociais com o prédio, desempenha um papel fundamental na construção da memória sobre a história da educação no bairro. Além do mais, de acordo com Silva, “é interessante perceber que a cultura escolar envolve o conjunto do fazer escolar, aquele que determina o que ensinar, o que inculcar, os fins a atingir, mais especificamente, o que transmitir considerando o contexto sociocultural que a escola se insere (SILVA, 2009, p. 13). Dessa forma “la llamada “cultura material” participa decisivamente en la producción y reproducción social. Sin embargo, de eso tenemos consciencia superficial y discontinua. Los artefactos, por ejemplo, no son simples productos sino vectores de relaciones sociales” (DUSSEL, 2019, p. 37).

A imagem a seguir (Imagem 20) é outro importante registro dos momentos finais da escola paroquial. Nela percebemos os estudantes, todos uniformizados, no momento do recreio no pátio em um momento de descontração e aparente espontaneidade. Interessante perceber também que não há a separação entre os alunos, meninos e meninas compartilham o mesmo espaço e dividem o ambiente com outros objetos que compõem a fotografia. O movimento dos corpos representados na imagem contrasta com a ideia de ordem e disciplina, característicos da conduta imposta pelas Irmãs de Caridade. De modo que a maneira como a foto foi tirada transmite a sensação de quase ouvir o barulho das vozes dos alunos. No segundo plano da imagem, é possível perceber

novamente a presença de símbolos religiosos compondo o cenário registrado, como parte da imagem sacra apoiada no suporte fixado em uma das colunas do pátio. No terceiro plano, podemos observar alguns murais fixados nas paredes com vários escritos e recortes, evidenciando possivelmente, a exposição de trabalhos e atividades desenvolvidos pelas professoras com os estudantes, constituindo-se em elementos importantes acerca do contexto educacional aqui estudado, bem como as sensibilidades construídas pelos atores sociais inseridos na realidade da Escola Paroquial Olivo Gomes. A fotografia chama atenção também para o fato de nela se apresentarem apenas as crianças, já um pouco maiores, mas sem a presença das Irmãs Cordimarianas.

Imagem 20: Estudantes durante o intervalo no pátio da escola paroquial (1968)



Fonte: Arquivo pessoal professora Marina de Oliveira

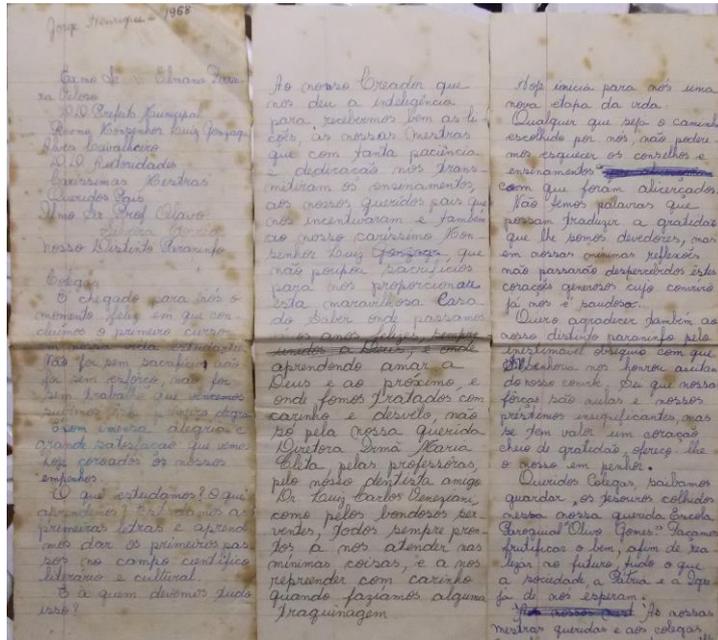
Ao longo desta pesquisa, além dos diálogos informais com algumas antigas professoras da escola paroquial, foram encontrados outros tipos de documentos que de certa forma, nos auxiliaram na compreensão do processo de construção das memórias e sensibilidades acerca do prédio escolar, por exemplo, o discurso de formatura da turma masculina do 4º ano primário da escola paroquial, escrito pelo estudante Jorge Henrique sob a orientação da sua mãe e também professora, Marina Oliveira. De acordo com o documento, estiveram presentes nesse evento escolar, além do Monsenhor Luiz, o prefeito municipal e outras autoridades políticas, legitimando a participação do Estado e da Igreja na formação inicial daqueles estudantes. Nesse sentido, em tom de retribuição, o aluno o questiona e responde, “O que estudamos? O que aprendemos? Estudamos as primeiras letras e aprendemos dar os primeiros passos no campo científico, literário e cultural”. A possibilidade desse primeiro contato é atribuído primeiramente ao “nosso Criador que nos deu a inteligência para recebermos bem as lições, às nossas mestras (professoras e Irmãs de Caridade), que com tanta paciência e dedicação nos transmitiram os ensinamentos, e, em

seguida, “ao nosso caríssimo Monsenhor Luiz, que não poupou sacrifícios para proporcionar esta maravilhosa Casa do Saber onde passamos vários anos felizes aprendendo a amar a Deus e o próximo e onde fomos tratados com carinho e desvelo”.

De modo geral, as práticas educativas e o discurso ideológico direcionados pelas Cordimarianas podem ser percebidos na tônica das palavras descritas pelo estudante, deixando claro não só os valores cristãos propagados por aquela instituição de ensino, como também, algumas características marcantes de uma educação alicerçada, naquele contexto, pela tríade composta pela sociedade, a Pátria e a Igreja. Dessa maneira, a Escola Paroquial Olivo Gomes se constituía, de acordo com o estudante, em um local irradiador desses valores e conhecimento. Portanto, assim encerrava o seu discurso, “Queridos colegas saibamos guardar os tesouros colhidos nessa nossa querida Escola Paroquial “Olivo Gomes”. Façamos frutificar o bem, a fim de realizar no futuro tudo o que a sociedade, a Pátria e a Igreja de nós esperam”.

A análise do presente documento permite vislumbrar a maneira como se estabeleciam as relações hierárquicas entre os estudantes, as professoras, as Irmãs de Caridade e outros representantes da sociedade envolvidos no contexto educacional do bairro de Santana. Além disso, o documento serve como um importante vestígio de como a cultura escolar adquire significado a partir das experiências e, sobretudo, das sensibilidades transitórias e sutis construídas pelos indivíduos que frequentam a escola. Esta dinâmica transforma a escola em um lugar de experiência, capaz de modificar sensações, sentimentos e, especialmente, comportamentos, que se constituem de maneira duradoura. Tais comportamentos adquirem espontaneidade, sendo resultantes das interações sociais que não se manifestam explicitamente nas diversas formas de educação social, especialmente quando não são intencionais ou promovidas. Desse modo, de acordo com Taborda de Oliveira, “o uso dos sentidos leva, necessariamente, a formas de decodificação dos sinais emitidos pelo mundo externo, pois as sensibilidades são resultado da nossa capacidade responsiva e dialógica, produtos e produtoras de experiência. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2020, p. 8).

Imagem 21: Discurso de formatura (1968)



Fonte: Arquivo pessoal Jorge Henrique, ex-aluno da escola paroquial.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases n. 5.962, de 11 de agosto de 1971, novas orientações alteraram os níveis de ensino²⁶. Vale ressaltar que a implantação dessa organização do ensino estruturado em um único formato, de acordo com Sposito,

(...) estabeleceu a escolaridade elementar e obrigatória de oito anos. Sob o ponto de vista formal, as dualidades até então existentes desapareceram e a escola secundária (o antigo curso ginásial, elitista e propedêutico) foi absorvida pela escola de primeiro grau. (SPOSITO, 1984, p. 15).

De acordo com o que determinava a nova lei, eram fixadas então as novas diretrizes para a educação, colocando o ensino de 1º e 2º graus. Dessa forma, a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus,

(...) modificou substancialmente a doutrina sobre a instrução primária e média que fora fixada em 1961. A nova lei integrou os dois níveis de ensino, o primário e o ginásial, num único ensino de 1º grau, de 8 anos, obrigatório, universal, e nas escolas públicas. Atribuiu também caráter profissionalizante ao ensino, especialmente o do 2º grau. As divisões dos antigos ramos do ensino médio foram abolidas, dando um passo decisivo, nesse sentido, em favor da maior democratização do ensino. (MARCÍLIO, 2005, p. 274).

²⁶ Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-5692-1971_80469.html#google_vignette Acesso: 16/3/2024

O prédio onde funcionava o ginásio estadual passou então, a se chamar Escola Estadual de Primeiro Grau Doutor Rui Rodrigues Dória, e continuou, por um tempo, funcionando no mesmo endereço para onde foram remanejados os estudantes da antiga escola paroquial. Alguns anos depois, o prédio escolar construído inicialmente para atender os estudantes da Escola Paroquial Olivo Gomes, que até então continuava como propriedade da Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes passaria a atender uma nova demanda estudantil. Sua clientela então, passou a ser os alunos que compunham as 11 salas de aula de forma heterogênea, distribuídos da primeira a oitava séries, com 40 estudantes por sala, no total de 1.236 crianças e adolescentes, funcionando nos períodos manhã, tarde e noite, de acordo com o descrito no Relatório Geral sobre o prédio escolar (Imagem 22).

Imagem 22: Distribuição dos estudantes da Escola Estadual de Primeiro Grau Doutor Rui Rodrigues Dória (Sem data)

.95

Pessoal Técnico
A escola não conta com nenhum orientador pedagógico, psicólogo, assistente social, médico e dentista.

IV - CORPO DISCENTE
Matrícula geral e efetiva, global e por série.

Alunos do 1º Grau

1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	7a.	8a.	Total
137	106	102	152	195	202	188	154	1.236

Época para a Matrícula
A época normal é Janeiro. Até o final de Julho a escola matricula alunos com transferência.

Crítérios para a Seleção e Matrícula
Para ingressar na 1a. série do 1º grau é necessário que a criança complete 7 anos até 29 de Fevereiro, não seja portadora de nenhuma moléstia contagiosa e não tenha nenhuma deficiência física ou mental. A escola recebe alunos de ambos os sexos e o número médio de alunos por classe é de 40, podendo haver classes maiores ou menores.

Origem Sócio-econômica dos Alunos
A origem sócio-econômica dos alunos é de médio para baixo uma vez que a população do bairro é na maioria operária.

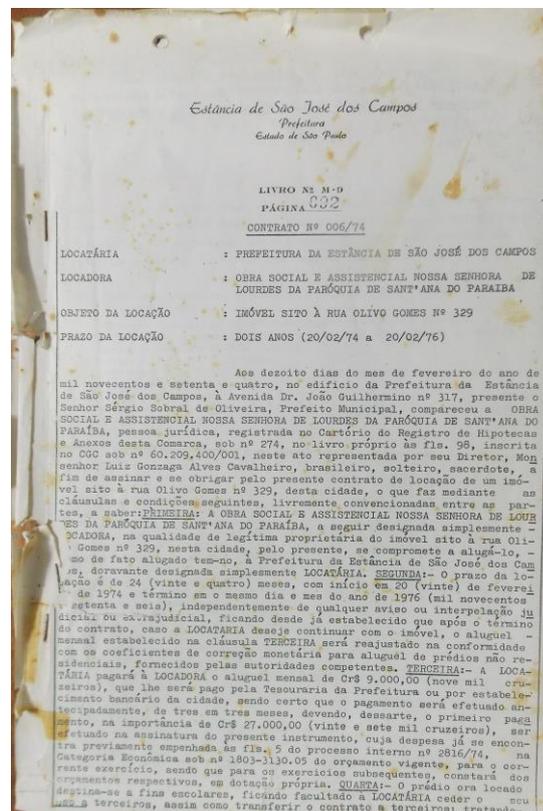
Frequência
A percentagem geral é de 75%, ocorrendo a mesma coisa nas diversas séries.

Fonte: Arquivo Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória

No dia 18 de fevereiro de 1974, foi formalizado o Contrato n. 006/74 (Imagem 23), celebrado entre a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes, representada pelo pároco de Santana, e a Prefeitura da Estância de São José dos Campos. Este contrato diz respeito à locação de um imóvel localizado à Rua Olivo Gomes, número 329. Conforme estabelecido no referido documento, o período de locação compreendia dois anos, iniciando-se em 20 de fevereiro de 1974 e encerrando-se em 20 de fevereiro de 1976, com o propósito específico de uso para atividades escolares. As disposições contratuais delineavam as obrigações tanto do Monsenhor Luís, proprietário do imóvel, quanto da Prefeitura, durante o período estipulado, colocando inclusive, o prédio à disposição da Secretaria Estadual de Educação ou de outro órgão, caso estes assumissem as responsabilidades descritas no documento, ou a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes manifestasse desinteresse em continuar com a locação. Essas condições foram firmadas

com a previsão de sua vigência independente de quaisquer intervenções judiciais ou extrajudiciais. Embora o contrato tenha especificado o uso destinado ao espaço para atividades escolares, uma cláusula facultou à Prefeitura a utilização do imóvel conforme suas necessidades administrativas. Ao longo da pesquisa não foram encontrados registros sobre qual escola funcionou naquele prédio nesses dois anos. É interessante notar a partir da leitura desse documento, que além das questões administrativas envolvendo o prédio escolar, a existência de uma trama social na qual os interesses políticos e religiosos do poder público e da igreja em torno desse edifício transformaram-no em uma fonte de renda para a Cúria e uma alternativa possível para o projeto educacional do Estado.

Imagem23: Contrato de aluguel do prédio escolar n. 006/74

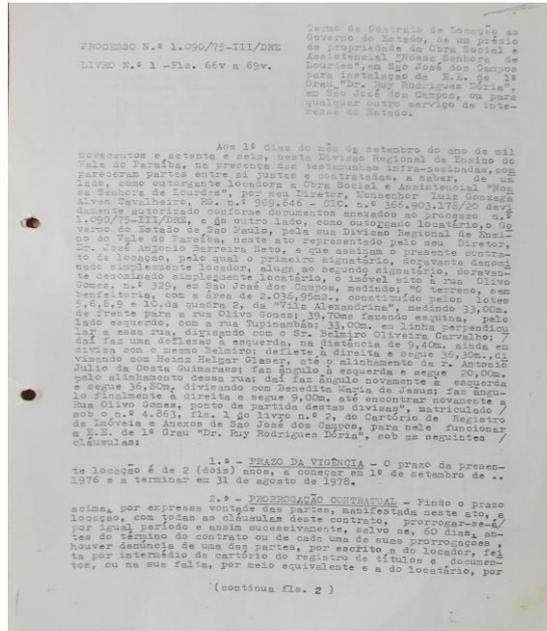


Fonte: Arquivo Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória

Sob outros termos e condições, no dia 1º de setembro de 1976, foi formalizado entre a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes e o Governo do Estado de São Paulo o Termo de Contrato de Locação (Imagem 24 abaixo) referente ao imóvel pertencente à Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes. Conforme definido no referido documento, o propósito principal era a instalação da Escola Estadual de Primeiro Grau "Dr. Ruy Rodrigues Dória", ou para a alocação de quaisquer outros serviços considerados de interesse pelo Governo do Estado. De acordo com o documento, o aluguel, cujo valor era de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) vigoraria

pelo período de 2 anos, a começar em 1º de setembro de 1976 e terminar em 31 de agosto de 1978, podendo ser prorrogado de acordo com os interesses das partes envolvidas. As determinações contratuais colocavam o prédio escolar à disposição total do governo estadual, podendo este fazer qualquer obra ou reforma considerada necessária para o seu funcionamento.

Imagem 24: Termo de Contrato de Locação (1/9/1976)



Fonte: Arquivo Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória

Esse percurso educacional marcado pelas intervenções do poder público em torno do prédio escolar onde funcionava a antiga escola paróquial evidencia, de certa forma, o jogo de interesse por parte do Monsenhor Luíz. Como proprietário e como um dos articuladores desse processo, ele utilizou o prédio como moeda de troca para atender a demanda e os interesses do Estado, e, embora o discurso religioso, católico e caritativo, tenha sido um dos nortes nessas negociações, não podemos deixar de mencionar as relações de poder e políticas implícitas nessas tratativas com o governo. Nesse sentido, o estudo de Carvalho (2018) nos auxilia no entendimento dessa dinâmica, pois, era prática comum entre os representantes da Igreja Católica a busca por recursos para manutenção de suas obras e ações de caridade, para isso, contavam com o apoio daqueles a quem chamavam de benfeitores. Em meados de 1962, surge a figura emblemática do padre Januário Baleeiro²⁷, que de acordo com Carvalho, “passa a acompanhar Adhemar de Barros na campanha eleitoral, vencida o pleito realizado em outubro desse ano. O novo governador nomeia Baleeiro

²⁷ Nos anos 1962-1964, Pe. Januário Baleeiro foi o Secretário dos Negócios da Educação e Cultura do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.oblatosdecristo.com.br/quemsomos-o-fundador.html> Acesso: 1/4/2024.

Seja para as obras caritativas da igreja, ou não, fato é que durante muitos anos o prédio escolar tornou-se uma fonte de renda para a Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes. De 1976 a 1987 o edifício permaneceu alugado para o governo do estado com as mesmas prerrogativas do contrato inicial, porém com os reajustes monetários cabíveis existentes naquele período e sofrendo as primeiras intervenções em sua estrutura física (pintura e letreiro de identificação), conforme imagem 26 abaixo.

Imagem 26: Entrada Escola Estadual de Primeiro Grau Dr. Rui Rodrigues Dória (sem data)



Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

Nesse ínterim, alguns contratemplos, por falta de entendimento, entre o pároco de Santana e o poder público se fizeram presentes. Entre os meses de maio e setembro de 1977 tramitou entre a Escola Estadual de Primeiro Grau Doutor Rui Rodrigues Dória e a Delegacia de Ensino de São José dos Campos o Processo n. 014/97/77 (Imagem 27 a seguir) sobre o material permanente (cadeiras, carteiras, armários, persianas, mesas de madeira, balcões etc.) cedido à escola paroquial a título de empréstimo pela Secretaria da Educação. Esse material permaneceu na escola mesmo após o encerramento de suas atividades como escola paroquial. No dia 6 de setembro de 1977, o novo parecer expedido pela Delegacia de Ensino determinava que todo o material fosse incluído ao inventário da atual escola, uma vez que havia sido proveniente do Estado. O que inicialmente pareceu ser a solução para a falta de recursos que garantissem o bom funcionamento da escola, transformou-se em sinônimo de conflito entre o pároco e o poder público, demonstrando que nem sempre a relação entre essas instituições seguia à risca os acordos pré-estabelecidos. De acordo com Carvalho,

Para alcançarem meios de manutenção e expansão de suas congregações, prática já existente e apropriada por eles. A aproximação e participação de acordos com pessoas de influência social e poder econômico constitui uma estratégia utilizada para captação de

recursos, que em outras circunstâncias tornaram-se fonte de dissabores para os religiosos. (CARVALHO, 2018, p. 25).

Imagem 27: Processo n. 01497/77 (31/8/1977)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 GOVERNADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
 DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO RUI DO PARAÍBA
 DELEGACIA DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
 S.E.P.C. "DR. RUI RODRIGUES DÓRIA"
 PROCESSO: n.º 01497/77-DREVP

INTERESSADO: REPE "Dr. Rui Rodrigues Dória" - São José dos Campos

Cargo ou Função	Quadro-Parte-Tabela	Ref. e Grau
LOTAÇÃO:		
ASSUNTO: Solicita esclarecimentos quanto ao material permanente.		
CONCLUSÃO: Pelo encaminhamento.		

I N F O R M A Ç ã O

O presente processo acha-se na Escola desde o dia - 16/06/77, por motivos de dificuldade em entrar em entendimento com o Revmo. Monsenhor Luis Gonzaga Alves Cavalheiro, conforme fls. 7. Devido às múltiplas ocupações do Monsenhor Luis e apesar de convidá-lo várias vezes para vir à Escola, finalmente realizou-se o entendimento.

O material relacionado nas fls. 5 e 6 foram cedidos por empréstimo pelo Revmo. Dr. Secretário da Educação José Carlos de Ataliba Nogueira, conforme fls. 4, por tempo indeterminado. Uma vez que a Escola "Arquival encerrou suas atividades e o prédio alugado pela Prefeitura de São José dos Campos, e devolvido a REPE "Dr. Rui Rodrigues Dória", o material citado ficou à disposição desta Escola.

Esclarecida a origem do material passo a perguntar como proceder com o referido material.

Notando que as carteiras se acham empilhadas no pátio, estragando-se com o tempo e com brincadeiras de alunos e nos dias ociosos com pessoas ignoradas que pulam o muro para dentro do pátio, surgiu a petição inicial de fls. 2.

Sabendo-se que há escola desprovida de material (carteiras) sugerimos o remanejamento dessas carteiras que aliás não estão incluídas no inventário desta Escola.

Uma vez esclarecido, opinio pelo remanejamento das carteiras e arquivamento do presente, salvo melhor juízo superior, e o que se competia informar.

São José dos Campos, 31 de agosto de 1977.

[Assinatura]

JOÃO CARVALHO DE ABRADE
 DELEGADO DE ENSINO

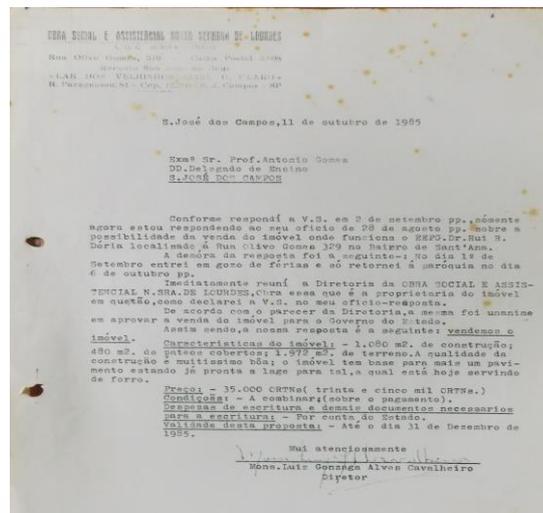
Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

As estreitas relações mantidas com políticos, empresários e personalidades influentes na cidade, juntamente com a influência do discurso religioso, desempenharam um papel fundamental ao abrir múltiplas oportunidades e facilitar a realização dos projetos do pároco de Santana. As estratégias políticas associadas ao discurso de caridade adotadas pelo padre desde os estágios iniciais de seus acordos e alianças persistiram até o momento em que surgiu a necessidade de alienar o prédio escolar. De acordo com Pinto, “depois de efetivada a venda, Monsenhor quis agradecer a um deputado pelo apoio à negociação. Resolveu dar um relógio de parede durante a concorrida missa de domingo” (PINTO, 2007, p. 102). No entanto, ao longo deste estudo, não foi possível identificar os motivos que levaram, de fato, o pároco a tomar a decisão de vender o referido prédio escolar para o governo estadual.

Em 11 de outubro de 1985, Monsenhor Luíz comunicou, por meio de uma carta endereçada ao Delegado de Ensino de São José dos Campos (Imagem 28 abaixo), sobre a venda do imóvel que abrigava a Escola Estadual de Primeiro Grau Doutor Rui Rodrigues Dória, então locado para o governo estadual. O referido documento, em resposta a um ofício recebido em 28 de agosto de 1985, sem fazer referência ao teor e como foi discutida a venda do imóvel, bem como as razões

que levaram à decisão, o padre relata uma reunião realizada com os membros da diretoria da Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes, na qual todos concordaram unanimemente com a venda do edifício para o governo do Estado. Demonstrando alinhamento com as questões econômicas nacionais, a proposta apresentada pelo pároco fixou o valor da transação em 35.000 ORTNs, com validade de pouco mais de dois meses a partir daquela data. A efetivação da venda ocorreu dois anos após o envio da carta, em 11 de dezembro de 1987, quando o edifício foi transferido, de fato, para posse do Estado.

Imagem 28: Carta sobre a venda do prédio escolar (11/10/1985)



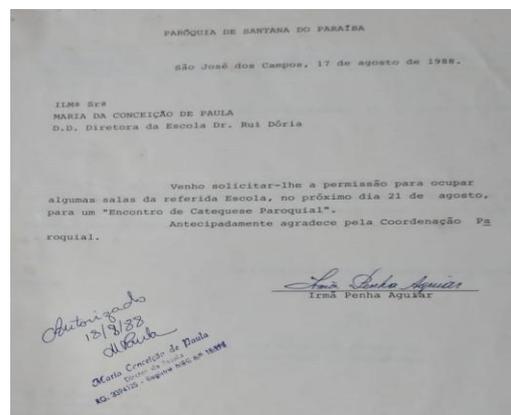
Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

As disposições normativas referentes ao setor educacional no contexto brasileiro catalisaram importantes movimentos na narrativa histórica da educação em Santana, exercendo uma influência significativa sobre as experiências cotidianas dos residentes e alunos locais. Este processo, permeado por uma variedade de dinâmicas sociais e pactos institucionais, desempenhou um papel fundamental na configuração das interações sociais, evidenciando que a infraestrutura física e o legado educacional representado pela Obra Social e Assistencial Nossa Senhora de Lourdes, por meio das práticas educativas das Irmãs de Caridade, assumiram uma posição central no panorama da escolarização dentro dessa comunidade específica, haja vista a cultura escolar proveniente dessas interações, principalmente entre os sujeitos sociais e os objetos sacros existentes no interior da escola.

No entanto, apesar das intervenções específicas do Estado na organização, existência e transformação temporária da Escola Paroquial Olivo Gomes em um bem público dentro do sistema educacional, representando uma concretização dessas mudanças no âmbito legislativo, sua implementação não se refletiu automaticamente na prática.

Entretanto, essa dinâmica é atribuída à intersecção das experiências dos diversos agentes envolvidos, incluindo membros da comunidade escolar e outros atores, revelando a emergência de narrativas adicionais associadas à proeminência do catolicismo tanto no contexto do bairro quanto dentro das instalações educacionais. Nesse sentido, registros documentais descobertos durante a investigação indicam que após a transferência da propriedade do prédio escolar para o controle público, representantes da comunidade católica em Santana, cientes da herança católica do edifício, apresentaram solicitações aos administradores escolares visando a utilização do espaço para propósitos religiosos.

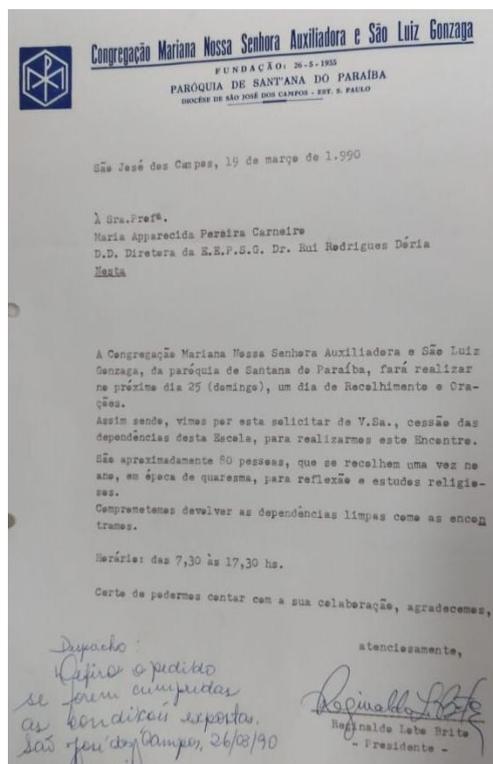
Imagem 29: Solicitação para uso do prédio escolar (17/08/1988)



Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

Dessa forma, ainda que operando sob a gestão administrativa estatal, as autorizações para o uso do prédio escolar pareciam refletir uma dinâmica religiosa característica do contexto do bairro de Santana, notadamente marcado pela predominância do catolicismo. Esse contexto é exemplificado pela trajetória histórica da Escola Paroquial Olivo Gomes e seu impacto na comunidade local, tanto por meio das práticas educativas promovidas pelas Irmãs de Caridade quanto pelas experiências dos indivíduos com aquele ambiente educacional. Assim, ao longo dos anos subsequentes à transferência da escola para a esfera pública, a presença indireta da Igreja Católica foi perceptível dentro das instalações escolares, seja por meio de usos esporádicos do espaço ou por intermédio de seus representantes, evidenciando a configuração de relações sociais e sensibilidades moldadas pelo catolicismo.

Imagem 30: Solicitação para uso do prédio escolar (19/3/1990)



Fonte: Arquivo Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória

Neste contexto, são apresentadas algumas imagens fotográficas produzidas por mim no decorrer desta pesquisa sobre os artefatos de cunho católico ainda visíveis no interior da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória e outras, também de minha autoria, referentes ao momento atual do edifício. Esses elementos religiosos contribuem para a construção de uma cultura escolar e sensibilidades que vão na contramão do instituído pelo poder público e conferem ao prédio uma identidade católica e evocam a época em que a Escola Paroquial Olivo Gomes estava em funcionamento. Dessa forma, de acordo com Martins,

(...) os edifícios escolares, aparatos urbanos tão duradouros, como exemplares do que poderia ser uma estética urbana, mas, também, como lugares de memória, com sua materialidade, sua longevidade e as relações que os sujeitos da educação estabelecem com e neste lugar educativo. Conhecer a escola, lidar com suas permanências da cidade, atentar para os elementos presentes na sua edificação, lidar com a simbologia deles, dialogar com a reprodução das formas que permitem aguçar uma educação pelo sentido visual, e verificar como, nas réplicas, a cultura e a memória se fazem presentes. (MARTINS, 2014, p. 261).

Ao explorar os espaços internos da instituição, é inevitável deparar-se com tais objetos dispostos em diversos ambientes, desde o portão de entrada até a secretaria. Durante minha primeira visita ao local, quando assumi a função de vice-diretor, pude observar um crucifixo de

madeira com a representação de Jesus Cristo crucificado pendurado na parede acima da porta de entrada, servindo como uma saudação aos visitantes. Atualmente, esse artefato encontra-se guardado dentro da secretaria, conforme ilustrado na imagem 31 abaixo.

Imagem 31: Crucifixo de madeira (sem data)



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Os diálogos com os membros da comunidade escolar, realizados no início do trabalho de pesquisa, trouxeram pistas acerca dos sentidos e das sensibilidades dos sujeitos que atravessaram, juntamente com o edifício escolar, os anos de mudanças e transformações na esfera educacional do bairro de Santana. Conforme o contato frequente com o prédio escolar percebi que havia ali outras narrativas e relações sociais, que, embora entrelaçadas, estavam vinculadas mais ao passado católico do bairro do que a trajetória educativa da escola propriamente dita. Dessa forma, os estudos de Taborda de Oliveira, nos ajudam a compreender esta temática, pois, conforme nos adverte o autor, a relação estabelecida pelas pessoas com os espaços é perpassada pelas afetividades, e que, portanto, “estudar a história da educação dos sentidos e das sensibilidades implica considerar que nem todas as respostas dadas pelos indivíduos aos estímulos advindos do meio físico ou social são presididas pelo império da razão” (Taborda de Oliveira, 2018, p. 124).

Dentro das instalações do edifício escolar, uma das colunas que compõem a estrutura do pátio serve como suporte para um oratório que abriga a representação da imagem de Nossa Senhora Aparecida (Imagem 32). Conforme relatado por alguns funcionários e professores mais antigos, este artefato religioso foi instalado no local para substituir uma estátua de um anjo, que desempenhou um papel significativo na história do edifício desde os tempos da escola paroquial. Em um determinado dia, durante o intervalo escolar, um estudante inadvertidamente colidiu com

o objeto, resultando em sua queda. Apesar de tentativas posteriores de reconstrução, estas foram infrutíferas.

Imagem 32: Pátio da Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, destaque para o oratório com a figura de Nossa Senhora Aparecida (10/08/22)



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Na extremidade esquerda, orientada para o espaço exterior, encontra-se a sala administrativa da instituição, caracterizada igualmente pela presença de elementos sacros, incluindo imagens e crucifixos (Imagem 33 abaixo). Destaca-se, por exemplo, a reprodução iconográfica da figura de Nossa Senhora Aparecida, notada em uma das representações fotográficas das salas de aula da Escola Paroquial, como discutido anteriormente no segundo capítulo desta dissertação. Esses elementos se configuram no imaginário social da comunidade do entorno do prédio como uma extensão da escola, e, portanto, tornam-se reflexo das práticas educativas ali exercidas pelas Cordimarianas. Esses objetos religiosos atribuem ao edifício um caráter devocional reflexo do período no qual a escola paroquial exerceu forte influência no comportamento e na educação da comunidade escolarizável do bairro de Santana. E mais ainda, atribuem à instituição escolar, de acordo com os apontamentos de Martins, “a configuração da escola como ‘espaço’ e ‘lugar’, escola como espaço educativo e como lugar da experiência de aprendizagem, tanto pelas questões de representação quanto pelo simbolismo dos objetos que nela se encontram” (MARTINS, 2014, p. 246).

Imagem 33: Artefatos religiosos, sala da direção da escola (10/8/22)



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Atualmente, a Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória, após ter passado por um processo de reforma e expansão, teve a ampliação das salas de aula e a construção de um segundo pátio, de maior proporção e mais bem equipado, além da instalação de uma pequena quadra na parte posterior do edifício. Essas adições não faziam parte da configuração original da Escola Paroquial Olivo Gomes, que anteriormente ocupava o local. Apesar das intervenções realizadas e das obras de manutenção efetuadas no edifício, diversos elementos arquitetônicos originais, remanescentes da época de sua construção, foram preservados.

A presença desses elementos remanescentes do período em que a escola paroquial funcionava revela não apenas vestígios físicos, como a fachada da entrada principal, os bancos no jardim e as grandes janelas basculantes de vidro e ferro, mas também denuncia a existência de vias facilitadoras e simbólicas de intercâmbio. Isso coloca a educação como um tema central de debate e expõe as complexas relações diplomáticas entre diversas instituições educacionais ou não.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender as redes sociais que se formam em torno da educação, assim como os componentes físicos que compõem a arquitetura dos edifícios escolares. Esses aspectos não apenas são testemunhos tangíveis do passado, mas também constituem elementos fundamentais para entender as dinâmicas sociais e culturais que moldam e são moldadas pelo ambiente escolar.

A fachada da entrada principal, os bancos no jardim e as janelas basculantes de vidro e ferro não são apenas características físicas do prédio da Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória, são também símbolos de um modelo educacional que transcende o simples ensino formal, conectando-se profundamente às experiências vividas e compartilhadas pelos indivíduos que passaram por ali ao longo dos anos (conforme observado nas Imagens 34 e 35 a seguir).

Imagem 34: Entrada da Escola Estadual Dr.Rui Rodrigues Dória(10/08/22)



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Imagem 35: Vista externa da Escola Estadual Dr. Rui Rodrigues Dória (10/08/22)



Fonte: Arquivo pessoal do autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserida em um contexto de reformas e leis em todos os níveis de ensino na década de 1960, a ideia de criação e implantação da Escola Paroquial Olivo Gomes no bairro de Santana, entre representantes da Igreja Católica e empresários locais, trouxe grande expectativa para os moradores e a comunidade escolarizável residente no entorno do prédio escolar. De todo modo, buscando ocupar e ampliar ainda mais sua área de atuação, a Igreja Católica enxergou na educação uma via possível para a concretização do seu projeto evangelizador, mirando também a manutenção da fé diante da crise e o risco da laicização do ensino, dessa forma, entra em disputa com o Estado no projeto de escolarizar a população.

A Escola Paroquial Olivo Gomes, fruto das alianças entre o pároco de Santana, empresários e políticos locais, surge em um momento no qual São José dos Campos estava em busca do progresso econômico, seguindo a lógica desenvolvimentista, embora fosse perceptível na sua área urbana, características sociais vinculadas à concepção de atraso. Nesse sentido, aos olhos dos representantes da Igreja Católica, a escola paroquial se configura como resultado de uma obra social e não necessariamente como uma ação caritativa da Igreja Católica, e, embora gerenciada pela Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria – as Cordimarianas –, se transforma em uma fonte de renda para os cofres da instituição religiosa.

Entretanto, esse período marca também o momento em que São José dos Campos acompanhava desde a década de 1920, um avanço no processo de industrialização, o que acarretou o crescimento da cidade em direção ao bairro de Santana, transformando a região no primeiro bairro industrial. Isto significou para o Monsenhor Luiz um lugar diferenciado em relação às demais localidades da cidade, viabilizando assim, o estabelecimento e estreitamento das relações políticas, religiosas e econômicas com os donos das fábricas instaladas no entorno do bairro.

O desenvolvimento local e a expansão demográfica da região, aliados à dinâmica de oferta e demanda por oportunidades de emprego, resultaram na emergência de uma demanda crescente por acesso à educação formal. Este fenômeno despertou o interesse do pároco de Santana, o que propiciou a instituição de um sistema educacional alinhado aos princípios do projeto evangelizador da Igreja Católica. Além disso, essa conjuntura contribuiu para a organização social da

comunidade, especialmente caracterizada pela concentração de trabalhadores provenientes das fábricas ao redor de Santana.

Dessa forma, a instalação da escola paroquial no bairro de Santana, se dá em meio a uma batalha contra a laicização da educação, na qual os pensadores católicos defendiam o retorno do ensino religioso em toda a rede educacional, amparados pela visão moral e cristã predominante naquele período.

Diante dessas concepções, esses valores foram colocados em prática por meio da atuação das Cordimarianas, responsáveis pela administração do edifício até o momento no qual o prédio escolar passou a sofrer os impactos das intervenções do poder público, alterando também a vida escolar dos estudantes e moradores de Santana. Os decretos estaduais reconfiguraram algumas escolas de São José dos Campos e traçaram novos itinerários para os alunos da Escola Paroquial Olivo Gomes.

Essas alterações marcam o momento no qual a escola paroquial, possivelmente, começou o seu percurso em direção ao encerramento das suas atividades. Nesse período, ocorre o movimento de reestruturação das escolas católicas, colocando em evidência a necessidade de uma saída viável aos modelos educacionais predominantemente tradicionalistas, caracterizados pela visão técnico-desenvolvimentistas. Nesse contexto, existia também uma forte pressão causada pelo regime militar, associada à aproximação da Igreja Católica como setores populares.

Esse processo se deu acompanhado pelo movimento de expansão do ensino, tornando-se cada vez mais presente, colocando em questionamento a existência e permanência das escolas católicas, nesse caso específico, a Escola Paroquial Olivo Gomes. Diante desse cenário, a Obra Social e Assistencial, proprietária do prédio escolar, representada pela figura do Monsenhor Luiz, decide vender o imóvel para o governo do Estado de São Paulo, tornando-o em mais uma escola dentro da máquina pública, porém carregando marcas de um passado paroquial marcante no bairro até os dias atuais.

Com um viés caritativo vinculado às ações da Igreja Católica, as práticas pedagógicas transmitidas pelas Irmãs de Caridade no interior do prédio escolar ganharam força e representatividade por meio dos artefatos religiosos presentes no cotidiano da Escola Paroquial

Olivo Gomes e que se encontram ainda distribuídos atualmente em alguns espaços internos da Escola Estadual Doutor Rui Rodrigues Dória.

Essa configuração atribuí a essa escola estadual, inserida na engrenagem pública, de certa forma, uma peculiaridade interessante, ao mesmo tempo em que apresenta uma dificuldade em organizar a educação básica de natureza laica, porém atravessada pelas questões religiosas tão presentes no dia a dia da comunidade escolar atendida por aquele estabelecimento de ensino.

A existência desses objetos religiosos no interior do prédio escolar atual, além de demarcar um momento histórico específico da educação para uma parcela dos moradores e estudantes do bairro de Santana, carrega em si vários significados e sentidos marcados pelas experiências dos sujeitos sociais inseridos naquela realidade.

Esses elementos religiosos desempenham um papel significativo na moldagem dessas sensibilidades. As conversas informais realizadas com membros da comunidade escolar no início desta pesquisa evidenciam a emergência de narrativas alternativas e vínculos sociais associados ao histórico católico da escola, destacando a presença de uma cultura escolar que contrasta com a normativa estabelecida pelo poder público, conferindo ao prédio escolar uma identidade fortemente enraizada no catolicismo.

E, embora estejam intrinsecamente ligadas ao período de funcionamento da Escola Paroquial Olivo Gomes enquanto instituição de ensino primário, essas vivências desempenham um papel significativamente relevante na formação das múltiplas sensibilidades dos diversos atores sociais em relação às suas experiências dentro daquelas instalações.

Nesse contexto, torna-se evidente o movimento cotidiano de muitos moradores ao buscar os responsáveis pela escola, com o intuito de obter informações sobre a história do prédio escolar ou, até mesmo, para realizar rituais religiosos diante da imagem sacra situada no pátio da instituição. Este comportamento reflete a importância simbólica e emocional que o edifício escolar e seus elementos religiosos, incorporados ao cotidiano escolar, assumem na vida e na memória coletiva da comunidade de Santana. Dessa forma, a sensibilidade não está restrita a uma simples reação passiva dos atores sociais, seja no âmbito individual ou coletivo aos estímulos do ambiente externo. Pelo contrário, ela emerge como resultado da ação ou reação ativa desses sujeitos diante

das várias influências sensoriais. É uma questão que engloba uma participação efetiva na interpretação e na resposta aos estímulos percebidos.

Portanto, em se tratando da pesquisa histórica sobre a educação ou outras temáticas, buscase no vasto leque de experiências sociais identificar elementos que possam descortinar e trazer à tona não apenas os fluxos constituintes das sensibilidades, mas também o que representam. Estudos norteados por essa perspectiva de análise possibilitam que formas particulares de experiências ampliem os modos de enxergar o mundo e agir sobre ele.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Manoel. **Sistema Católico de Educação e Ensino no Brasil**: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. In: Revista Diálogo Educacional, v. 5, n.16, Curitiba, 2005.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- ARANHA DA SILVA, R. J.; MARTINS, M. do C. **Matriz de política estatal paulista**: A ampliação da oferta de moradias populares e da educação escolar no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Fermentario, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 38–55, 2021. DOI: 10.47965/fermen.14.2.3. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/fermen/article/view/887>. Acesso em: 26 sep. 2022.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- BARBOSA, Paulo Rodolfo. **História da Educação em São José dos Campos na década de 20**: um estudo teórico. In: Revista Científica Educ@ção v.2, n.4, 2018.
- BARROS, Maria Lêda Ribeiro de; ROCHA, Lucia Maria da Franca. A educação primária baiana: grupos escolares na penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903 – 1971). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- CAMARA, Sônia; BARROS, Raphael. Por um projeto escolar modelar: a constituição dos grupos escolares no Distrito Federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- CAMPOS, Névio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). In: **Revista Educar**, Curitiba, n. 37, 2010. Editora UFPR.
- CARDOSO, Janeth Carvalho da Silva; CASTRO, César Augusto. **Escolas Paroquiais Católicas no Brasil no Final do Século XIX e Início do Século XX**: conceito e pressupostos de ensino. In: Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- CARVALHO, Samuel José de. Política e Educação no Estado de São Paulo (1963-1964): A Gestão do Secretário Januário Baleeiro. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

COSTA, Suele França; MARTINS, Nara Rubia; PAPALI, Maria Aparecida; QUADRO, Carlos Eduardo de; ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. Por Uma História da Educação: acervos escolares e memória. In: PAULA, Maria Tereza Dejuste de, ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino (orgs). **Escola e Educação em São José dos Campos: espaço e cultura escolar**. São José dos Campos: UNIVAP, 2012.

DEBALD, Blasius Silvano, **A relação Igreja Católica com o Estado Brasileiro (1889 – 1960)**. Pleiade, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007.

DUSSEL, Inés. Historias de cavernas, pupitres y guardapolvos: Los aportes del giro material en la historia de la educación. In: ARATA, Nicolás, PINEAU, Pablo. **Latinoamérica: la educación y su historia Nuevos enfoques para su debate y enseñanza**. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras: Universidade de Buenos Aires, 2019.

DUSSEL, Inés. Fotos Encontradas em el Archivo: aproximaciones al trabajo com imágenes a propósito de um álbum amateur sobre juegos infantiles (Argentina, Fines del siglo XIX). In: **Historia y Memoria de la Educación**. Vol. 10. Sociedad Española de Historia de la Educación, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SOUZA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; PAULILO, André Luiz; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, 2004.

FERREIRA, Márcia Regina Rodrigues. História, Memória e Educação das Sensibilidades: o processo de patrimonialização da casa Lambert de Santa Teresa – ES. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Educação. Vitória/ES, 2015.

FRAGA, Estefânia Knotz Canguçu; ROQUE, Zuleika Stefânia; SALGADO, Tiago Santos. Cidade e Educação: o cotidiano da escola joseenses na transição Império/República. In: PAULA, Maria Tereza Dejuste de. **Escola e Educação em São José dos Campos: espaço e cultura escolar**. São José dos Campos: UNIVAP, 2012.

GOMES, Angela de Castro, *S_e_g_u_n_d_a_ _R_e_p_úb_l_i_c_a_ _(_1_9_4_6_-_6_4_) _:_ _r_e_p_úb_l_i_c_a_ _l_i_b_e_r_a_l_-d_e_m_o_c_r_át_i_c_a_*. In: SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Dicionário da República – 51 textos críticos**. Companhia das Letras, 2019. pp. 526-537 de 708 (e-book)

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. - 2 ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEONARDI, Paula. Puríssimo Coração: um colégio de elite em Rio Claro. **Dissertação (mestrado)** – Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP., 2002.

MANFREDINI, Maria de Fátima Ramia. **Projeto Patrimônio Humano** – Série Personalidades da História Joseense. Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1991. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hVN-JfZppys>; Acesso: 28/02/2023.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, Maria do Carmo. La educación de los sentidos: notas históricas sobre currículos y prácticas educativas en escuelas brasileñas de inicio de siglo XX. In: CASTRO, M. I (comp). **Educación y cultura: un debate necesario en América Latina**. Plaza y Valdez, UNAM, Mx. 2012 (pp. 115 – 135).

MARTINS, M.C. (2015). As formas silenciosas de educar: adornos de arquitetura escolar em fotografias, para a memória da cidade. In: ROCHA, H.H.P.; SALVADORI, M.A.B. (Orgs). **Entre Brasil e Argentina: Miradas sobre a História da Educação**, 1ed, Belo Horizonte: Fino Traço Editora, v. 1, (p. 245-264)

MOGARRO, Maria João. **Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas**. Preservar a informação, construir a memória. Pro-Posições. Campinas, SP, v.16, n.1 (46) - jan./abr. 2005. pp. 103-116.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação. **A construção da memória educativa**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 02, pp. 71-84.

NAGLE, Jorge. **A reforma e o ensino**. 1 ed. São Paulo, EDART, 1973.

OLIVEIRA, Marcus Taborda de. Pesquisas Sobre a Educação dos Sentidos e das Sensibilidades na História da Educação: algumas indicações Teórico-Metodológicas. **História da Educação**, v. 24, p. e97469, 2020.

OLIVEIRA, Marcus Taborda. Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação do âmbito das pesquisas em história da educação. **Revista História da Educação**, [S. l.], p. 116–133, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/76625>. Acesso em: 2 mar. 2024.

OLMO, Maria José Acedo del; RAMOS, Waldecy Serafim; SOUZA, Victor de. Mulheres e Operárias na Tecelagem Parahyba em São José dos Campos (1930 – 1968). In: GUIMARÃES, Antonio Carlos. **São José dos Campos: Cotidiano, gênero e representação**. São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2014.

PAPALI, Maria Aparecida; RAMOS, Waldecy Serafim; ZANETTI, Valéria. Políticas de Zoneamento e seus reflexos: estudo do bairro de Santana, em São José dos Campos (1930 a 1950). In: GUIMARÃES, Antonio Carlos. **São José dos Campos: cotidiano, gênero e representação**. São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2014.

PAULILO, A. L. A Cultura Material da Escola: Apontamentos a partir da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 19, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimentos e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. **Memória (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

PINEAU, Pablo. Historiografia educativa sobre estéticas y sensibilidades en América Latina: un balance (que se sabe) incompleto. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Campinas, v. 18, e023, 2018. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942018000100045&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 mar. 2024. Epub 01-Mar-2018. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e023>.

PINTO, Carlos Alberto Fernandes. Luiz Cavalheiro, Monsenhor. **O Homem, o sacerdote e o mito**. 1 ed. Editora Mogiana, São Paulo, 2007.

PIOLA, Geslaine Cristina Tamião; RODRIGUES, Elaine; ROSSI, Ednéia Regina. Educação Confessional Católica: a Escola Paroquial Santo Inácio e as instituições de ensino primário de Maringá (1946 -1960). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 61, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas, SP: Editores Associados, 2013.

SOARES, Luiz Laerte; SOUZA, Ana Maria Santos. **Modernidade e Urbanismo Sanitário**: São José dos Campos. São José dos Campos, SP: A. M. S. Souza, L. L. Soares, 2002.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá- MS (1972-1987). **Tese** (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2009.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Cultura Material Escolar: algumas possibilidades interpretativas. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org). **Espaços, Objetos e Práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Loyola, 1984.

VIANNA, Paula Carnevale. A Estância Climatérica de São José dos Campos: condição natural ou construção social? In: ZANETTI, Valéria. **Fase Sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença**. São Paulo: Intergraf, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.